



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2011



**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

**GPEARI**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação\_  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** março de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de março.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Índice

<hr/>	
<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	25
<hr/>	
<b>Destaques</b>	<b>31</b>
Atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2014	33
Análise da Balança de Bens e Serviços em 2010	35
"Pacto para o euro +"	41
<hr/>	
<b>Artigos</b>	<b>43</b>
<b>Em Análise</b>	<b>45</b>
Quota de Portugal nos Principais Mercados de Exportação.	45
Exportações de Serviços na Década de 2000	49
Valor Acrescentado em Território Nacional das Exportações Portuguesas	55
<hr/>	
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>61</b>
<hr/>	
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>69</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* No início de 2011 a economia mundial continuou a crescer, apesar de se ter verificado um abrandamento na produção industrial, influenciada pelo comportamento das economias avançadas.
- \* Nos EUA, os indicadores de confiança dos consumidores nos dois primeiros meses do ano continuaram a melhorar tal como os dados quantitativos (vendas a retalho e produção industrial). Em fevereiro, a taxa de desemprego continuou a abrandar, tendo registado nesse mês o valor mais baixo em 10 meses, situando-se em 8,9%.
- \* O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) referente aos meses de janeiro e fevereiro continuou a melhorar, com melhorias nos indicadores de confiança dos consumidores e empresários. Em janeiro, a taxa de desemprego abrandou situando-se em 9,9% na AE e 9,5% na UE. A taxa de inflação homóloga da AE aumentou para 2,4% em fevereiro e na UE manteve-se em 2,8%.
- \* A taxa de juro a 3 meses subiu na área euro, já nos EUA verificou-se uma ligeira redução, mantendo-se assim a tendência de agravamento do diferencial entre ambas. Já as taxas de juro de longo prazo apresentaram subidas tanto na zona euro como nos EUA, reduzindo-se o diferencial existente.
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou, face a fevereiro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 23 de março, apresentado um valor de 114 USD/bbl (82 €/bbl).

### Conjuntura Nacional

- \* De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, no 4.º trimestre, o PIB registou um crescimento real de 1,2% em termos homólogos. Em 2010, o PIB cresceu 1,4% em termos reais.
- \* Os indicadores quantitativos para a atividade económica disponíveis para o mês de janeiro, mostraram quebras generalizadas, com exceção do volume de negócios da indústria que cresceu 10,1% (8,5% no 4.º trimestre de 2010).
- \* Os indicadores de confiança registaram nos dois primeiros meses uma melhoria na generalidade dos setores, exceto na construção que voltou a atingir um valor mínimo.
- \* O indicador de atividade económica agravou-se em janeiro. O mesmo se verificou com o indicador do consumo privado, com o contributo negativo do consumo corrente e do consumo duradouro. Já no indicador da FBCF assistiu-se a uma melhoria dos indicadores.
- \* Em janeiro o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de 3,5%, 0,1 p.p. inferior à da do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses atingiu os 2%.
- \* Até fevereiro, o excedente orçamental provisório da Administração Central foi de 359,2 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 10132 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 373,6 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 841 milhões de euros face ao período homólogo. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente na execução orçamental de 732,8 milhões de euros, mais 130 milhões de euros quando comparado com o mesmo período de 2010. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 481,4 milhões de euros, o qual compara com 409,9 milhões de euros registados no mesmo período de 2010.

- \* Até fevereiro, a execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi de 53,6 milhões de euros, que compara com um défice de 24,6 milhões de euros face ao período homólogo.

## Comércio Internacional

- \* Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** para o mês de janeiro<sup>1</sup> apontam para uma variação homóloga positiva de 19,2% das saídas de mercadorias face ao mesmo mês do ano transato. As entradas de mercadorias cresceram a uma taxa inferior (11,6%). Neste mês, o défice comercial (fob-cif) da balança comercial recuperou 2,5%. O comportamento das saídas e das entradas em janeiro levou a um acréscimo de 4,4 p.p. da taxa de cobertura das importações pelas exportações, atingindo os 69,4%.
- \* No mês de janeiro e *excluindo os produtos energéticos*, as saídas de mercadorias (+21,8%) cresceram mais do dobro das entradas (9,3%), passando as exportações a representar 77,9% das importações, mais 8 p.p. face ao mesmo mês do ano passado.
- \* O comportamento das saídas e das entradas nos últimos três meses foi semelhante ao observado no mês de janeiro, com taxas de variação homólogas das saídas e das entradas de 19% e 12,3%, respetivamente.
- \* No *último ano a terminar em janeiro de 2011*, as saídas continuaram a crescer a uma taxa superior à das entradas (16,8% e 11,8%, respetivamente), comportamento que vem na sequência da performance das saídas registada ao longo do ano de 2010 e que se manteve em janeiro. Não obstante o comportamento positivo das saídas e das entradas neste período, o défice da balança comercial agravou-se 3,5%. Excluindo os produtos energéticos, o saldo negativo da balança comercial teve um comportamento oposto, recuperando 3,8% face ao período homólogo, com as saídas a crescer 15,2% e as entradas 9%.
- \* À exceção dos produtos “Energéticos”, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas no mês de janeiro. Destacam-se as saídas dos grupos “Material de Transporte” e “Químicos”, que registaram contributos positivos de 4,3 p.p. e 4,2 p.p., respetivamente, para o crescimento das saídas de mercadorias. Em sentido oposto, as saídas de produtos “Energéticos” decresceram 15,7%, contribuindo negativamente com -1,1 p.p. para o crescimento das saídas.
- \* Em janeiro de 2011, as expedições para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 18,6%, passando a representar 77,4% do total das expedições. Ao contrário do verificado no último ano a terminar em janeiro de 2011, as expedições para os países da EU - 15 cresceram a um ritmo superior ao das expedições para os países do Alargamento, registando taxas de variação homóloga de 18,9% e 9,6%, respetivamente. A Espanha manteve a sua posição de destaque como principal mercado de destino das saídas de mercadorias (26,1% do total das saídas), apesar de serem as saídas para a Alemanha aquelas que mais contribuíram para o crescimento das saídas no mês de janeiro (+4,1 p.p.). Salienta-se, ainda, o contributo positivo das saídas de mercadorias com destino a Espanha (+2,8 p.p.) e a França (+2,4 p.p.). A título complementar, refira-se o crescimento homólogo das expedições de mercadorias para a França (18,7%) e para o Reino Unido (17,3%).
- \* Em janeiro de 2011, as exportações para os Países Terceiros cresceram 21,3%. Continua a evidenciar-se o crescimento das exportações para o México (+165,3%). As exportações para Marrocos e para a Turquia também cresceram de forma significativa face a janeiro de 2010 (116,1% e 84%, respetivamente). As exportações de mercadorias para os EUA registaram uma

<sup>1</sup> Os dados recentemente divulgados para o mês de janeiro de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um período curto do ano, a sua análise merece alguma prudência. Os dados divulgados para o ano de 2010 e presentes nos quadros e análise da secção 3.Comércio Internacional correspondem a uma nova versão provisória (revista) face aos dados previamente apresentados.



variação homóloga negativa de -13,1%. As exportações para Angola retomaram um comportamento positivo, crescendo 13%, em termos homólogos.

- \* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para 2010, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento anual homólogo positivo de 12,7%, com a componente de Bens a crescer 15,2% e a dos Serviços 7,7%. Estas estimativas apontam, também, para um maior contributo da componente dos Bens para o crescimento do total das Exportações. As Importações de Bens e Serviços cresceram a uma taxa inferior (9,2%), sendo que a componente de Bens (+8,3 p.p.) foi a que mais contribuiu para este comportamento dos débitos da Balança de Bens e Serviços.

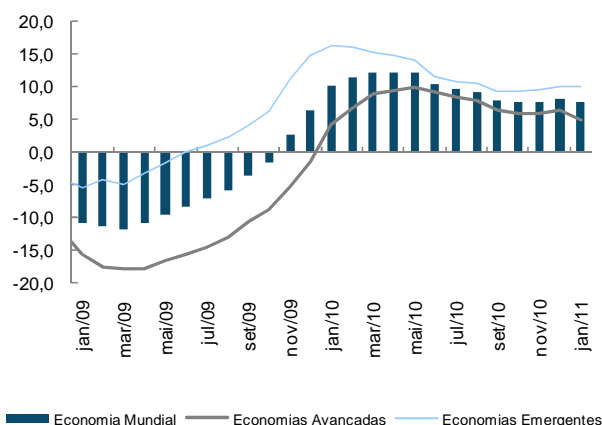


## 1. Enquadramento Internacional

### Atividade Económica Mundial

A produção industrial mundial continuou a abrandar em janeiro de 2011 para 7,6% em termos homólogos (7,9% no 4.º trimestre de 2010), para o qual contribuiu a desaceleração ocorrida nas economias avançadas, uma vez que as economias emergentes registaram uma aceleração de 0,4 p.p., e em especial os países asiáticos.

**Figura 1.1. Produção Industrial**  
(VH, em %)



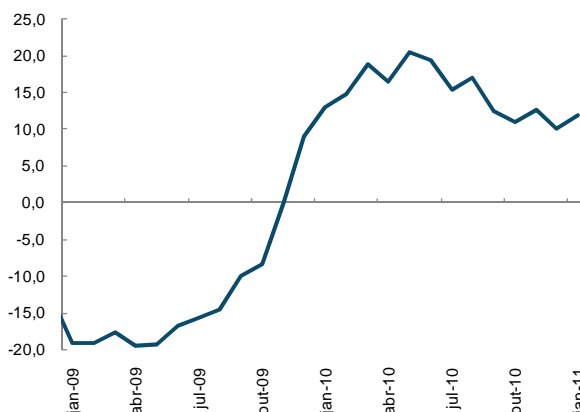
Fonte: CPB.

Em janeiro de 2011, o crescimento do comércio mundial de mercadorias acelerou, comportamento que se ficou a dever às importações uma vez que as exportações registaram um ligeiro abrandamento.

De facto, neste período e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou 12% (11,2% no 4.º trimestre);
- as importações mundiais aceleraram para 11,3% (9,7% no 4.º trimestre de 2010), enquanto as exportações desaceleraram ligeiramente para 12,6% (12,7% no último trimestre de 2010).

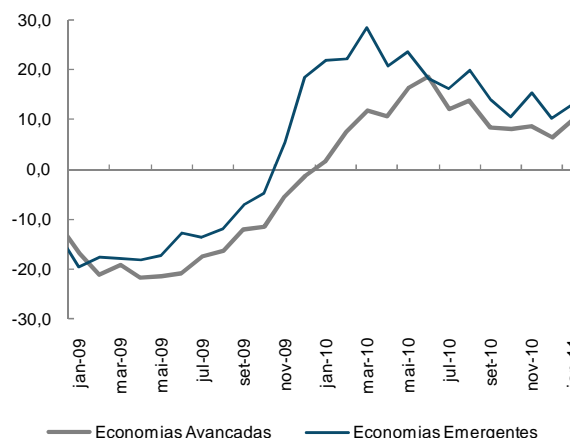
**Figura 1.2. Comércio Mundial de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

O crescimento das importações abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, mas no caso das exportações foram as economias avançadas que desaceleraram, uma vez que as emergentes continuaram um trajeto ascendente.

**Figura 1.3. Importações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

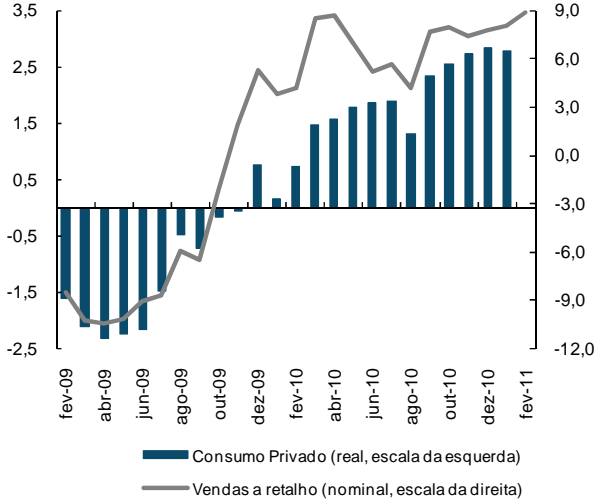
**Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010								2011
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	2,4	11,2	11,5	8,9	7,9	7,7	7,7	8,2	7,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	7,4	-5,3	6,6	9,5	7,5	6,0	5,9	5,8	6,3	4,8	
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	10,7	15,8	13,4	10,1	9,6	9,4	9,5	10,0	10,1	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15,0	-0,1	15,6	18,8	14,9	11,2	11,0	12,6	10,0	12,0	
Importações Mundiais	VH	CPB	13,8	-1,0	14,5	17,7	13,8	9,7	9,3	11,7	8,2	11,3	
Economias Avançadas	VH	CPB	10,2	-6,2	6,9	15,1	11,4	7,8	8,2	8,6	6,5	9,8	
Economias Emergentes	VH	CPB	18,1	5,7	24,1	20,8	16,6	11,9	10,6	15,2	10,2	13,0	
Exportações Mundiais	VH	CPB	16,2	0,8	16,6	19,8	16,0	12,7	12,6	13,5	11,8	12,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	13,4	-3,9	12,8	16,8	13,4	10,8	11,2	10,6	10,5	9,8	
Economias Emergentes	VH	CPB	19,1	5,9	20,6	23,0	18,7	14,5	14,1	16,5	13,1	15,3	

**Atividade Econômica Extra-UE**

Os indicadores disponíveis para os dois primeiros meses de 2011 continuam a sugerir uma trajetória de recuperação para a economia mundial e uma aceleração dos preços nos EUA face ao último trimestre de 2010.

**Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**



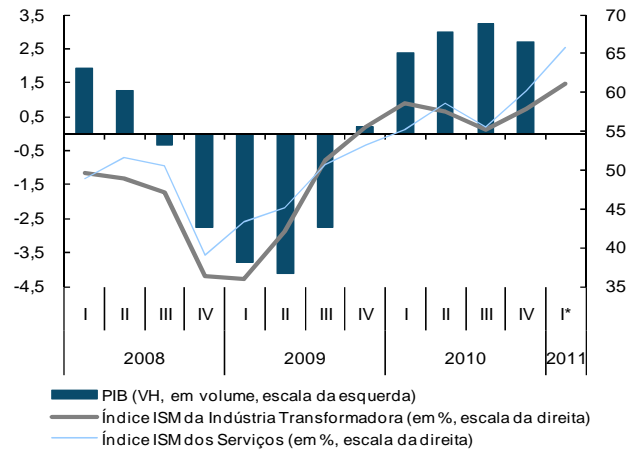
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, os dados relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 2011 para os indicadores de confiança dos consumidores apresentaram, em termos médios, uma evolução positiva, tal como os indicadores quantitativos. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 8,5% em termos nominais (7,7% no 4.º trimestre de 2010);
- a produção industrial acelerou para 5,6% (2,1% no 4.º trimestre do ano anterior).

Também a taxa de desemprego diminuiu para 9%, em termos médios, (9,6% no último trimestre de 2010), tendo registado em fevereiro o valor mais baixo desde maio de 2009. A taxa de inflação homóloga aumentou para 1,6% nestes dois primeiros meses do ano (1,3% no 4.º trimestre de 2010).

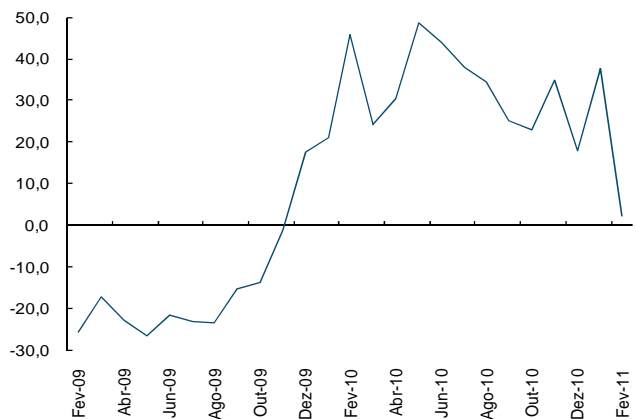
**Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**



Fonte: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. \* Média de janeiro e fevereiro.

Na **China**, a taxa de inflação homóloga manteve-se elevada em fevereiro (4,9% tal como no mês anterior). No início de cada ano as exportações líquidas da China são habitualmente baixas devido à acumulação de stock de matérias-primas, mas pela primeira vez desde março de 2010 registou-se um défice da balança comercial, em resultado da diminuição significativa das exportações e manutenção do forte crescimento das importações, em parte devido à subida do preço do petróleo e outras *commodities*.

**Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística da China.

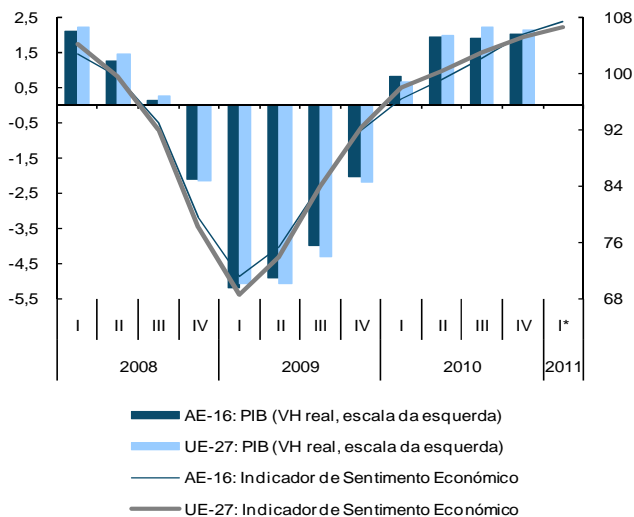
**Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Econômica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009		2010					2011	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	2,8	0,2	2,4	3,0	3,2	2,7	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,8	-3,8	2,7	7,4	6,9	2,1	-5,7	6,4	5,7	5,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	55,6	58,6	57,6	55,2	57,9	58,2	58,5	60,8	61,4
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,4	53,2	55,3	58,7	55,5	60,3	59,4	62,9	64,6	66,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	70,2	73,9	73,9	68,3	71,3	71,6	74,5	74,2	77,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	10,0	9,7	9,6	9,6	9,6	9,8	9,4	9,0	8,9
China – PIB real	VH	NBSC	10,3	10,7	11,9	10,3	9,6	9,8	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	31,3	0,9	30,3	41,0	32,5	25,2	34,9	17,9	37,7	2,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	3,9	-1,8	5,4	3,3	4,7	2,5	-	-	-	-

## Atividade Económica da UE

Nos dois primeiros meses de 2011, o indicador de sentimento económico subiu quer na União Europeia (UE) como na Área Euro (AE17), evidenciando uma melhoria da confiança dos empresários.

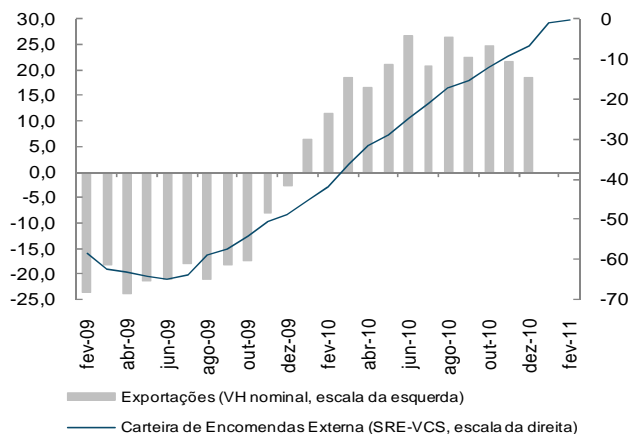
Figura 1.7. PIB e Sentimento Económico da UE e AE



Fonte: Eurostat.

Os dados quantitativos mostram que em janeiro de 2011, a produção industrial abandonou o seu crescimento para 6,7% (8% no 4.º trimestre de 2010) e as vendas a retalho mantiveram um crescimento idêntico ao do último trimestre de 2010 (0,6%).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



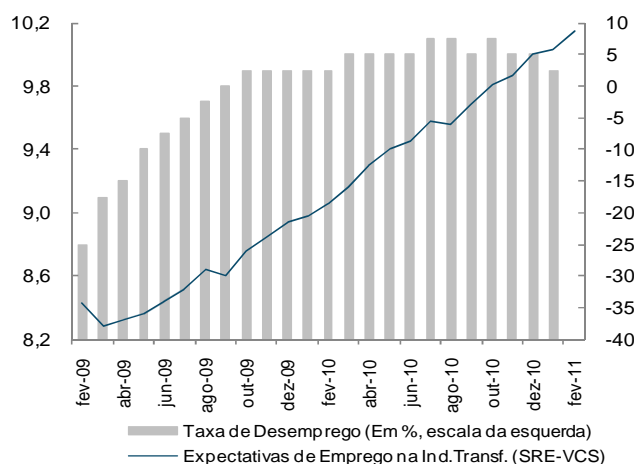
Fontes: Comissão Europeia e Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010					2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	18	-2,2	0,6	2,0	2,2	2,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,6	92,3	98,0	100,4	103,0	105,2	105,2	106,3	105,8	107,2
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	17	-2,1	0,8	2,0	1,9	2,0	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,8	92,0	96,4	99,1	102,2	105,6	105,6	106,9	106,8	107,8
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,2	-7,3	4,6	9,0	7,1	8,0	7,7	8,8	6,7	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,7	-12	0,4	0,6	13	0,6	12	-0,3	0,6	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	9,9	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	9,9	:
IHPC	VH	"	16	0,4	1,1	1,6	1,7	2,0	1,9	2,2	2,3	2,4

Em janeiro de 2011 a taxa de desemprego recuou ligeiramente quer na AE como na UE (9,9% e 9,5% face a 10% e 9,6%, respetivamente). Para o mês de fevereiro, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego na indústria continuaram uma trajetória ascendente que se prolonga desde a primeira metade de 2010.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia e Eurostat.

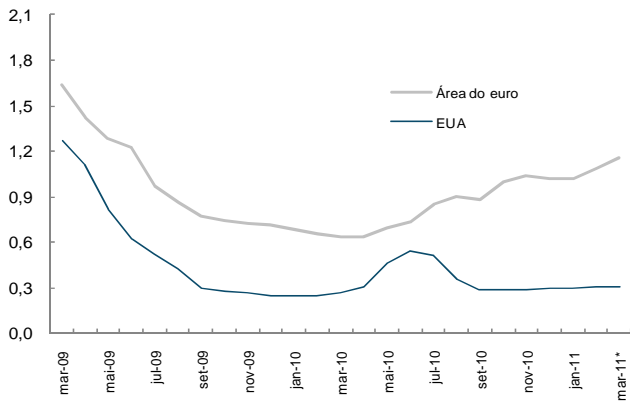
No mês de fevereiro de 2011, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 2,4% (2,3% no mês anterior) e para 1,9% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,7% em janeiro). Na UE o crescimento dos preços manteve o ritmo de crescimento verificado no mês anterior (2,8%).

Os dados disponíveis relativos aos custos horários de trabalho na área euro para o ano de 2010, evidenciam um crescimento menor do que no ano anterior (1,5% face a 2,9% no ano anterior), apesar de no 4.º trimestre se ter verificado uma aceleração (1,6% em relação a 0,9% no 3.º trimestre).

**Mercados Financeiros e Matérias-Primas**

Considerando o valor médio até ao dia 23 de março, a taxa de juro de curto prazo na área euro subiu para os 1,16% (1,02% em fevereiro), já nos EUA verificou-se uma ligeira redução para os 0,309% (0,31% em fevereiro), mantendo-se assim a tendência de agravamento do diferencial entre ambas.

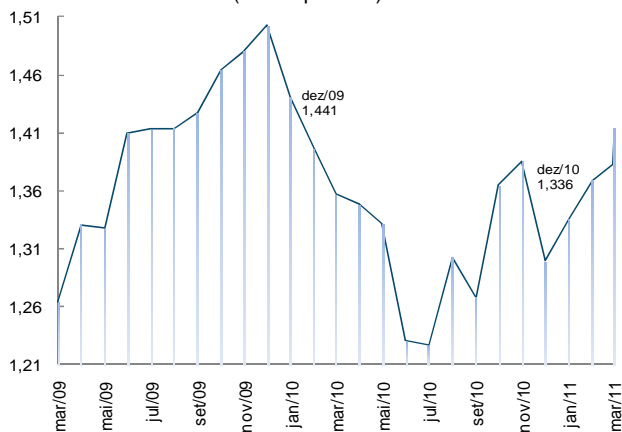
**Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)**



Fonte: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 23.

Em fevereiro verificou-se uma subida das taxas de juro de longo prazo, tanto nos EUA como na área euro, sendo a subida dos EUA mais acentuada, contribuindo assim para uma redução do diferencial.

**Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**



Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 23.

**Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais**

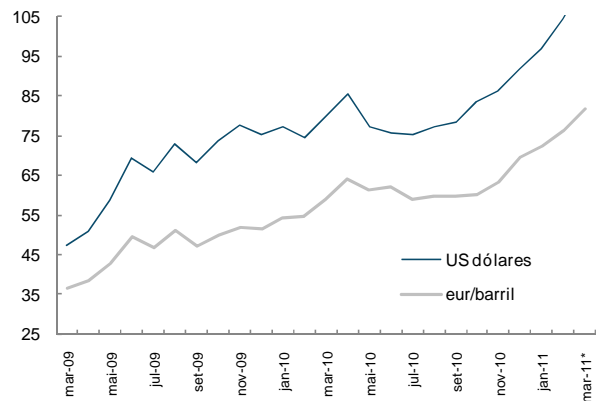
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009					2010		2011	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,70	0,63	0,77	0,89	1,01	1,03	1,01	1,05	1,09
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,22	3,45	3,72	3,49	2,79	2,86	2,76	3,29	3,39	3,58
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,64	3,68	3,71	3,61	3,45	3,76	3,76	4,16	4,26	4,35
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,441	1,348	1,227	1,365	1,336	1,300	1,336	1,369	1,383
Dow Jones*	VC	Yahoo	11,0	7,4	4,1	-10,0	10,4	7,3	-1,0	5,2	2,7	2,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	3,2	-1,1	-12,2	6,8	1,6	-6,8	5,4	5,8	2,0
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	80,21	75,51	77,22	79,53	76,87	87,23	86,20	91,90	96,67	104,25
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	28,4	37,5	68,9	33,5	11,4	15,5	11,3	22,0	25,3	39,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	34,9	22,4	59,0	43,1	23,4	25,8	21,5	34,9	33,9	40,1
Preço Relativo do Petróleo em euros***	979=10	GEE	60,0	53,1	56,1	61,3	60,5	62,0	60,5	66,5	71,6	70,3

\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

Em março tem-se mantido a tendência de apreciação do euro atingindo os 1,41 face ao dólar, considerando a média até ao dia 23 (aumento de 2,2% face a fevereiro). Esta evolução reflete em parte a expectativa de um acordo no seio da UE para a resolução dos problemas de dívida soberana existentes em alguns países da área do euro, bem como as expectativas de subida da taxa de referência do BCE.

Em fevereiro assistiu-se a uma redução para 70,3 do índice de preços relativo do petróleo importado, mesmo assim bastante acima do verificado em anos recentes (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em março, e até dia 23, manteve-se a tendência de forte subida do preço do petróleo Brent situando-se, em média, em 114 USD/bbl (82 €/bbl), mantendo-se os receios de propagação da recente situação de forte instabilidade político-social ocorrida em alguns países das regiões do Magreb e do Médio Oriente (Tunísia, Líbia e Egito).

**Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)**



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 23.

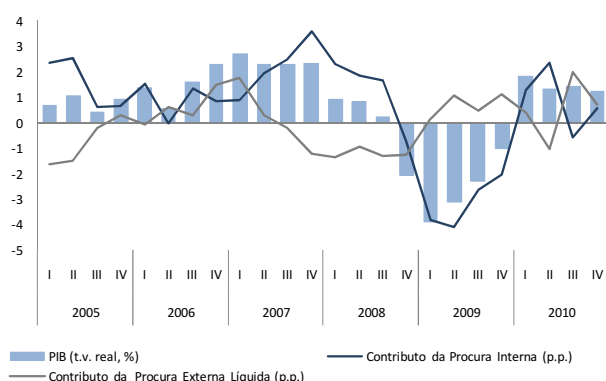
Em fevereiro de 2011, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 39% em termos homólogos (31% em janeiro).

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, em 2010 o PIB cresceu 1,4%, em termos reais, depois de ter apresentado uma quebra de 2,5% no ano anterior. Para este comportamento concorreu o crescimento da procura interna, com um contributo de 0,9 p.p. (-3,2 p.p. em 2009), influenciado pelo crescimento das despesas de consumo final das famílias (2% e -1% em 2010 e 2009, respetivamente) e pela redução menos acentuada do investimento (-5,6% em 2010 face a -14% em 2009). O consumo público cresceu 3,2% (3,4% em 2009), associado à importação de material militar e, portanto, sem impacto no PIB. No 4.º trimestre de 2010, o PIB apresentou um crescimento real de 1,2% em termos homólogos, o que representa uma desaceleração de 0,2 p.p. em relação ao trimestre anterior.

**Figura 2.1. Contributos para a Taxa de Variação do PIB**



Fontes: INE.

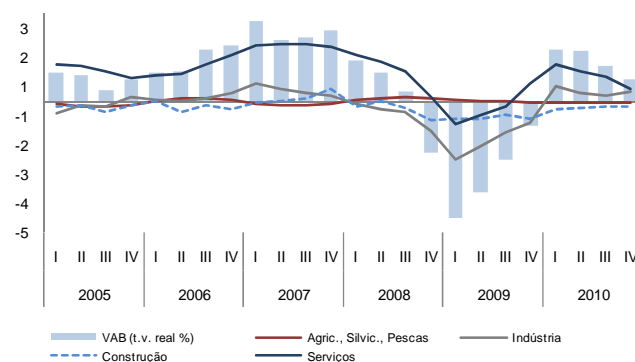
Os dados quantitativos disponíveis para o mês de janeiro de 2011, indicam que:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 0,3% (0,4% no 4.º trimestre de 2010) e o índice de volume de negócios cresceu 10,1%, ou seja, mais 1,6 p.p. do que no trimestre precedente;
- o índice de produção na construção e obras públicas recuou 6,5%, menos 3,3 p.p. que no último trimestre de 2010;

- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 1,5% e 4,6%, respetivamente, agravando o seu comportamento face ao último trimestre de 2010 (2,3% e -1,1%, respetivamente).

Em 2010 o VAB da indústria foi o que mais cresceu em termos reais (3% face a -10,7% em 2009), mas foram os serviços quem mais contribuiu para o crescimento do VAB (0,9 p.p. face a 0,3 p.p. na indústria). A construção manteve um contributo negativo, embora menos intenso do que no ano anterior (-0,2 p.p. face a -0,6 p.p. em 2009).

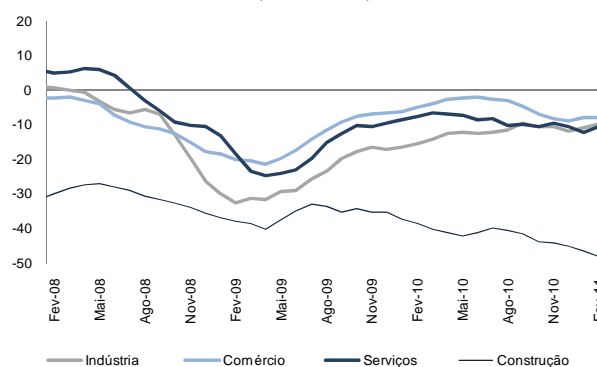
**Figura 2.2. Contributos para a Taxa de Variação do VAB**



Fontes: INE.

Nos dois primeiros meses de 2011 verificou-se uma melhoria em todos os indicadores de confiança excepto na construção, que atingiu em fevereiro um novo valor mínimo.

**Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)**



Fonte: INE.

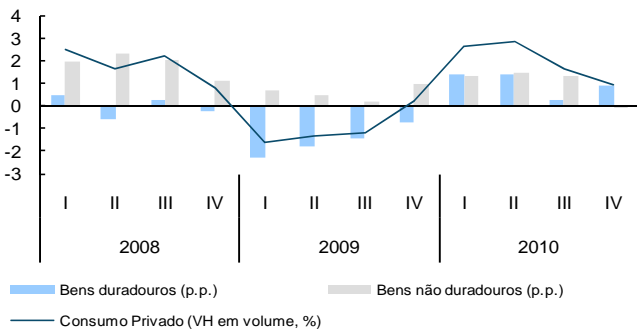
**Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta**

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2010						2011	
					1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,5	1,4	1,8	1,3	1,4	1,2	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-1,5	-0,4	-0,5	0,1	0,0	-1,0	-0,5	-1,0	-1,2	-1,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-12,1	-14,1	-12,7	-9,6	-12,0	-11,4	-11,9	-9,9	-8,0
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-5,0	-4,0	-2,1	-4,8	-9,0	-8,0	-9,1	-6,5	-8,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-8,9	-6,6	-8,7	-9,8	-10,5	-12,4	-10,9	-13,4	-7,0
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-42,1	-40,2	-41,4	-41,6	-45,3	-45,1	-45,1	-48,9	-50,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-7,2	2,2	5,9	3,0	-0,2	0,4	0,7	2,3	-0,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	9,4	10,7	10,5	7,9	8,5	11,0	11,5	10,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	2,5	1,4	5,0	1,2	2,3	3,3	6,2	-1,5	:

**Consumo Privado**

O consumo privado registou, durante o 4º trimestre, um crescimento homólogo real de 0,9%, 0,7 p.p. inferior ao verificado no trimestre anterior. A contribuição para este aumento proveio apenas dos bens duradouros. O ano de 2010 terminou com um crescimento real de 2% do consumo privado, 3 p.p. superior ao de 2009, com os bens duradouros e não duradouros a contribuírem com 1 p.p. cada.

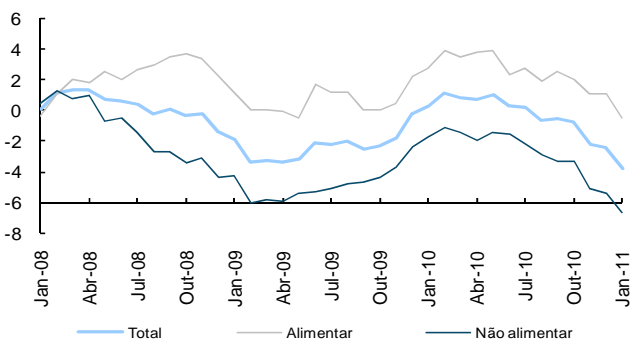
**Figura 2.4 Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)**



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Janeiro o comércio a retalho (IVNCR) apresentou um decréscimo homólogo de 3,8%, 1,4 p.p. maior que em Dezembro. Esta evolução decorreu da quebra de 0,4% na categoria dos bens alimentares (agravamento de 1,5 p.p. face a Dezembro) e a diminuição de 6,7% (1,3 p.p. superior à registada em Dezembro).

**Figura 2.5 Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**



Fonte: INE.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

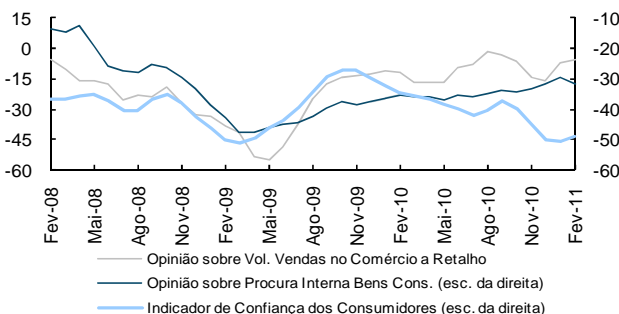
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009					2010		2011	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,0	0,2	2,7	2,8	1,6	0,9	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-30	-35	-40	-37	-50	-51	-50	-51	-47
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-13	-17	-9	-3	-16	-20	-14	12	-16
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,5	-0,2	0,8	0,3	-0,6	-2,4	-4,6	-1,2	-5,3	-
Bens alimentares	VH	"	2,4	2,3	3,5	2,4	2,6	1,1	-1,3	2,3	-2,3	-
Bens não alimentares	VH	"	-2,9	-2,4	-1,4	-1,5	-3,4	-5,4	-7,6	-4,4	-7,9	-
Vendas de Auto móveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	-6,0	69,1	48,8	16,1	28,9	19,4	61,7	-9,2	-12,7
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,5	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

Em fevereiro verificou-se uma acentuada quebra na confiança dos empresários do comércio a retalho, invertendo a melhoria ocorrida em janeiro, bem como nova degradação na avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

Já o índice de confiança dos consumidores apresentou melhorias em fevereiro. Sendo particularmente relevantes as melhorias registadas sobre as expectativas a 12 meses para a situação económica do agregado familiar e do país.

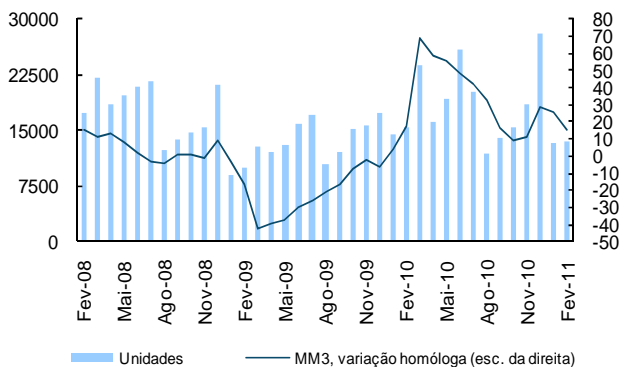
**Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

No mês de fevereiro venderam-se mais de 13 mil veículos, apesar do aumento face às vendas de janeiro, traduziu um decréscimo de 12,7% em termos homólogos.

**Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



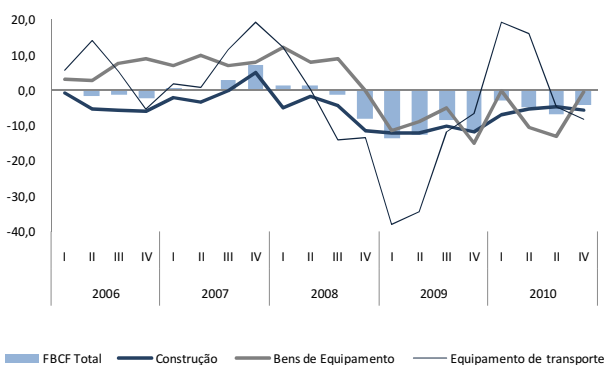
Fonte: ACAP.



## Investimento

Em 2010 e de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, a FBCF apresentou uma quebra real menos acentuada do que no ano anterior (-4,8% e -11,6%, respetivamente). Esse comportamento resultou de uma melhoria generalizada de todas as componentes, mas por ser a componente com mais relevância, foi a construção que mais contribuiu para a redução menos intensa da FBCF em 2010 (-3,3 p.p. face a -6,8 p.p. em 2009). No 4.º trimestre do ano a FBCF também registou uma quebra menos intensa do que no trimestre precedente (-4,4% e -6,9%, respetivamente), influenciada pela recuperação da componente de bens de equipamento.

**Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo**  
(VH, ano de referência 2006)

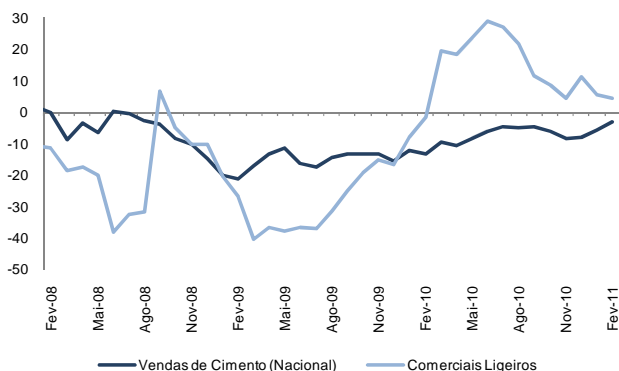


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de janeiro e fevereiro mostram que, em termos médios:

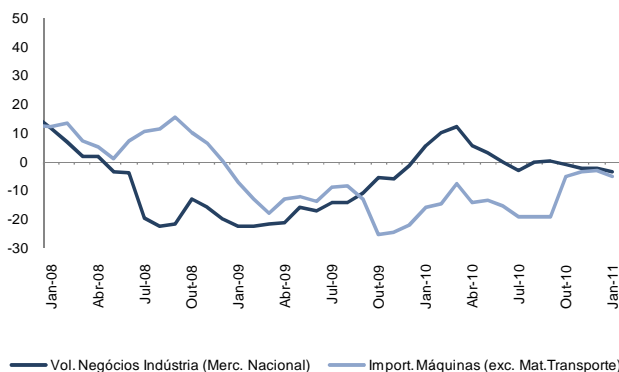
- as vendas de cimento apresentaram quebras menores do que no 4.º trimestre de 2010 (-4,2% face a -8%);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 11,4%, quando no 4.º trimestre tinham crescido 11,4%;
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável do que no 4.º trimestre de 2010.

**Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

**Figura 2.10. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No mês de janeiro, as licenças de construção de fogos e o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional acentuaram as quebras face ao último trimestre de 2010 (-19,5% e -11,5% face a -17% e -2,2%, respetivamente). Também as importações de bens de capital, excepto material de transporte continuaram a sua trajetória descendente com uma quebra de 4,6%, superior em 1,6 p.p. aquela que se verificou no 4.º trimestre de 2010.

### Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

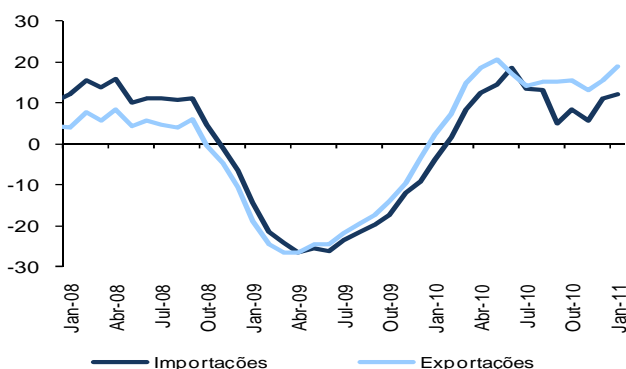
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2010				2011			
					1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-116	-4,8	-3,0	-5,1	-6,9	-4,4	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-10,1	-3,0	-5,1	-2,1	-1,8	-3,1	-3,7	-2,4	-1,8	:
Vendas de Cimento	VH	SECILE e CIMPOR	-15,5	-11,6	-9,4	-6,1	-4,7	-8,0	-9,4	-0,8	-4,8	-3,5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	17,4	19,6	29,0	11,6	11,4	-0,6	25,7	-16,9	-6,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-6,9	-33,7	-3,6	-10,7	39,9	110,4	53,4	34,3	17,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-34,3	-28,3	-3,2	-3,2	-2,9	-20,0	-8,7	-21,3	-6,5	-19,4
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-9,3	-15,6	2,8	-7,3	-17,0	-9,9	-30,8	-19,5	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-16,6	-11,4	-7,7	-15,4	-19,4	-3,0	-3,6	-7,6	-4,6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-5,8	12,3	-0,2	0,1	-2,2	-0,7	0,5	-11,5	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* exceto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado Nacional.

**Contas Externas**

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, assistiu-se em 2010 a um crescimento real das exportações de 8,7% e das importações de 5,3% (face a -11,6% e -5,3% em 2009, respetivamente), que se traduziu num contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB em 0,5 p.p. (0,7 p.p. no ano anterior). Este comportamento traduziu-se numa diminuição das necessidades de financiamento da economia de 9,8% do PIB em 2009 para 8,4% em 2010. No 4.º trimestre de 2010 as exportações e importações cresceram em termos reais face ao 3.º trimestre precedente, com as exportações a desacelerarem 0,5 p.p. (8,1%) e as importações a crescerem de forma mais significativa (4,5% face a 1,6%), refletindo as aquisições de material militar.

**Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Em janeiro os fluxos de comércio internacional de bens continuaram a crescer, com as exportações a acelerarem mais do que as importações face ao 4.º trimestre de 2010 (19,2% e 11,6% face a 15,6% e 11,2%, respetivamente). Em ambos os casos resultou da componente extracomunitária que desacelerou no caso das importações e cresceu no caso das exportações (21,3% e 12,3% face a 16% e 16,9%, respetivamente).

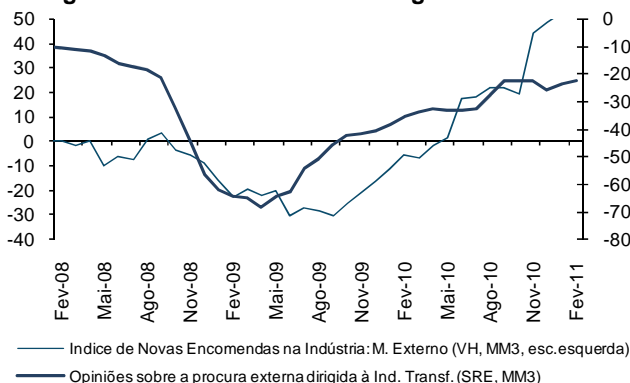
No trimestre terminado em janeiro, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuaram a acelerar em relação ao 4.º trimestre de 2010 (52,6% face a 48,6%, respetivamente). Também as opiniões à procura externa na indústria melhoraram ligeiramente nos dois primeiros meses do ano.

**Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas**

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2009	2010					2011		
					4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-116	8,7	-13	8,8	9,2	8,6	8,1	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-106	5,3	-3,7	5,6	9,9	16	4,5	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	%PIB	"	7,6	7,3	7,3	7,1	8,6	6,2	7,3	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	%PIB	"	-9,8	-8,4	-10,0	-8,9	-10,1	-7,8	-6,9	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-18,4	15,7	-3,5	14,8	17,3	15,1	15,6	9,7	14,2	24,3	19,2
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-20,0	10,8	-9,1	8,3	18,7	5,2	11,2	8,3	6,4	19,5	11,6

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2010		2011		Var. Acumulada
					jan	jan-jan	jan	jan-jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>9</sup> euros	BP	-16 969	-15 119	-1360	-1360	-1195	-1195	165
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 794	-17 931	-1249	-1249	-1217	-1217	32
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 985	6 709	310	310	394	394	83
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 688	-8 013	-335	-335	-398	-398	-63
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	2 175	-80	-80	38	38	118

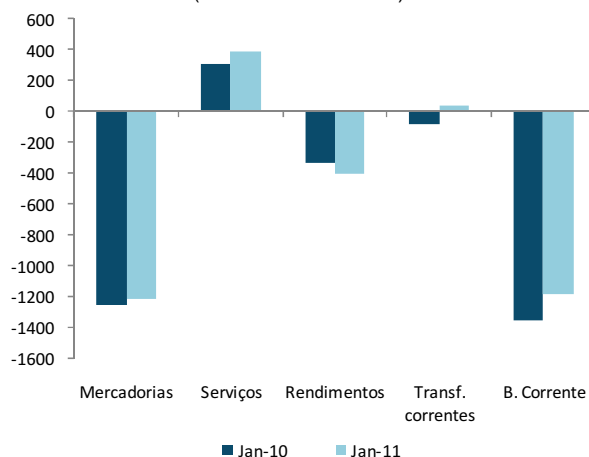
**Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Em janeiro de 2011, o défice da balança corrente foi de 1 183 milhões de euros, o que representa uma redução de 171 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos, incluindo, da balança de bens e serviços em 115 milhões de euros.

**Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



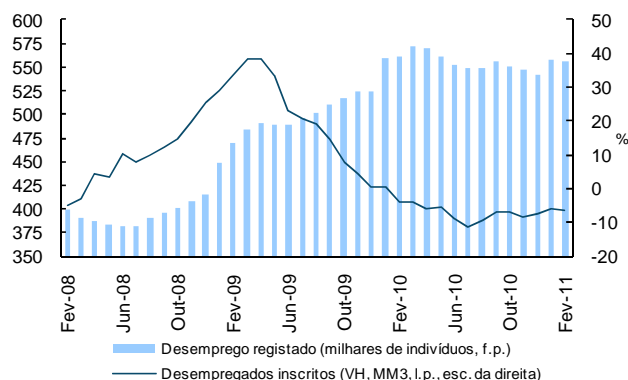
Fonte: INE.

Em janeiro de 2011 também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 165 milhões de euros, o que se traduz numa menor necessidade de financiamento externo da economia.

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP em final de fevereiro os desempregados registados totalizavam 555 mil, uma redução de 1% em termos homólogos, uma redução 0,5 p.p. superior à verificada em janeiro.

**Figura 2.14. Desemprego (%)**



Fonte: IEFP.

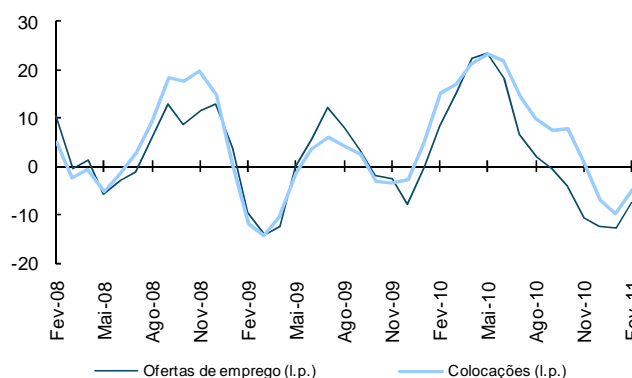
Em valores absolutos assistiu-me a uma diminuição de 5,7 mil desempregados registados face ao valor de fevereiro de 2010 e uma redução de 1,7 mil desempregados em relação a janeiro de 2011.

O número de desempregados inscritos mensalmente apresentou em fevereiro um decréscimo em termos homólogos de 8,4%, mesmo assim menos 0,7 p.p. que em janeiro.

Também ao nível das ofertas e das colocações se verificou uma evolução favorável, com crescimentos de 4,2% e 10,7%, respetivamente.

Com esta evolução o rácio das colocações sobre as ofertas subiu para os 56%, indiciando uma maior eficácia na colocação dos desempregados.

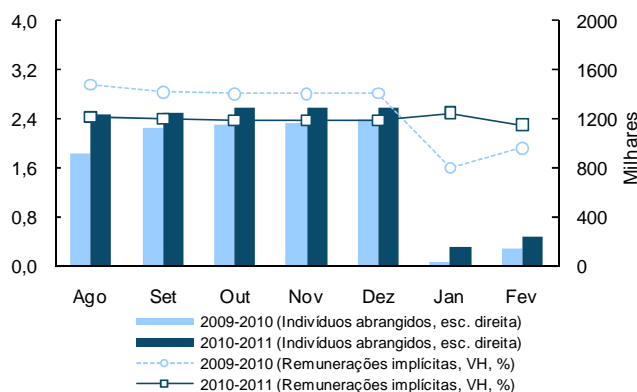
**Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)**



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) foi de 233 mil, um crescimento de 64% em termos homólogos, representado mais 91 mil que em igual período de 2010.

**Figura 2.16. Contratação Coletiva**



Fonte: MTSS.

O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT em fevereiro foi de 2,3%, uma redução de 0,2 p.p. face a janeiro.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010				2010		2011	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa de Desemprego	%	INE	10,8	10,1	10,6	10,6	10,9	11,1	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-1,5	-3,0	-1,8	-1,7	-1,1	-1,5	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3,3	26,1	18,1	12,7	8,9	3,3	4,4	3,3	-0,5	-1,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,7	0,4	-3,9	-9,1	-6,8	-7,5	-6,5	-0,8	-9,1	-8,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	4,9	-7,7	15,4	18,1	-0,3	-12,4	-11,7	-12,1	-13,9	4,2
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	2,4	2,8	1,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,3
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	:	1,0	-0,2	1,3	-0,1	4,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	:	2,0	2,0	1,6	0,8	:	-	-	-	-

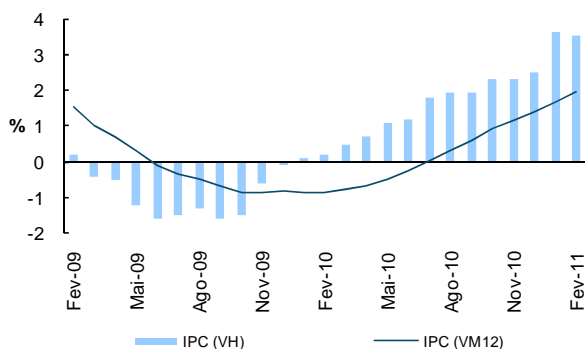
\* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

## Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou em fevereiro uma taxa de variação homóloga de 3,5%, 0,1 p.p. inferior à do mês anterior. Com este aumento a variação média dos últimos 12 meses do IPC atingiu os 2% neste mês, 0,3 p.p. superior ao valor apurado em janeiro.

Nesta evolução está refletido o aumento de 1 p.p. em todas as taxas de IVA decretado em julho de 2010, bem como o aumento em 2p.p. da taxa normal do IVA em 2011.

**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

Os transportes e a habitação, água e eletricidade foram as categorias que mais contribuíram para esta evolução, com crescimentos homólogos de 9,6% e 6,1%, respetivamente. Nestas categorias existe um forte impacto do aumento de 13,4% registado nos produtos energéticos.

O aumento de 2,3% registado nos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas foi igualmente relevante para o aumento do IPC, atendendo que em 2010 o que se verificava era uma redução dos preços nesta categoria.

Mais uma vez apenas no calçado e vestuário se observou uma redução de 8,4% dos preços em termos homólogos.

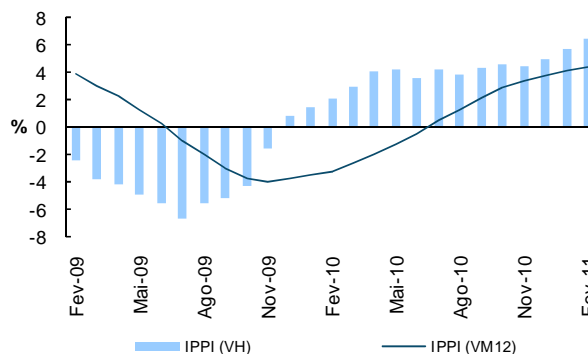
A taxa de variação do preço dos bens manteve-se nos 4,4%, já nos serviços foi de 2,4%, 0,1 p.p. inferior à do mês anterior, aumentando o diferencial em 0,2 p.p. para os 2%.

A inflação subjacente em fevereiro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos

1,9%, 0,2 p.p. abaixo do observado em janeiro, aumentando o diferencial face ao IPC total para 1,6 p.p. (+ 0,1 p.p. que no mês transato).

O Índice de Preços na Produção Industrial apresentou em fevereiro um crescimento homólogo de 6,4%, 0,6 p.p. acima do de janeiro.

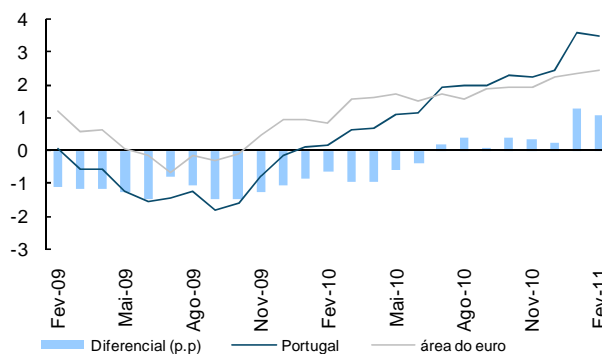
**Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI**  
(VH, %)



Fontes: INE.

Os maiores aumentos observaram-se nos agrupamentos industriais dos produtos intermédios e na energia, com crescimentos de 6,3% e 12,8%, respetivamente. Analisando por secções os maiores subidas registam-se na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio e nas Indústrias Transformadoras, 7,2% e 6,4%, respetivamente.

**Figura 2.19. IHPC**  
(VH)



Fonte: Eurostat.

### Quadro 2.6. Indicadores de Preços

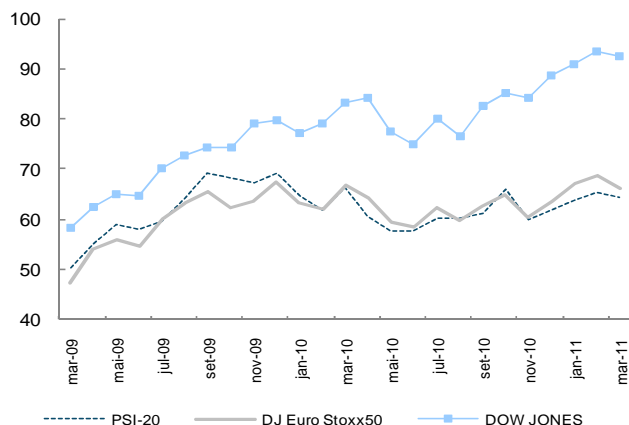
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010						2011		
				Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,4	0,2	0,3	0,6	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	1,2	1,8	1,9	1,9	2,3	2,3	2,5	3,6	3,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	1,4	-0,2	0,0	0,3	0,6	0,9	1,2	1,4	1,7	2,0
IPC – Bens	VH	"	1,7	1,4	2,4	2,6	2,6	3,2	3,0	3,4	4,4	4,4
IPC – Serviços	"	"	1,0	0,7	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	2,5	2,4
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,2	0,2	0,6	0,8	0,6	0,4	1,1	0,9	2,1	1,9
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,7	3,7	4,2	3,9	4,4	4,6	4,5	4,9	5,8	6,4
IHPC	"	"	1,4	1,1	1,9	2,0	2,0	2,3	2,2	2,4	3,6	3,5
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	-0,4	0,2	0,4	0,1	0,4	0,3	0,2	1,3	1,1

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em março os índices bolsistas internacionais apresentaram uma tendência negativa, à qual não deverá ser estranha a incerteza gerada pelo sismo e tsunami no Japão.

Assim, em termos médios e, até 23 de março, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* diminuíram 3,5% e 1,1%, respetivamente, face ao final de fevereiro.

**Figura 2.20. Índices Bolsistas**  
(abril 2007=100, fim do período)



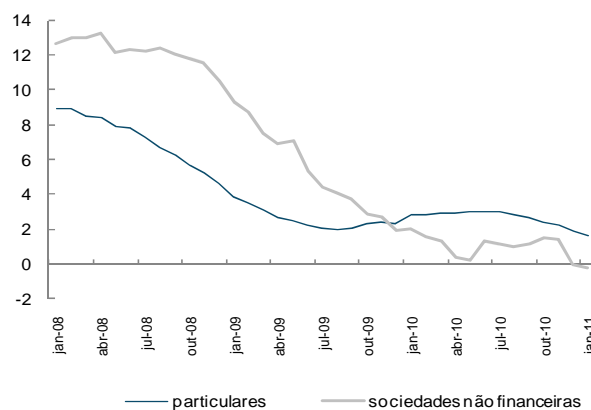
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 21.

O índice PSI-20, também apresentou uma quebra, embora menor que o verificado na zona euro. Em termos médios e, até 23 de março, o índice PSI-20 desceu 1,6% em relação ao final do mês de fevereiro.

Em janeiro os empréstimos ao sector privado não financeiro, considerando a variação anualizada, mantiveram a tendência de abrandamento do crescimento, com um crescimento de 0,8% (1,1 em Dezembro). Para esta evolução contribuiu um aumento de 1,6% (1,9% em Dezembro) dos empréstimos a particulares e uma contração de 0,2% (0% em Dezembro) dos empréstimos às empresas.

Esta quebra dos empréstimos concedidos às empresas é sintomática dos problemas que as mesmas enfrentam no acesso ao mercado de crédito.

**Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado**  
(va, em %)

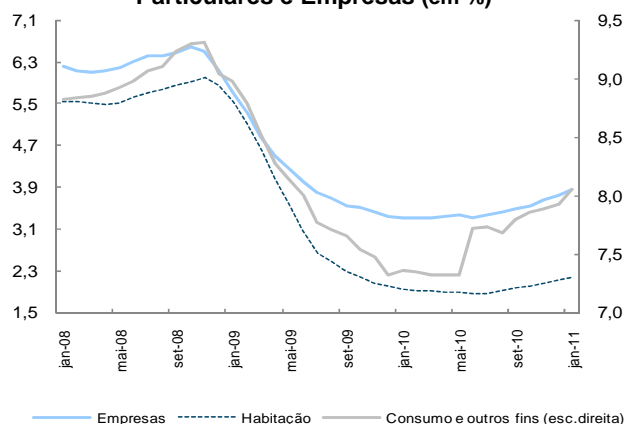


Fonte: Banco de Portugal.

Para o desaceleramento verificado no crédito destinado aos particulares contribuiu tanto a evolução dos empréstimos destinados à habitação, como os destinados ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas. A subida para as empresas foi, no entanto, superior aumentando o diferencial face à taxa paga pelos privados.

**Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)**



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

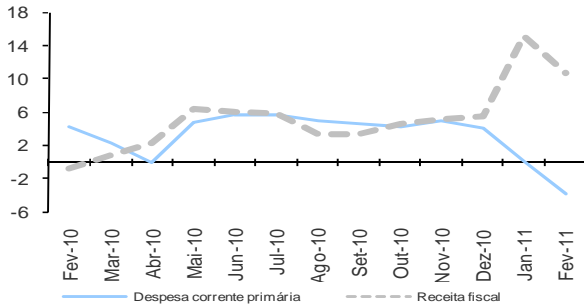
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010						2011		
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	5,2	5,2	5,4	6,3	6,2	7,1	6,6	6,9	7,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	365	257	251	331	400	378	439	365	379	424
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	-0,1	4,3	0,3	1,5	7,7	-9,4	3,6	3,0	2,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,5	3,3	3,2	3,1	3,0	2,8	2,7	2,5	2,2	:
- para consumo	va**	"	0,5	2,1	2,5	2,1	1,8	1,2	0,7	0,5	0,4	:
Empréstimos a empresas	va**	"	0,0	1,3	1,2	1,0	1,2	1,5	1,4	0,0	-0,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,12	1,86	1,86	1,91	1,97	2,01	2,06	2,12	2,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,74	3,31	3,37	3,43	3,49	3,54	3,64	3,75	3,86	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

**Finanças Públicas – Estado**

Até fevereiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 373,6 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 841 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 223,3 milhões de euros, menos 836 milhões de euros do registado no período homólogo.

**Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



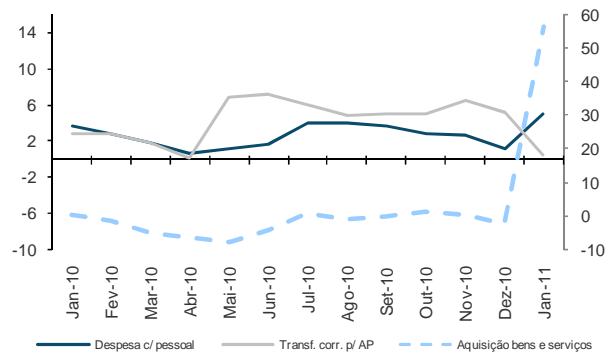
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 10,7%, justificado pelo acréscimo de 8,9% na receita dos impostos indiretos e de 14,6% dos impostos diretos. As rubricas que mais influenciaram a evolução da receita dos impostos diretos foram o IRC, com um acréscimo de 88,3%, justificado especialmente pela redução dos reembolsos em Fevereiro e da receita gerada pela tributação de dividendos e a receita do IRS, cuja variação homóloga foi de 4,9%, devido à aplicação das tabelas de retenção na fonte introduzidas em 2010. Na receita dos impostos indiretos, os principais impostos subjacentes a esse aumento foram: IVA (12%), ISV (18,3%) e imposto Único de Circulação (34,7%); e
- um decréscimo da despesa total em 3,6%, devido à diminuição das transferências correntes (-3,9%), refletindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social (-4,9) e para o SNS (-1,6%), das despesas com pessoal (-5,3%), das outras transferências correntes (-5,7%), dos subsídios (-54%), justificada pela redução dos montantes ligados à bonificação de juros com vista à aquisição de habitação própria e indemnizações compensatórias associadas

aos encargos com subsídios comparticipados pelo Estado nos apoios à instalação de painéis solares, e dos juros e outros encargos (-3,4%). Em sentido contrário, constata-se aumentos na rubrica aquisição de bens e serviços (49%), influenciada pela alteração metodológica relacionada com o pagamento da contribuição patronal para a ADSE<sup>1</sup>. Expurgando este efeito verifica-se uma diminuição de 4,7% na rubrica de aquisição de bens e serviços correntes.

**Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes** (VHA, em %)



Fonte: DGO

No final de fevereiro, a dívida direta do Estado situou-se em 153,9 mil milhões de euros, manifestando um aumento de 2300 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro, Certificados do Tesouro, ECP, CEDIC e, a destacar este mês, a primeira emissão de CEDIM (Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo prazo). Contrariamente, observou-se uma amortização líquida de Bilhetes do Tesouro, Certificados de Aforro, ECP e outra dívida não transacionável.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**

(milhões de euros)

	31-Jan-11	28-Fev-11			28-Fev-11
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	129 891	6 712	4 279	0	132 324
Bilhetes do Tesouro	17 403	2 400	3 482	0	16 321
Obrigações do Tesouro	107 285	3 492	216	9	110 570
Não Transacionável	21 672	3 781	3 915	0	21 538
Certificados de Aforro	15 289	30	289	0	15 029
CEDIC	4 989	3 594	3 590	0	4 993
Total	151 563	10 493	8 194	0	153 862

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2010		2011		2010			2011
	Fev		Fev		VHA (%)			Fev
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		Nov	Dez	Jan	Fev
Receita Total	5858	6442	16,1	16,7	4,0	4,6	14,4	10,0
Receita corrente	5788	6288	16,7	17,1	3,3	3,9	11,9	8,6
Impostos diretos	1715	1965	12,9	14,3	-0,3	0,8	26,0	14,6
Impostos indiretos	3586	3904	20,2	19,8	9,0	9,2	8,0	8,9
Despesa Total	7073	6816	13,5	13,9	2,6	3,7	0,9	-3,6
Despesa corrente primária	6543	6288	15,5	16,3	4,9	3,9	0,2	-3,9
Despesa corrente	6698	6438	14,0	14,3	4,0	3,4	0,7	-3,9
Despesa com pessoal	1594	1510	13,8	15,7	0,4	-1,0	4,9	-5,3
Aquisição bens e serviços	102	152	6,4	8,2	0,5	-2,5	56,5	49,0
Subsídios	57	26	7,9	4,2	-9,5	-11,0	-63,7	-54,0
Juros	156	150	2,8	2,4	-2,3	-0,7	23,1	-3,4
Transferências corr. p/ AP	3944	3790	15,9	16,6	7,6	6,2	0,5	-3,9
Saldo Global	-1215	-374	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1059	-223	-	-	-	-	-	-

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

<sup>1</sup> Em 2011, foi introduzida a contribuição patronal para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registados como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até fevereiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 732,8 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 130 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas<sup>1</sup>.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 6,7%, explicada pelo aumento da receita de capital que aumentou 239,3% e cujo comportamento traduz o aumento observado das transferências de capital (236,9%), bem como o aumento da receita corrente em 0,3%, refletindo a evolução da rubrica Contribuições para a Segurança Social, CGA; e
- um aumento da despesa em 3,7%, que tem em consideração o acréscimo da despesa corrente em 2,3% e o aumento da despesa de capital em 55%. Para a evolução da despesa corrente contribuíram os aumentos nas rubricas transferências correntes (2,8%), subsídios (84,5%), aquisição de bens e serviços (1,3%) e despesas com pessoal (3,5%). A despesa de capital revelou aumentos nas transferências de capital (65,4%) e no investimento (154,5%).

#### Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	Fev		Fev		Jan	Fev
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)	
Receita Total	3585	3836	127	155	69	67
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	544	562	13,1	13,4	7,3	3,2
Transferências correntes da Adm. Central	2551	2467	15,8	16,0	2,1	-3,7
Despesa Total	2992	3103	112	130	64	3,7
Despesa com pessoal	334	346	9,7	111	7,4	3,5
Aquisição de bens e serviços	1086	110	12,1	110	10,5	13
Transferências correntes	1387	1426	12,7	13,6	0,1	2,8
Saldo Global	602	733	-	-	-	-

Fonte: DGO.

## Administração Central

Nos primeiros dois meses do ano, o excedente orçamental provisório da Administração Central foi de 359,2 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 10132 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. A receita total exibiu um grau de execução, face ao objectivo traçado no Orçamento do Estado, de 16,4%. Com a receita corrente e a receita de capital a apresentarem graus de execução orçamental de 16,2% e 19,4%, respetivamente. A despesa total manifestou um grau de execução orçamental menor que o da receita, situando-se nos 13%, contribuindo para este efeito os graus de execução de 13,4% e 8,6% da despesa corrente e da despesa de capital, respetivamente.

<sup>1</sup> Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

<sup>2</sup> Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

## Serviço Nacional de Saúde

### Execução financeira consolidada do SNS

Nos primeiros dois meses de 2011, a execução financeira consolidada<sup>2</sup> provisória do SNS aponta para um excedente de 53,6 milhões de euros, que compara com um défice de 24,6 milhões de euros face ao período homólogo.

A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 0,6%, justificada pela redução da transferência do Orçamento do Estado (-0,6%), embora tenha sido parcialmente compensada pelo aumento da receita procedente da prestação de serviços (10,4%), cujas políticas definidas em 2011, nomeadamente no campo das taxas moderadoras, apenas terão impacto nos próximos meses; e
- uma diminuição da despesa em 6%, devido à diminuição da despesa com subcontratos (-8%), onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos (-18,7%), nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. (-3,1%) e meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros subcontratos (-12,6%), e despesas com pessoal (-8,4%), que conjuga o efeito da redução da massa salarial e da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e suplementos remuneratórios.

#### Quadro 2.11. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010	2011	2011	
	Fev		Jan	Fev
	10 <sup>6</sup> euros		VHA%	
Receita Cobrada	1402	1394	-0,2	-0,6
Transferências do Orçamento do Estado	1358	1350	-0,6	-0,6
Prestação de serviços	12	13	44,4	10,4
Outras receitas	19	24	34,5	22,7
Despesa Total	1426	1340	-7,0	-6,0
Despesa com pessoal	167	153	-8,2	-8,4
Subcontratos	1215	1117	-8,4	-8,0
Outras despesas	15	25	2615	69,8
Saldo Global	-25	54	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

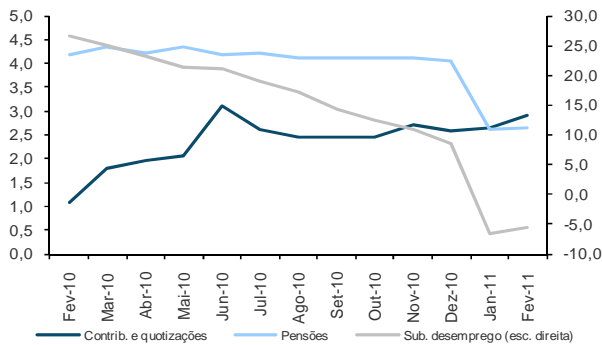
**Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações**

Em fevereiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 481,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 71,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

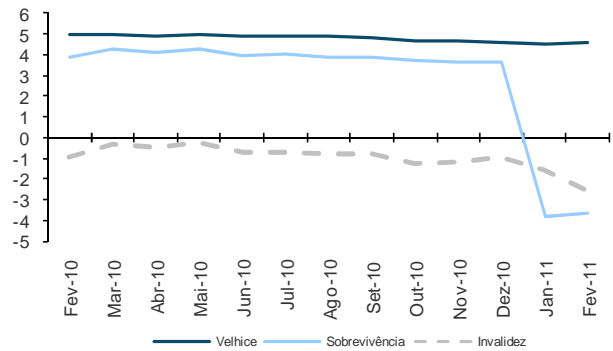
- um aumento da receita corrente em 3,5% derivado do aumento das rubricas: contribuições e quotizações (2,9), IVA social (3,8%) e transferências do Fundo Social Europeu. Em sentido contrário, observaram-se diminuições de 5,1% das transferências correntes; e
- um aumento da despesa corrente em 1,8%, refletindo, em particular, a subida da despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (2,6%), subsídio por doença (17,1%), outras prestações (12,2%), ação social (2%) e complemento solidário para idosos (6,5%). Contrariamente registaram-se decréscimos no subsídio familiar a crianças e jovens (-29,2%), no rendimento social de inserção (-26,8%), no subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-5,6%), outras despesas correntes (-10,5%) e na administração (-6,5%). As ações de formação profissional persistem em crescimentos elevados (205,1%), especialmente as ações suportadas pelo Fundo Social Europeu. Relativamente ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 1,5% no subsídio de doença e uma diminuição de 19,4% no subsídio de desemprego

**Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social** (VHA, em %)



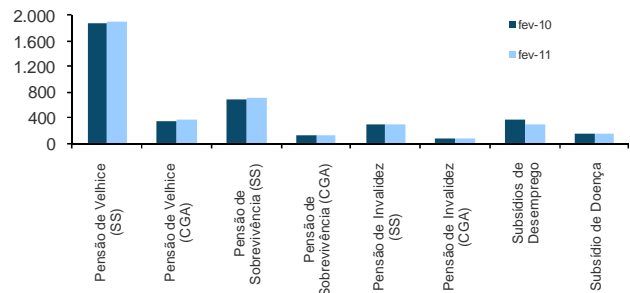
Fonte: DGO.

**Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social** (VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos** (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até fevereiro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 196 milhões de euros, mais 99,4 milhões de euros face ao período homólogo. A receita corrente diminuiu 2,3%, devido ao decréscimo registado nas transferências correntes (-5,9%). A despesa corrente aumentou 2,7%, refletindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,9%).

**Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2010		2011		2010		2011		2011	
	Fev		Fev		Fev		Fev		Fev	
	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10^6 euros	10^6 euros
Receita Total	3721	3853	3,5	15,6	16,0	1312	1444	10,1	12,6	16,3
Contribuições e quotizações	2270	2336	2,9	16,8	16,6	544	562	3,2	12,7	13,5
Transferências correntes da Adm. Central	1205	1144	-5,1	15,3	16,5	765	719	-5,9	19,0	16,8
Despesa Total	3311	3372	1,8	14,3	14,4	1215	1248	2,7	14,4	14,4
Pensões	1984	2036	2,6	14,2	14,1	1207	1243	2,9	14,4	14,4
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	369	348	-5,6	16,6	16,9	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	748	710	-5,1	15,6	16,5	-	-	-	-	-
Saldo Global	410	481	-	-	-	97	196	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.



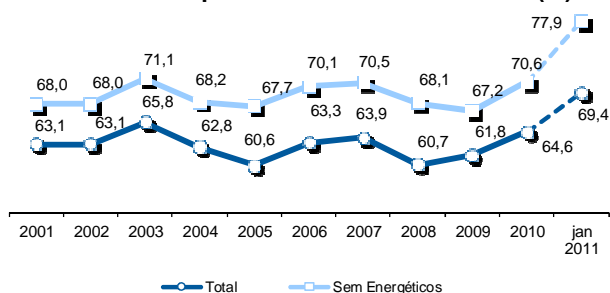
### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de janeiro de 2011, as saídas de mercadorias cresceram a um ritmo superior ao das entradas (19,2% e 11,6%, respetivamente) <sup>[3]</sup>. O saldo negativo da balança comercial (fob/cif) recuperou 2,5% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas cresceram a mais do dobro do ritmo das entradas (21,8% e 9,3%, respetivamente).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)**

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
<b>Saídas (fob)</b>	2.608	3.108	19,2	19,0	16,8
<b>Entradas (cif)</b>	4.014	4.478	11,6	12,3	11,8
<b>Saldo (fob-cif)</b>	-1.406	-1.370	-2,5	1,5	3,5
<b>Cobertura (fob/cif)</b>	65,0	69,4	-	-	-
	68,2	72,8	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
<b>Saídas (fob)</b>	2.425	2.954	21,8	19,6	15,2
<b>Entradas (cif)</b>	3.469	3.791	9,3	11,4	9,0
<b>Saldo (fob-cif)</b>	-1.044	-837	-19,8	-5,1	-3,8
<b>Cobertura (fob/cif)</b>	69,9	77,9	-	-	-
	73,4	81,8	-	-	-
<b>Extra-UE</b> (milhões de Euros)					
<b>Exportações (fob)</b>	580	704	21,3	20,4	19,2
<b>Importações (cif)</b>	974	1.094	12,3	14,3	26,0
<b>Saldo (fob-cif)</b>	-394	-390	-0,9	1,3	42,2
<b>Cobertura (fob/cif)</b>	59,6	64,4	-	-	-
	62,5	67,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº03/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

Nos últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2011, as saídas registaram um crescimento homólogo de 16,8% e as entradas 11,8%. O saldo da balança comercial agravou-se em 3,5%.

Em janeiro de 2011, a taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias atingiu os 69,4%, mais 4,4 p.p. que em igual mês do ano passado. Excluindo os produtos energéticos, essa taxa foi superior à do total dos produtos em 8,5 p.p., atingindo os 77,9%. (Figura 3.1 e Quadro 3.1).

**Quadro 3.2. Balança Comercial do mês de janeiro**

Janeiro	valores em milhões de Euros		
	2009	2010	TVH
<b>Intra + Extra UE</b>			
Saídas	2 608	3 108	19,2
Entradas	4 014	4 478	11,6
Saldo (fob-cif)	- 1 406	- 1 370	-2,5
Cobertura (fob/cif)	65,0	69,4	-
<b>Intra UE</b>			
Expedições	2 028	2 404	18,5
Chegadas	3 040	3 384	11,3
Saldo (fob-cif)	- 1 012	- 980	-3,2
Cobertura (fob/cif)	66,7	71,0	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (Fob)	580	704	21,3
Importações (Cif)	974	1 094	12,3
Saldo (fob-cif)	- 394	- 390	-0,9
Cobertura (fob/cif)	59,6	64,4	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

No mês de janeiro, o défice da balança comercial Intra UE foi inferior ao registado no mês homólogo (-3,2%), com as saídas de mercadorias a aumentar 18,5% e as entradas 11,3%. No caso dos países terceiros, o saldo negativo da balança comercial sofreu um ligeiro desagramento de 0,9% (Quadro 3.2).

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 478	11,6	2 608	3 108	19,2
fev	4 230			2 719		
mar	5 029			3 333		
abr	4 485			2 962		
mai	4 679			3 048		
jun	5 544			3 137		
jul	4 645			3 402		
ago	4 177			2 512		
set	4 884			3 314		
out	5 082			3 267		
nov	5 020			3 325		
dez	5 118			3 129		
1º trim	13 273			8 659		
2º trim	14 708			9 148		
3º trim	13 706			9 228		
4º trim	15 220			9 722		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

**Saídas de Mercadorias**

No mês de janeiro de 2011 as saídas de mercadorias registaram uma variação positiva de 19,2% face a janeiro de 2010. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 21,8%.

Nesse mês, à exceção dos produtos energéticos (-15,7%), todos os grupos de produtos registaram taxas de variação homólogas positivas. De destacar os contributos positivos para o crescimento total das saídas dos grupos de produtos “Material de Transporte” e “Químicos” (+4,3 p.p. e 4,2 p.p., respetivamente). Por outro lado, os produtos com maior peso na estrutura das saídas de mercadorias foram as “Máquinas” (14,7%), o “Material de Transporte” (14,3%) e os “Químicos” (12,9%).

Nos últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2011, as saídas de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 16,8%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 15,2% (Quadros 3.1 e 3.4).

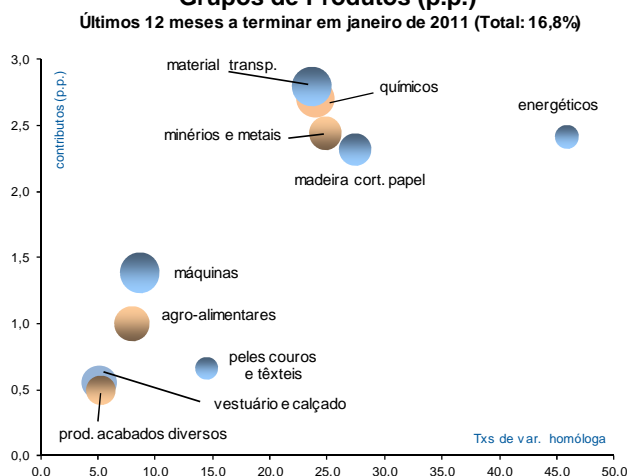
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas no último ano. A análise da Figura 3.2 e dos valores que constam no Quadro 3.4 permite concluir que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias, registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas.

Destacam-se os produtos “Energéticos”, “Madeira, cortiça e papel” e “Minérios e Metais” como aqueles que registaram as maiores taxas de crescimento homólogo (45,9%, 27,5% e 24,8%, respetivamente).

Analisando o contributo dos diferentes grupos de produtos para o crescimento das saídas de mercadorias, os grupos de produtos “Material de Transporte” e “Químicos” foram os que mais contribuíram para o crescimento homólogo do total das saídas neste último ano a terminar em janeiro de 2011, com um contributo de +2,8 p.p. e +2,7 p.p., respetivamente.

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.) e “Madeira, Cortiça e Papel” (+2,3 p.p.). Embora com um menor contributo (+2,4 p.p.), as saídas de “Minérios e Metais” cresceram 24,8% no último ano a terminar em janeiro de 2011 e aumentaram o seu peso relativo no total das saídas de mercadorias para 10,5% em 2010.

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)**



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

**Quadro 3.4. Saídas \* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			janeiro		Anual		janeiro		últimos 12 meses	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
	Intra + Extra UE									
<b>Total das Saídas</b>	<b>2 608</b>	<b>3 108</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>16,8</b>	<b>16,8</b>	<b>19,2</b>	<b>19,2</b>
000 Agro-Alimentares	285	343	8,7	11,7	10,9	11,0	7,9	1,0	20,5	2,2
100 Energéticos	183	154	4,1	6,7	7,0	5,0	45,9	2,4	-15,7	-1,1
200 Químicos	292	401	10,5	11,9	11,2	12,9	23,9	2,7	37,3	4,2
300 Madeira, Cortiça e Papel	229	290	8,9	9,4	8,8	9,3	27,5	2,3	26,5	2,3
400 Peles, Couros e Têxteis	113	142	5,3	4,5	4,3	4,6	14,5	0,7	25,8	1,1
500 Vestuário e Calçado	311	331	12,4	9,8	11,9	10,7	5,2	0,6	6,5	0,8
600 Minérios e Metais	235	302	9,1	10,5	9,0	9,7	24,8	2,4	28,5	2,6
700 Máquinas	400	456	19,4	14,9	15,3	14,7	8,7	1,4	14,2	2,2
800 Material de Transporte	331	444	13,9	12,4	12,7	14,3	23,7	2,8	34,2	4,3
900 Produtos Acabados Diversos	230	245	7,7	8,3	8,8	7,9	5,3	0,5	6,4	0,6

Por memória:

Total sem energéticos	2 425	2 954	95,9	93,3	93,0	95,0	15,2	14,4	21,8	20,3
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

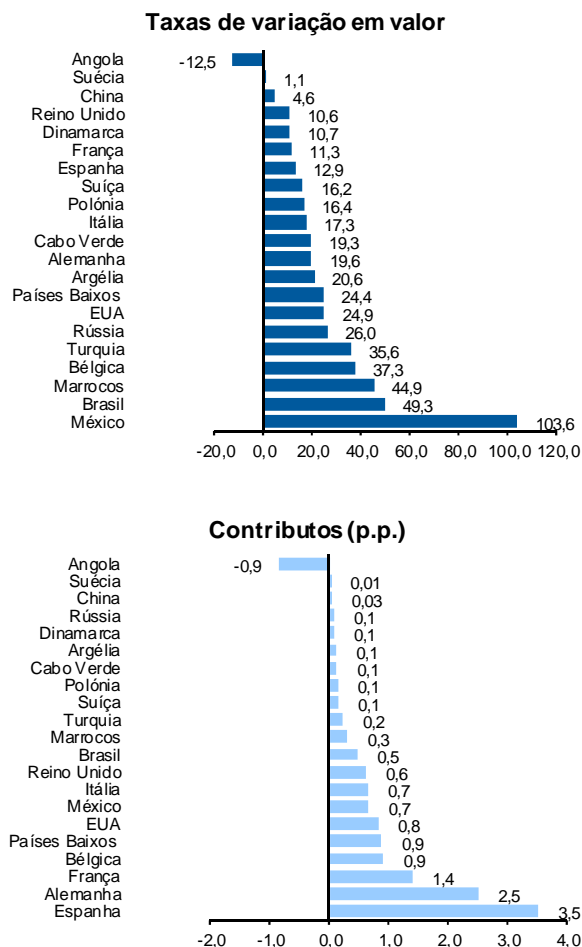
No mês de janeiro de 2011, as expedições para o mercado comunitário cresceram 18,6%. As expedições com destino aos países da UE-15 cresceram 18,9%, enquanto as expedições para os Países do Alargamento registaram uma variação homóloga positiva inferior (9,6%). As exportações Extra UE continuaram a registar uma taxa de crescimento superior à das expedições para a UE27, 21,3% (Quadro 3.5).

Espanha continua a ser o principal mercado de destino das saídas de mercadorias portuguesas, representando, 26,1% do total das saídas de mercadorias em janeiro de 2011. De referir, anda, a recuperação do nível das saídas para Angola que nesse mês cresceram 13% em termos homólogos.

Nos últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2011, as saídas para os países do mercado comunitário cresceram 16%. As saídas com destino à EU-15 cresceram 15,7%, sendo que as expedições com destino à Espanha (+3,5 p.p.) e à Alemanha (2,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento total das saídas. As expedições de mercadorias cresceram 10,6% para o Reino Unido e 11,3% para a França.

Neste período, evidenciou-se, entre os países terceiros, o comportamento positivo das exportações para o México (+103,6%), Brasil (+49,3%) e Marrocos (+44,9%). Angola continuou a destacar-se como sendo o mercado de destino responsável pela única contribuição negativa (-0,9 p.p.) (Figura 3.3).

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos**  
Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2011



### Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	2010	2011	anual		janeiro		média anual 05-10*	12 meses [1]		janeiro	
			2005	2010	2010	2011		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL</b>	<b>2 608</b>	<b>3 108</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,4</b>	<b>16,8</b>	<b>16,8</b>	<b>19,2</b>	<b>19,2</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>2 028</b>	<b>2 404</b>	<b>80,3</b>	<b>75,0</b>	<b>77,8</b>	<b>77,4</b>	<b>2,0</b>	<b>16,0</b>	<b>12,1</b>	<b>18,6</b>	<b>14,4</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>1 944</b>	<b>2 312</b>	<b>78,4</b>	<b>71,9</b>	<b>74,5</b>	<b>74,4</b>	<b>1,6</b>	<b>15,7</b>	<b>11,4</b>	<b>18,9</b>	<b>14,1</b>
Espanha	738	811	27,6	26,6	28,3	26,1	2,6	12,9	3,5	9,9	2,8
Alemanha	328	433	12,5	13,0	12,6	13,9	4,3	19,6	2,5	32,3	4,1
França	339	403	13,5	11,8	13,0	13,0	0,6	11,3	1,4	18,7	2,4
R.Unido	152	178	8,3	5,5	5,8	5,7	-4,7	10,6	0,6	17,3	1,0
Itália	104	126	4,4	3,8	4,0	4,1	0,5	17,3	0,7	22,2	0,9
P.Baixos	99	137	4,0	3,8	3,8	4,4	2,4	24,4	0,9	38,7	1,5
Bélgica	73	92	3,9	2,9	2,8	3,0	-2,9	37,3	0,9	25,7	0,7
Suécia	35	34	1,1	1,0	1,3	1,1	1,3	1,1	0,0	-1,9	0,0
Dinamarca	19	22	0,8	0,7	0,7	0,7	0,4	10,7	0,1	13,2	0,1
<b>Alargamento</b>	<b>84</b>	<b>92</b>	<b>1,8</b>	<b>3,1</b>	<b>3,2</b>	<b>3,0</b>	<b>14,6</b>	<b>23,9</b>	<b>0,7</b>	<b>9,6</b>	<b>0,3</b>
Polónia	24	27	0,5	0,9	0,9	0,9	13,3	16,4	0,1	13,1	0,1
<b>Extra UE-27</b>	<b>580</b>	<b>704</b>	<b>19,7</b>	<b>25,0</b>	<b>22,2</b>	<b>22,6</b>	<b>8,4</b>	<b>19,2</b>	<b>4,7</b>	<b>21,3</b>	<b>4,7</b>
dos quais:											
Angola	128	145	2,6	5,2	4,9	4,6	18,9	-12,5	-0,9	13,0	0,6
EUA	114	99	5,3	3,6	4,4	3,2	-4,3	24,9	0,8	-13,1	-0,6
Brasil	26	39	0,6	1,2	1,0	1,2	18,9	49,3	0,5	49,2	0,5
Suíça	26	29	0,8	0,9	1,0	0,9	5,7	16,2	0,1	11,9	0,1
C.Verde	16	21	0,5	0,7	0,6	0,7	12,1	19,3	0,1	31,1	0,2
China	17	22	0,5	0,6	0,6	0,7	6,7	4,6	0,0	34,9	0,2
Marrocos	13	28	0,4	0,8	0,5	0,9	18,2	44,9	0,3	18,1	0,6
México	8	21	0,3	1,1	0,3	0,7	36,2	103,6	0,7	165,3	0,5
Turquia	12	22	0,7	0,7	0,5	0,7	2,9	35,6	0,2	84,0	0,4
Argélia	12	17	0,2	0,6	0,4	0,6	31,3	20,6	0,1	49,1	0,2
Por memória:											
Rússia	6	7	0,3	0,3	0,2	0,2	8,8	26,0	0,1	16,5	0,0
PALOP	156	183	3,4	6,6	6,0	5,9	17,8	-6,9	-0,6	17,3	1,0
EFTA	34	36	1,1	1,1	1,3	1,2	3,4	11,6	0,1	7,2	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] (Fev 10-Jan 11)/(Fev 09-Jan 10) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

### Entradas de Mercadorias

Em janeiro de 2011, as entradas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 11,6% (Quadro 3.6).

Nesse mês, os maiores contributos para o crescimento do total das entradas dizem respeito à entrada dos grupos de produtos "Energéticos" (+3,5 p.p.) e "Químicos" (+3,4 p.p.). As entradas de "Minérios e Metais" e "Energéticos" foram as que registaram maiores crescimentos homólogos relativamente ao mesmo mês do ano passado (26,7% e 26%, respetivamente)

No último ano a terminar em janeiro de 2011, as entradas cresceram 11,8%. As entradas de "Produtos Energéticos" foram as que mais contribuíram para este crescimento (+3,9 p.p.), seguidos do "Material de Transporte" (+3,1 p.p.).

A UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas representando 75,6% das entradas de mercadorias no mês de janeiro de 2011.

A Espanha continua a ser o principal mercado de origem das entradas de mercadorias (32,9% do total).

Comparativamente a janeiro de 2010, as *entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário* aumentaram 11,3%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram 11% e as provenientes dos países do Alargamento 20,6%. As entradas de mercadorias provenientes da Espanha (+5,8 p.p.) e da Alemanha (+3,1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o aumento das entradas.

As *entradas de mercadorias provenientes de países terceiros* cresceram, em janeiro de 2011 e relativamente o mesmo mês no ano passado, 12,3%. Os principais mercados de origem das entradas de mercadorias foram a Nigéria, a China e os EUA, que representaram 2,7%, 2,6% e 2,3%, respetivamente, do total das entradas de mercadorias. Nesse mês as entradas de mercadorias provenientes da Arábia Saudita e da Nigéria foram superiores em 84,9% e 44,9%, respetivamente, às registadas no mesmo mês de 2010.

**Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	janeiro		Anual		janeiro		12 meses [1]		janeiro	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>4 014</b>	<b>4 478</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>11,8</b>	<b>11,8</b>	<b>11,6</b>	<b>11,6</b>
<b>Grupos de Produtos</b>										
000-Agro-Alimentares	551	654	11,9	13,8	13,7	14,6	5,1	0,8	18,6	2,6
100-Energéticos	545	687	14,1	14,7	13,6	15,3	31,2	3,9	26,0	3,5
200-Químicos	604	739	13,3	15,2	15,1	16,5	12,4	1,9	22,3	3,4
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	185	210	4,7	4,6	4,6	4,7	11,3	0,5	13,6	0,6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	284	335	6,8	6,8	7,1	7,5	12,9	0,9	17,8	1,3
500-Minérios e Metais	324	411	9,2	8,6	8,1	9,2	16,7	1,4	26,7	2,2
600-Máquinas [3]	670	684	20,5	16,4	16,7	15,3	-4,3	-0,8	2,1	0,3
700-Material de Transporte [4]	595	513	13,5	14,1	14,8	11,5	25,5	3,1	-13,8	-2,1
800-Prod. Acabados Diversos	255	246	6,0	5,9	6,4	5,5	1,7	0,1	-3,4	-0,2
Total sem energéticos	3 469	3 791	85,9	85,3	86,4	84,7	9,0	7,8	9,3	8,0
<b>Mercados de origem</b>										
<b>Intra UE-27</b>	<b>3 040</b>	<b>3 385</b>	<b>0,0</b>	<b>75,7</b>	<b>75,7</b>	<b>75,6</b>	<b>7,8</b>	<b>6,1</b>	<b>11,3</b>	<b>8,6</b>
dos quais:										
<b>UE-15</b>	<b>2 941</b>	<b>3 265</b>	<b>0,0</b>	<b>73,3</b>	<b>73,3</b>	<b>72,9</b>	<b>7,8</b>	<b>5,9</b>	<b>11,0</b>	<b>8,1</b>
Espanha	1241	1473	0,0	31,2	30,9	32,9	7,4	2,4	18,7	5,8
Alemanha	439	563	0,0	13,9	10,9	12,6	19,8	2,6	28,3	3,1
França	311	323	0,0	7,2	7,8	7,2	-3,8	-0,3	3,8	0,3
Itália	230	223	0,0	5,7	5,7	5,0	7,5	0,4	-2,8	-0,2
Países Baixos	315	242	0,0	5,1	7,8	5,4	1,5	0,1	-23,3	-1,8
Reino Unido	144	156	0,0	3,8	3,6	3,5	25,6	0,9	8,2	0,3
Bélgica	117	139	0,0	2,9	2,9	3,1	12,7	0,4	18,5	0,5
Suécia	34	35	0,0	1,0	0,9	0,8	16,8	0,2	3,5	0,0
Irlanda	33	41	0,0	1,0	0,8	0,9	6,7	0,1	21,6	0,2
<b>Alargamento</b>	<b>99</b>	<b>120</b>	<b>0,0</b>	<b>2,3</b>	<b>2,5</b>	<b>2,7</b>	<b>10,2</b>	<b>0,2</b>	<b>20,6</b>	<b>0,5</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>974</b>	<b>1 094</b>	<b>0,0</b>	<b>24,3</b>	<b>24,3</b>	<b>24,4</b>	<b>26,0</b>	<b>5,6</b>	<b>12,3</b>	<b>3,0</b>
dos quais:										
Nigéria	85	123	0,0	2,4	2,1	2,7	13,9	0,3	44,9	0,9
China	105	118	0,0	2,8	2,6	2,6	42,3	0,9	12,6	0,3
Brasil	77	63	0,0	1,8	1,9	1,4	10,6	0,2	-18,5	-0,4
EUA	102	103	0,0	1,5	2,5	2,3	-5,2	-0,1	1,1	0,0
No ruega	46	24	0,0	0,9	1,2	0,5	-15,8	-0,2	-48,6	-0,6
Rússia	20	8	0,0	0,7	0,5	0,2	-25,4	-0,3	-59,6	-0,3
Arábia Saudita	35	64	0,0	0,9	0,9	1,4	44,2	0,3	84,9	0,7
Líbia	35	13	0,0	1,3	0,9	0,3	103,5	0,7	-61,4	-0,5
Suíça	27	23	0,0	0,7	0,7	0,5	10,2	0,1	-11,5	-0,1
Japão	26	27	0,0	0,6	0,6	0,6	32,1	0,2	4,8	0,0
Turquia	24	7	0,0	0,6	0,6	0,2	7,5	0,0	-72,2	-0,4
Coreia do Sul	22	17	0,0	0,4	0,5	0,4	-14,8	-0,1	-22,8	-0,1
Argélia	49	24	0,0	0,5	1,2	0,5	-15,3	-0,1	-50,1	-0,6
Índia	25	35	0,0	0,7	0,6	0,8	56,3	0,3	40,7	0,3
OPEP[5]	297	371	0,0	6,8	7,4	8,3	31,7	1,9	25,2	1,9
EFTA	74	48	0,0	1,6	1,8	1,1	-7,2	-0,1	-34,7	-0,6
PALOP	55	139	0,0	1,1	1,4	3,1	220,9	0,9	153,4	2,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

[1] (Fev 10-Jan 11)/(Fev 09-Jan 10) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

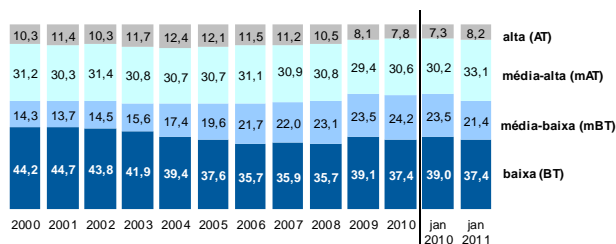
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

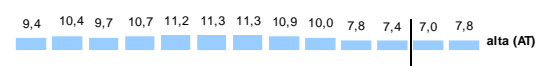
## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Em janeiro de 2011, as saídas de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 19,7%. As saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta) continuam a representar mais de metade do total das saídas destes produtos (54,5%). Os produtos de alta e média alta tecnologia foram aqueles cujas saídas registaram um maior crescimento homólogo nesse mês (+33,5 e 31,4%, respetivamente). (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



**Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":**

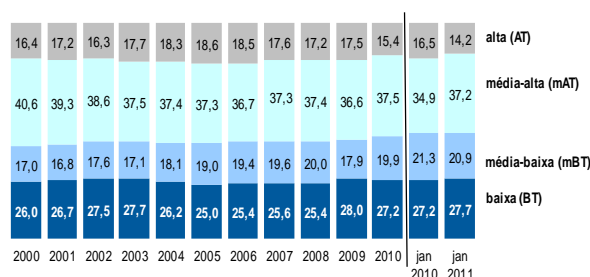


Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

No mês em análise, as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* representaram 37,4% do total das saídas de produtos industriais transformados e cresceram, em termos homólogos, 14,5%.

As saídas de produtos de média alta intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das saídas de produtos industriais transformados (+9,5 p.p.). O mesmo se pode dizer relativamente às entradas deste tipo de produtos, que contribuíram +6,5 p.p. para o crescimento de 11,3% das entradas de produtos industriais transformados.

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

## Quadro 3.7. Saídas e Entradas \* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

**Intra + Extra-UE**

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2010	janeiro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)	
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	janeiro 2011/10	2009	2010	janeiro		2010	janeiro 2011
									2010	2011		
<b>SAÍDAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>34 481 954</b>	<b>2 459 340</b>	<b>2 943 148</b>	<b>3,0</b>	<b>15,0</b>	<b>19,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,0</b>	<b>19,7</b>
Alta tecnologia	2 675 436	180 093	240 390	-5,8	10,8	33,5	8,1	7,8	7,3	8,2	0,9	2,5
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 528 417	171 751	228 395	-5,4	9,0	33,0	7,8	7,4	7,0	7,8	0,7	2,3
Média-alta tecnologia	10 552 758	741 995	974 840	2,9	19,8	31,4	29,4	30,6	30,2	33,1	5,8	9,5
Média-baixa tecnologia	8 347 738	576 939	628 600	7,4	18,7	9,0	23,5	24,2	23,5	21,4	4,4	2,1
Baixa tecnologia	12 906 021	960 313	1 099 318	2,9	10,0	14,5	39,1	37,4	39,0	37,4	3,9	5,7
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Saídas</b>	<b>36 757 187</b>	<b>2 608 112</b>	<b>3 108 166</b>	<b>3,4</b>	<b>15,7</b>	<b>19,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,7</b>	<b>19,2</b>
Residual [3]	2 275 233	148 772	165 018	11,1	27,9	10,9	5,6	6,2	5,7	5,3	1,6	0,6
<b>ENTRADAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>46 952 389</b>	<b>3 335 223</b>	<b>3 710 459</b>	<b>1,7</b>	<b>8,0</b>	<b>11,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>8,0</b>	<b>11,3</b>
Alta tecnologia	7 211 227	551 861	526 798	-2,2	-5,1	-4,5	17,5	15,4	16,5	14,2	-0,8	-0,8
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 866 367	506 724	509 106	-1,4	-0,9	0,5	16,2	14,7	15,4	13,8	-0,1	0,1
Média-alta tecnologia	17 628 722	1 163 675	1 381 959	1,8	10,7	18,8	36,6	37,5	34,9	37,2	4,0	6,5
Média-baixa tecnologia	9 322 916	711 911	773 763	2,6	19,6	8,7	17,9	19,9	21,3	20,9	3,9	1,9
Baixa tecnologia	12 789 524	907 777	1 027 940	3,4	5,2	13,2	28,0	27,2	27,2	27,7	1,4	3,6
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Entradas</b>	<b>56 905 920</b>	<b>4 013 913</b>	<b>4 478 256</b>	<b>2,1</b>	<b>10,8</b>	<b>11,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>10,8</b>	<b>11,6</b>
Residual [3]	9 953 531	678 690	767 797	4,0	26,1	13,1	15,4	17,5	16,9	17,1	4,6	2,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para o mês de Janeiro de 2010 e 2011 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

\* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

Os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o ano de 2010 apontam para um crescimento homólogo de 12,7% das "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços. A componente dos Bens destaca-se como aquela que mais contribuiu para o crescimento das "exportações" totais (10,1 p.p.).

Neste ano, a componente dos Serviços representou 32,3% do total das "Exportações" e contribuiu 2,6 p.p. para o crescimento das "exportações" totais. No que se refere às "Importações" (débitos) o seu peso no total foi de 16,5% e o seu contributo foi menos expressivo (+0,9 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no ano de 2010, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

No ano de 2010, destacou-se o contributo positivo do Material de Transporte e dos serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (ambos com, aproximadamente, +0,7 p.p.).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**  
Ano de 2010



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as "Exportações" de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das "exportações" de Bens. A distribuição do contributo das "Exportações" de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros).

## Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	janeiro-dezembro		Estrutura (%)			Taxas de variação e contributos		
			Anual			média anual 04-09	12 meses [2]	
	2009	2010	2004	2009	2010		VH	contrib.
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>								
<b>Bens e Serviços</b>	<b>48 339</b>	<b>54 470</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,5</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>
<b>Bens</b>	<b>32 021</b>	<b>36 895</b>	<b>72,4</b>	<b>66,2</b>	<b>67,7</b>	<b>0,7</b>	<b>15,2</b>	<b>10,1</b>
<b>Serviços</b>	<b>16 318</b>	<b>17 575</b>	<b>27,6</b>	<b>33,8</b>	<b>32,3</b>	<b>6,7</b>	<b>7,7</b>	<b>2,6</b>
Transportes	4 139	4 677	5,3	8,6	8,6	12,6	13,0	1,1
Viagens e Turismo	6 908	7 611	14,5	14,3	14,0	2,2	10,2	1,5
Comunicação	484	466	0,8	1,0	0,9	6,1	-3,7	0,0
Construção	511	501	0,8	1,1	0,9	7,9	-1,9	0,0
Seguros	106	96	0,3	0,2	0,2	-0,7	-9,1	0,0
Financeiros	152	159	0,4	0,3	0,3	-3,1	4,4	0,0
Informação e Informática	271	274	0,3	0,6	0,5	18,7	1,1	0,0
Direitos de Utilização	109	28	0,1	0,2	0,1	37,8	-74,1	-0,2
Outr. Fornec. por Empresas	3 245	3 294	4,4	6,7	6,0	11,4	1,5	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	224	271	0,4	0,5	0,5	7,8	20,7	0,1
Operações Governamentais	169	198	0,4	0,3	0,4	1,5	17,6	0,1
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>								
<b>Bens e Serviços</b>	<b>60 148</b>	<b>65 692</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,8</b>	<b>9,2</b>	<b>9,2</b>
<b>Bens</b>	<b>49 815</b>	<b>54 826</b>	<b>85,9</b>	<b>82,8</b>	<b>83,5</b>	<b>1,1</b>	<b>10,1</b>	<b>8,3</b>
<b>Serviços</b>	<b>10 333</b>	<b>10 866</b>	<b>14,1</b>	<b>17,2</b>	<b>16,5</b>	<b>5,9</b>	<b>5,2</b>	<b>0,9</b>
Transportes	3 035	3 251	4,5	5,0	4,9	4,3	7,1	0,4
Viagens e Turismo	2 712	2 953	4,0	4,5	4,5	4,0	8,9	0,4
Comunicação	446	428	0,5	0,7	0,7	8,3	-4,1	0,0
Construção	120	94	0,2	0,2	0,1	-1,3	-21,5	0,0
Seguros	192	237	0,4	0,3	0,4	-0,6	23,2	0,1
Financeiros	180	241	0,3	0,3	0,4	4,8	34,0	0,1
Informação e Informática	367	369	0,3	0,6	0,6	16,9	0,6	0,0
Direitos de Utilização	369	412	0,5	0,6	0,6	5,4	11,7	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 306	2 276	2,6	3,8	3,5	10,0	-1,3	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	483	485	0,5	0,8	0,7	10,8	0,4	0,0
Operações Governamentais	122	120	0,3	0,2	0,2	-2,6	-2,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as "Exportações" e "Importações" de Bens e Serviços.

Notas:

As "Exportações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros). As "Importações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Chegadas" de mercadorias para a UE com as "Importações" para Países Terceiros).

Valores Fob para a "Importação" de bens.

[1] Contributo para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das "Exportações"/"Importações" atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até dezembro de 2010.

**Destaques**





## Atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2014

Em 21 de março de 2011, foi entregue, na Assembleia da República, a atualização<sup>1</sup> do Programa de Estabilidade e Crescimento, para o período 2011-2014, não tendo este, porém, contado com o voto favorável da Assembleia da República.

Esta atualização prevê uma redução progressiva do défice orçamental, de 7,3%, em 2010, para 1%, em 2014 (Quadro 1). A implementarem-se as medidas previstas, a trajetória crescente da dívida pública deverá inverter-se a partir de 2013, em virtude da melhoria do saldo primário e também como resultado da política de privatizações, cuja receita contribuirá para a sua amortização.

**Quadro 1. Principais indicadores das Administrações Públicas**  
(em % do PIB)

	2010	2011	2012	2013	2014
Receita total	41,0	41,1	41,7	42,1	42,2
Despesa total	48,3	45,7	44,7	44,1	43,2
Despesa corrente primária	42,4	39,6	38,2	37,3	36,6
Saldo orçamental	-7,3	-4,6	-3,0	-2,0	-1,0
Saldo primário	-4,4	-1,0	1,4	2,6	3,5
Saldo estrutural	-8,0	-3,8	-2,0	-1,0	-0,3
<b>Dívida pública</b>	<b>82,4</b>	<b>87,9</b>	<b>88,1</b>	<b>87,4</b>	<b>85,3</b>

Fonte: INE e MFAP

A trajetória de consolidação orçamental apresentada assenta não só na recuperação da atividade económica, a partir de 2012, mas também na adoção de medidas discricionárias, em 2012 e 2013, que permitem uma diminuição da despesa de 1,6 e 0,8%, respetivamente, e um aumento da receita em 0,9 e 0,4%, para os referidos anos (Quadro 2).

**Quadro 2. Impacto estimado das medidas de consolidação orçamental**  
(efeito face ao ano anterior, em % do PIB)

Impacto estimado das medidas de consolidação orçamental	2012	2013
<b>Diminuição de Despesa</b> <sup>(1)</sup>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>
Contribuição especial aplicável a todas as pensões acima de 1500 euros com regras semelhantes à redução dos salários da Administração Pública ( <i>prestações sociais</i> )	0,25	
Redução de custos com medicamentos e sub-sistemas públicos de saúde ( <i>prestações sociais</i> )	0,3	0,1
Aprofundamento da racionalização da rede escolar e aumento da eficiência no aprovisionamento ( <i>despesas com pessoal e consumo intermédio</i> )	0,2	0,1
Outras medidas de controlo de custos operacionais na Administração Pública ( <i>consumo intermédio</i> )	0,2	0,1
Reforço do rigor no controlo da atribuição das prestações sociais e na cobrança de receitas		0,2
Redução de custos no Sector Empresarial do Estado e com Serviços e Fundos Autónomos: revisão das indemnizações compensatórias, dos planos de investimentos e dos custos operacionais ( <i>subsídios e outras despesas de capital</i> )	0,35	0,1
Redução da transferência para Autarquias e Regiões Autónomas ( <i>despesas de capital</i> )	0,1	
Outras medidas de redução da despesa de capital	0,2	0,2
<b>Aumento de Receita</b>	<b>0,9</b>	<b>0,4</b>
Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC	0,4	0,1
Racionalização da estrutura de taxas do IVA	0,1	0,3
Atualização dos impostos específicos sobre o consumo	0,15	
Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho	0,15	
Combate à informalidade e evasão fiscal: controlo de facturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos	0,1	
<b>Total</b>	<b>2,5</b>	<b>1,2</b>

(1) Adicionalmente, a suspensão da aplicação das regras de indexação de pensões permite uma poupança anual de 0,2% do PIB, a manutenção da política salarial no sector público cifra-se numa poupança anual de 0,2% do PIB, e o congelamento das admissões na Função Pública permite uma poupança anual de 0,1% do PIB.

<sup>1</sup> De acordo com o Código de Conduta relativo ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, esta atualização deverá vir a integrar nova informação que seja divulgada até ao seu envio à Comissão Europeia, nomeadamente os dados da Notificação de Abril do Procedimento dos Défices Excessivos.

Para 2011, foram consideradas medidas adicionais, no valor de 0,8% do PIB, como precaução, face aos riscos existentes em relação às perspetivas macroeconómicas, os quais, ao materializarem-se, terão impacto negativo sobre as variáveis orçamentais (Quadro 3).

**Quadro 3. Impacto das medidas de consolidação adicionais para 2011**  
(% do PIB)

Domínio	Impacto adicional estimado
Saúde	0,05
SEE	0,1
SFA e outros setores AP	0,1
Segurança Social	0,1
Capital	0,45
Total	0,8

Para além das medidas de consolidação orçamental, foram ainda apresentadas medidas no âmbito das reformas estruturais, com vista à promoção do crescimento económico e à correção dos desequilíbrios macroeconómicos existentes na economia portuguesa: promoção da poupança e redução do endividamento; reforma do quadro orçamental e do sector empresarial do Estado, incluindo a realização de operações de privatização; mercado de trabalho; sector da justiça; mercado de arrendamento e promoção da reabilitação urbana; reforma nos sectores da saúde, energia, transportes, serviços e promoção da concorrência. Por fim, apresentavam-se medidas conducentes ao reforço do sector financeiro

No que respeita ao cenário macroeconómico (Quadro 4) subjacente à referida atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, e em face do elevado grau de incerteza e dos riscos significativos que poderão afectar a evolução das principais variáveis macroeconómicas, foram consideradas as hipóteses mais prudentes adotadas pelas instituições internacionais, entretanto divulgadas.

Em 2011, antecipa-se uma contração do PIB, em termos reais, de 0,9%, associada à redução da procura interna, enquanto que a procura externa líquida deverá ter um contributo positivo de 2,1 p.p. No contexto da progressiva consolidação orçamental e gradual correção dos desequilíbrios macroeconómicos previstos no horizonte de previsão, as exportações deverão continuar a ser o principal motor de crescimento da economia portuguesa, contribuindo para a redução do défice da balança comercial e para a diminuição das necessidades de financiamento da economia.

**Quadro 4. Cenário macroeconómico**

	2010	2011 <sup>(p)</sup>	2012 <sup>(p)</sup>	2013 <sup>(p)</sup>	2014 <sup>(p)</sup>
PIB (t.v.h.)	1,4	-0,9	0,3	0,7	1,3
Consumo Privado	2,0	-1,1	-0,3	-0,1	0,3
Consumo Público	3,2	-6,8	-4,9	-2,6	-0,9
Investimento (FBCF)	-4,8	-4,2	-2,7	-0,8	2,1
Exportações de Bens e Serviços	8,7	5,6	5,2	5,0	4,0
Importações de Bens e Serviços	5,3	-1,1	-0,4	1,2	1,6
IPC (%)	1,4	2,7	2,1	2,1	2,1
Taxa de Desemprego (%)	10,8	11,2	10,8	10,4	9,8
Necessidades líquidas de financiamento da economia (% do PIB)	-8,4	-8,3	-7,0	-5,8	-4,9

(p) Previsão.

Fontes: INE e MFAP.

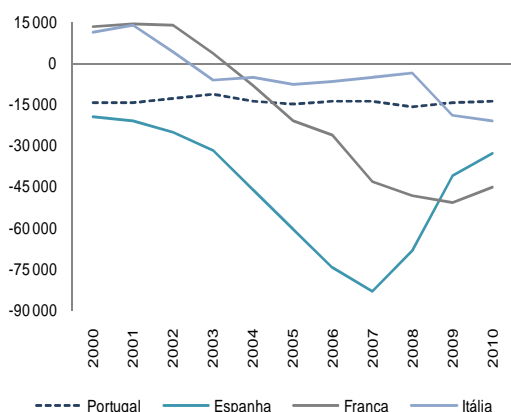
## Análise da Balança de Bens e Serviços em 2010

Portugal tem apresentado, nas últimas décadas, um persistente défice da balança de bens e serviços (Gráfico1) resultando, muitas vezes, num contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB e num aumento do endividamento externo da economia. Este desequilíbrio está fortemente relacionado com o facto do contributo para o crescimento económico, nos últimos anos, ter vindo mais da procura interna do que das exportações (Gráfico 2). A fraca competitividade da economia portuguesa, muito associada a aumentos nos custos unitários de trabalho não-alinhados com o crescimento da produtividade, num contexto internacional de forte expansão dos mercados emergentes, teve consequências negativas no crescimento das exportações portuguesas.

Os dados disponíveis para o ano de 2010, mostram um aumento da competitividade portuguesa quando medida pela diferença entre a produtividade e as remunerações por trabalhador (Gráfico 3), que se reflete no aumento da capacidade exportadora de Portugal superior a alguns dos seus principais parceiros (Gráfico 4). Como consequência, no ano de 2010 registou-se uma redução do défice da balança de bens e serviços de 794 milhões de euros (Gráfico 1) e um contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento do PIB de 0,5 p.p. (Gráfico 2).

**Gráfico 1. Saldo da balança de bens e serviços, em termos reais**

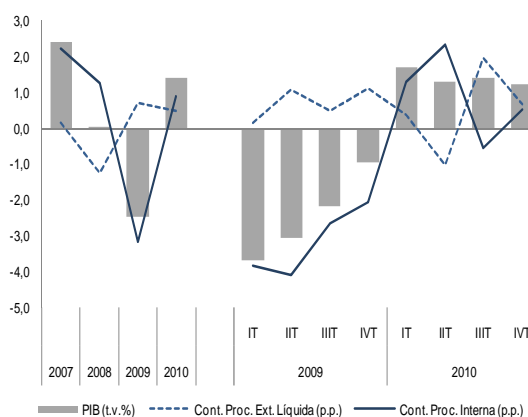
(unid.: milhões de euros)



Fontes: INE e Eurostat.

**Gráfico 2. Contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB em Portugal**

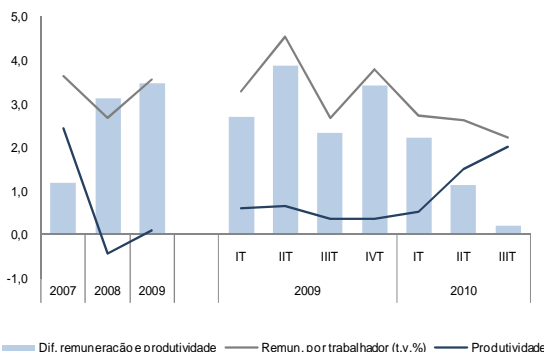
(unid.: %)



Fonte: INE.

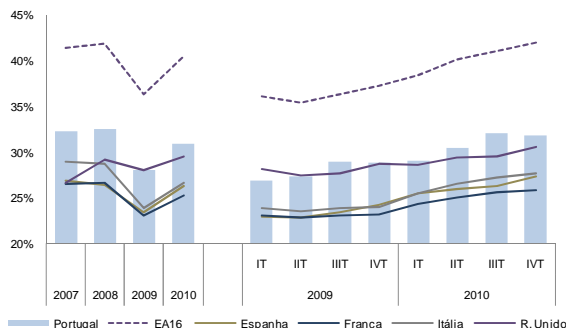
**Gráfico 3. Diferença entre a variação das remunerações e da produtividade**

(unid.: t.v.%)



Fonte: INE

**Gráfico 4. Capacidade Exportadora de Portugal no contexto europeu**

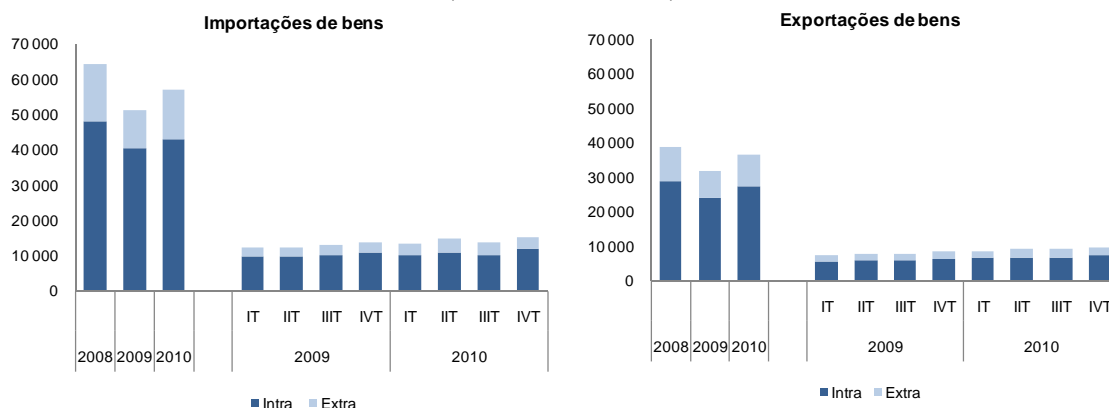


Fontes: INE; Eurostat.

O Gráfico 5 mostra que em 2010 as exportações de bens cresceram, em termos nominais, mais do que as importações (15,7% e 10,8%, respetivamente) e em ambos os casos a componente extracomunitária

apresentou o maior crescimento que, no caso das exportações revela uma aposta na diversificação de mercados como forma de aproveitar as oportunidades em mercados com elevado potencial, como é o caso do Brasil onde se verificou um aumento de cerca de 50% das exportações em 2010 (Quadro 1). Apesar da importância do mercado comunitário (no qual Espanha continua a ser o nosso principal parceiro), é possível identificar um aumento da diversificação dos destinos das exportações portuguesas de bens, com os principais 10 destinos a representar 77% do total das exportações de bens em 2010 (menos 11% do que em 2004).

**Gráfico 5. Importações e exportações portuguesas de bens: intra e extracomunitárias**  
(unid. milhões de euros)



Fonte: INE

**Quadro 1. Exportações de bens: principais mercados**

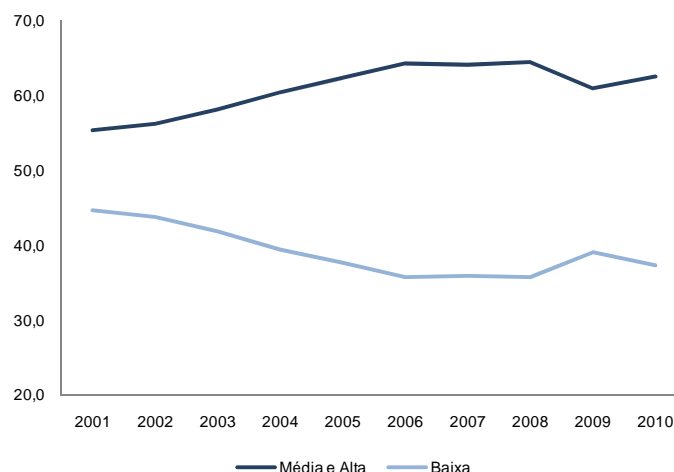
	Estrutura		2010		2010				2010/09 (t.v.,%)			
	2004	2010	10 <sup>5</sup> euros	t.v.%	IT	IIT	IIIT	IVT	IT	IIT	IIIT	IVT
<b>Exp. Totais</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>36 757</b>	<b>15,7</b>	<b>8 659</b>	<b>9 148</b>	<b>9 228</b>	<b>9 722</b>	<b>14,8</b>	<b>17,3</b>	<b>15,1</b>	<b>15,6</b>
<b>Intracomunitário</b>	<b>81%</b>	<b>75%</b>	<b>27 570</b>	<b>15,0</b>	<b>6 559</b>	<b>6 898</b>	<b>6 820</b>	<b>7 294</b>	<b>13,8</b>	<b>15,8</b>	<b>15,3</b>	<b>15,2</b>
<b>Princ. Parceiros</b>	<b>88%</b>	<b>77%</b>	<b>28 425</b>	<b>12,9</b>	<b>6 840</b>	<b>7 018</b>	<b>7 024</b>	<b>7 543</b>	<b>13,2</b>	<b>12,7</b>	<b>13,0</b>	<b>12,8</b>
Espanha	26%	27%	9 779	13,0	2 353	2 484	2 391	2 552	14,7	16,8	14,5	6,9
Alemanha	13%	13%	4 779	16,6	1 106	1 181	1 178	1 313	8,0	12,1	18,9	27,3
França	14%	12%	4 330	9,9	1 075	1 081	1 048	1 127	9,5	8,7	8,9	12,4
Angola	7%	5%	1 907	-14,7	447	420	461	580	-21,7	-21,3	-17,3	1,0
R. Unido	9%	5%	2 015	10,7	484	492	505	534	21,3	12,3	2,5	8,7
Itália	4%	4%	1 387	16,2	344	314	353	376	14,0	2,0	25,5	24,0
P. Baixos	4%	4%	1 405	22,5	320	366	392	327	31,3	25,4	20,7	13,9
EUA	4%	4%	1 328	31,2	357	302	343	326	60,0	27,9	31,9	11,3
Bélgica	4%	3%	1 055	35,6	269	274	235	277	37,2	40,6	31,5	33,0
Brasil	1%	1%	441	49,6	85	105	119	132	72,6	97,8	46,1	18,9

Fonte: INE

A par da diversificação de mercados, tem-se verificado uma outra alteração estrutural das exportações relacionada com o aumento do grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados. Com exceção do ano de 2009, caracterizado por uma redução do comércio mundial, tem-se assistido a uma continuada e sustentada transferência de produtos de menor grau de intensidade tecnológica para outros de maior grau de intensidade tecnológica, como mostra o Gráfico 6.

Em 2010 os principais produtos exportados continuaram a ser as Máquinas e Equipamento de Transporte, representando cerca de 29% das exportações de bens, com um crescimento médio nesse ano de cerca de 13%. Nos últimos 6 anos, assistiu-se a alguma alteração da estrutura das exportações de bens, com uma redução do peso dos sectores tradicionais do Calçado, Têxteis, Vestuário, Madeira e Cortiça que são também aqueles que em 2010 tiveram um crescimento inferior à média. A destacar-se pelo seu dinamismo, estão a Pasta Celulósica e Papel, Plásticos e Borracha e mesmo os Combustíveis (Quadro 2).

Gráfico 6. Intensidade tecnológica das exportações portuguesas de bens



Fonte: GEE-Ministério da Economia.

Quadro 2. Exportações de bens: principais produtos

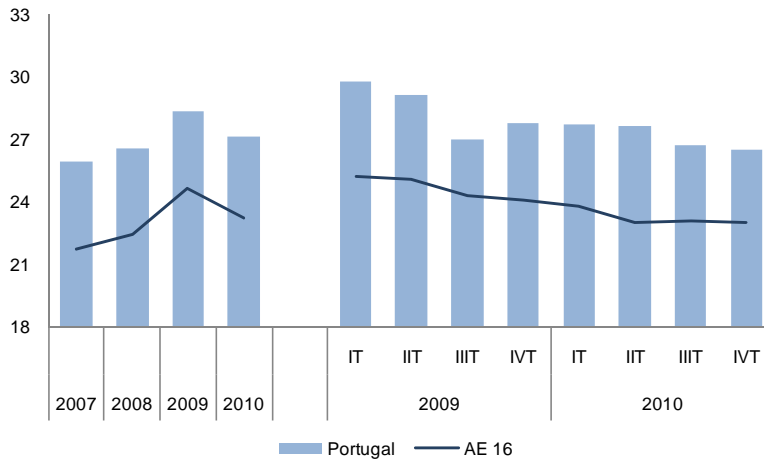
	Estrutura		2010		2010				2010/09 (t.v.%)			
	2004	2010	10 <sup>6</sup> euros	t.v.%	IT	IIT	IIIT	IVT	IT	IIT	IIIT	IVT
<b>Exp. Totais</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>36 757</b>	<b>15,7</b>	<b>8 659</b>	<b>9 148</b>	<b>9 228</b>	<b>9 722</b>	<b>14,8</b>	<b>17,3</b>	<b>15,1</b>	<b>15,6</b>
Máquinas, Aparelhos	20%	15%	5 491	6,9	1 342	1 344	1 347	1 459	5,2	6,4	6,4	9,3
Veículos e O.M.Transportes	15%	12%	4 550	22,2	1 049	1 102	1 111	1 288	17,2	15,6	26,5	29,0
Metais Comuns	7%	8%	2 919	17,1	660	787	722	749	10,4	24,0	17,4	16,3
Plásticos e Borracha	5%	7%	2 525	25,1	578	673	635	638	29,8	40,0	16,1	17,1
Combustíveis	3%	7%	2 476	56,0	681	581	676	538	185,2	60,6	30,5	14,9
Vestuário	9%	6%	2 217	2,9	564	507	554	592	-4,2	3,2	5,7	7,7
P. Celulósica e Papel	4%	6%	2 094	41,0	460	548	536	551	29,9	46,7	47,8	39,3
Outros produtos	4%	6%	2 051	7,1	495	521	481	553	12,3	11,2	1,4	4,1
Mnerais, Minérios	5%	6%	2 026	12,9	429	548	497	551	8,0	17,9	9,7	15,2
Agrícolas	4%	5%	1 963	13,4	430	448	506	580	3,6	12,0	16,9	19,8
Alimentares	4%	5%	1 933	0,5	420	475	506	532	-6,5	1,3	3,5	2,9
Químicos	4%	5%	1 845	19,0	427	469	473	477	15,5	19,5	24,7	16,3
Matérias têxteis	5%	4%	1 520	12,1	354	394	353	420	8,1	11,1	14,6	14,4
Calçado	5%	4%	1 343	4,9	340	282	402	319	-3,4	3,8	3,1	19,8
Madeira e Cortiça	5%	3%	1 273	8,6	312	333	297	331	7,2	9,0	7,5	10,5
Óptica e Precisão	1%	1%	415	18,8	97	103	105	110	16,0	14,5	27,6	17,7
Peles e Couros	0%	0%	115	21,8	22	32	27	35	-14,7	35,1	36,9	34,3

Fonte: INE.

A contribuir para o crescimento das exportações portuguesas, estão também os serviços que, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, cresceram, em 2010, 6,3%, em termos reais, (-6% em 2009)<sup>1</sup>. O peso das exportações de serviços no total das exportações em Portugal é superior ao da zona euro (Gráfico 7) e tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2009, em resultado da forte quebra das exportações de bens, o peso das exportações de serviços no total das exportações aumentou significativamente, tendo, entretanto, retomado o seu valor de tendência em 2010.

<sup>1</sup> De acordo com a mesma fonte, as exportações de bens cresceram, em termos reais 9,6% (-13,6% em 2009). A análise à exportação de bens efetuada anteriormente teve por base valores nominais, uma vez que o grau de detalhe apresentado não é possível em termos reais.

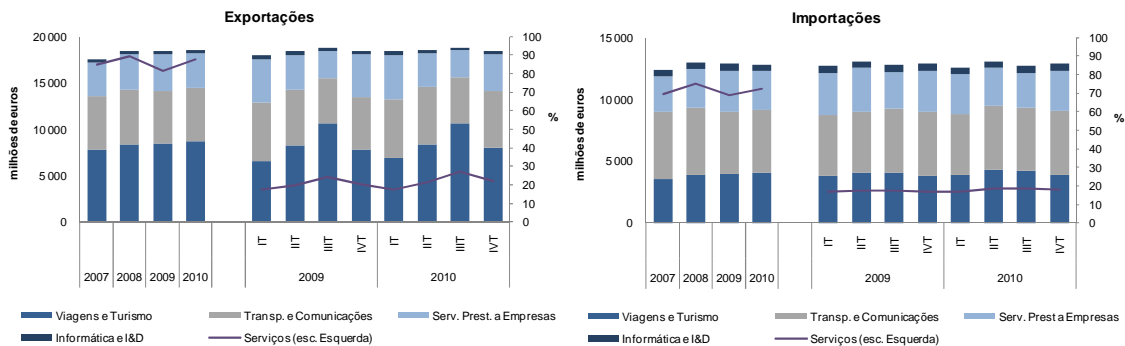
**Gráfico 7. Peso das exportações de serviços em Portugal e na Europa**



Fontes: INE e Eurostat.

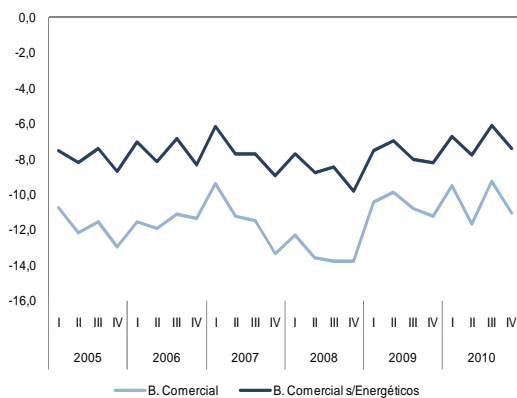
Enquanto na composição das importações de turismo não se têm verificado, nos últimos anos, alterações a assinalar, o mesmo não se passa do lado das exportações (Gráfico 8). O turismo continua a ser dominante na exportação de serviços, mas tem-se assistido a uma intensificação do crescimento das exportações dos outros serviços prestados às empresas e, embora em menor escala, do software e investigação e desenvolvimento.

**Gráfico 8. Importações e exportações portuguesas de serviços**

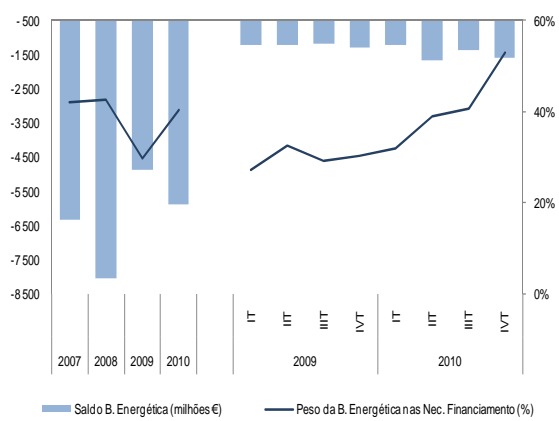


Fonte: Banco de Portugal

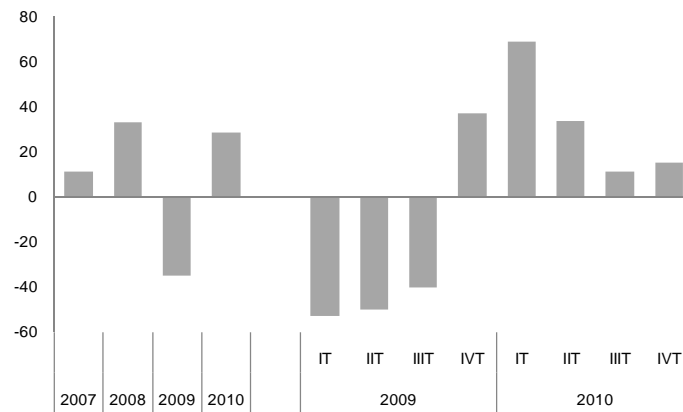
Ao nível da componente energética, o Gráfico 9 mostra que o peso do défice da balança comercial no PIB se reduz significativamente quando se exclui a energia, o que evidencia o elevado grau de dependência externa em termos energéticos. Em 2010, o saldo da balança energética voltou a agravar-se em relação ao ano anterior (Gráfico 10), devido ao aumento das importações de produtos energéticos, sobretudo justificado pelo aumento do preço destes produtos - efeito preço (Gráfico 11) – o qual contribuiu para o aumento das necessidades de financiamento da economia.

**Gráfico 9. Balança Comercial com e sem produtos energéticos (% do PIB)**

Fontes: INE e Banco de Portugal.

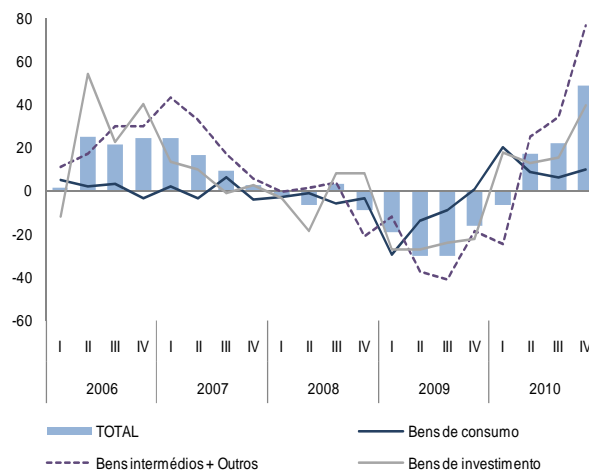
**Gráfico 10. Saldo da Balança Energética**

Fonte: INE.

**Gráfico 11. Variação do preço do spot do Brent**

Fonte: NYMEX via IGCP.

Em termos prospetivos, o crescimento do índice de novas encomendas para o mercado externo (Gráfico 12) em todos os segmentos, em especial nos bens intermédios e outros, permite intuir a continuação do crescimento da produção industrial destinada ao mercado externo com consequências positivas para o crescimento das exportações de bens.

**Gráfico 12. Índice de novas encomendas na indústria para o mercado externo (MM3, %)**

Fonte: INE.





## “Pacto para o euro +”

Na sua reunião de dia 11 de março, os Chefes de Estado ou de Governo (CEG) da área do euro adoptaram o chamado “Pacto para o euro”. Este acordo intergovernamental tem como objectivo aprofundar o pilar macroeconómico da União Monetária, reforçando a coordenação das políticas económicas e melhorando a competitividade, de forma a promover a convergência, centrando-se em domínios de competência nacional que são cruciais para aumentar a competitividade e evitar desequilíbrios macroeconómicos. Os restantes países da União Europeia têm a possibilidade de se associarem de forma voluntária a este Pacto.

Este acordo foi confirmado pelo Conselho Europeu de 24 e 25 de março, com alguns estados-membros como a Bulgária, Dinamarca, Letónia, Lituânia e Roménia a associarem-se ao que agora se designa “Pacto para o euro +”.

O Pacto assenta nas seguintes regras orientadoras:

- Está em consonância com a governação económica na UE, incluindo com o seu reforço que foi acordado no Ecofin de 15 de março (Semestre Europeu, Pacto de Estabilidade e Crescimento, Estratégia Europa 2020 e supervisão macroeconómica);
- Centra-se em prioridades políticas orientadas para a convergência e competitividade, com base em medidas nacionais a implementar pelos estados-membros;
- Estabelece a monitorização política por parte dos CEG da área do euro e dos restantes países participantes, com base num relatório da Comissão Europeia, sendo que os estados-membros se comprometem a consultar os parceiros comunitários em caso de reformas económicas significativas com efeitos de *spill over*;
- Respeito pela integridade do Mercado Interno.

O Pacto centra-se nos objectivos e áreas de política que a seguir se enunciam:

- Promover a competitividade, através de medidas destinadas a garantir a evolução dos custos em consonância com a produtividade, num quadro de observância das tradições nacionais em termos de diálogo social e relações laborais. Em particular, prevê-se rever os mecanismos de fixação de salários e o grau de centralização do processo de negociação, bem como garantir que a fixação dos salários no sector público tem em conta o seu impacto no sector privado. Em termos do funcionamento dos mercados, pretende-se fomentar uma maior abertura dos sectores atualmente protegidos promovendo a concorrência. Adicionalmente, é reconhecida a relevância do investimento na educação, I&D, inovação e infraestruturas, assim como a melhoria do ambiente empresarial, em especial para as PME.
- Promover o emprego, através da adoção de reformas no mercado de trabalho para promover a “flexisegurança”, reduzir o trabalho não declarado, aumentar a participação no mercado de trabalho, promover a formação e ponderar alterações fiscais como a redução dos impostos sobre o trabalho, mantendo simultaneamente as receitas fiscais globais.
- Contribuir de forma mais acentuada para a sustentabilidade das finanças públicas, através do alinhamento da idade de reforma com a situação demográfica de cada estado-membro, limitar as reformas antecipadas, bem como reforçar os enquadramentos orçamentais nacionais, incluindo a introdução de regras orçamentais concretas que assegurem a disciplina orçamental.
- Reforçar a estabilidade financeira, reiterando o compromisso dos estados-membros na implementação de legislação nacional em matéria de intervenção precoce e mecanismos de reestruturação forçada e de liquidação de instituições financeiras, na realização de testes de stresse

e num reporte regular do Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB) aos CEG sobre potenciais riscos acumulados no setor financeiro.

- Avançar na coordenação fiscal, com os estados-membros a comprometerem-se a realizar debates estruturados sobre questões de política fiscal, tendo em vista assegurar o intercâmbio de melhores práticas e formular propostas destinadas a promover a luta contra a fraude e evasão fiscais. O desenvolvimento futuro de uma base comum do imposto sobre as sociedades poderá ser uma forma neutra, em termos de receitas, de garantir a coerência dos diversos sistemas fiscais nacionais.

De forma a melhorar a implementação de compromissos neste domínio, cada estado-membro acordará um conjunto de medidas concretas a serem concretizadas num prazo de doze meses, as quais deverão ser incluídas nos seus programas de estabilidade ou convergência e nos programas nacionais de reformas.

**Artigos**



## Em Análise

### Quota de Portugal nos Principais Mercados de Exportação<sup>1</sup>. Ritmo de Variação Anual Homóloga das Importações Globais e das Originárias de Portugal nesses Mercados.

Walter Anatole Marques<sup>2</sup>

Assistiu-se a partir de meados de 2008, e durante o ano de 2009, a uma acentuada descida das importações globais por parte da generalidade dos mercados de destino das exportações portuguesas.

Neste trabalho analisa-se, a partir dos últimos dados de base anuais do FMI disponíveis<sup>3</sup>, a evolução da quota de mercado de Portugal nas importações dos seus principais mercados de exportação, bem como o ritmo da variação nominal dos seus fornecimentos em 2009, face à evolução média das importações globais por parte de cada um dos mercados.

#### 1. Os principais Mercados de Destino das Exportações Portuguesas entre 2008 e 2010

Vinte e dois mercados foram o destino de mais de 85% das exportações portuguesas nos três últimos anos. Destaque para a Espanha, Alemanha, França e Reino Unido, no âmbito comunitário, com mais de 55% do total no seu conjunto, e para Angola, entre os Países Terceiros, com quotas entre os 5% e os 7% no triénio (Quadro 1).

**Quadro 1. Principais mercados de destino das exportações portuguesas**

2008-2009-2010

Mercados de destino	Milhões de Euros			Estrutura (%)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>38 950</b>	<b>31 768</b>	<b>36 769</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
ES Espanha	10 876	8 653	9 787	27.9	27.2	26.6
DE Alemanha	4 954	4 100	4 772	12.7	12.9	13.0
FR França	4 580	3 941	4 332	11.8	12.4	11.8
GB R.Unido	2 123	1 821	2 016	5.5	5.7	5.5
AO Angola	2 261	2 242	1 911	5.8	7.1	5.2
NL P.Baixos	1 277	1 147	1 401	3.3	3.6	3.8
IT Itália	1 486	1 194	1 383	3.8	3.8	3.8
US EUA	1 340	1 012	1 333	3.4	3.2	3.6
BE Bélgica	967	778	1 052	2.5	2.4	2.9
BR Brasil	320	295	441	0.8	0.9	1.2
MX México	222	204	406	0.6	0.6	1.1
SE Suécia	449	368	371	1.2	1.2	1.0
CH Suíça	300	289	334	0.8	0.9	0.9
PL Polónia	311	270	320	0.8	0.9	0.9
MA Marrocos	273	215	305	0.7	0.7	0.8
TR Turquia	220	202	268	0.6	0.6	0.7
CV Cabo Verde	258	223	264	0.7	0.7	0.7
DK Dinamarca	287	242	258	0.7	0.8	0.7
CZ Rep.Checa	197	208	243	0.5	0.7	0.7
FI Finlândia	253	135	241	0.6	0.4	0.7
CN China	184	222	235	0.5	0.7	0.6
DZ Argélia	181	197	217	0.5	0.6	0.6
Representatividade (%):				85.5	88.0	86.7

Fonte: Dados de base do INE.

<sup>1</sup> Exportação aqui entendida como o somatório da “expedição” para a UE com a “exportação” para os Países Terceiros.

<sup>2</sup> Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

<sup>3</sup> IMF-Direction of Trade Statistics, February 2011.

A recuperação verificada em 2010 não foi suficiente para anular as importantes perdas verificadas em 2009, tendo ficado o valor das exportações ainda 5,6% abaixo do nível registado em 2008.

Em 2010 assistiu-se a uma esforço da diversificação e intensificação das exportações para mercados extracomunitários por parte dos operadores nacionais, exportações que em alguns casos ultrapassaram muito significativamente os níveis de 2008, como aconteceu no caso do México, do Brasil, da China, da Turquia e da Argélia, mas também, embora em menor escala, no caso de Marrocos, da Suíça e de Cabo Verde.

Os gráficos que se seguem permitem avaliar a “performance” de Portugal face à evolução das importações globais nos principais mercados da exportação portuguesa, em termos de quota de mercado e de ritmo de variação anual dos fornecimentos em 2009.

## 2. Quotas de Portugal nas Importações nos Principais Mercados

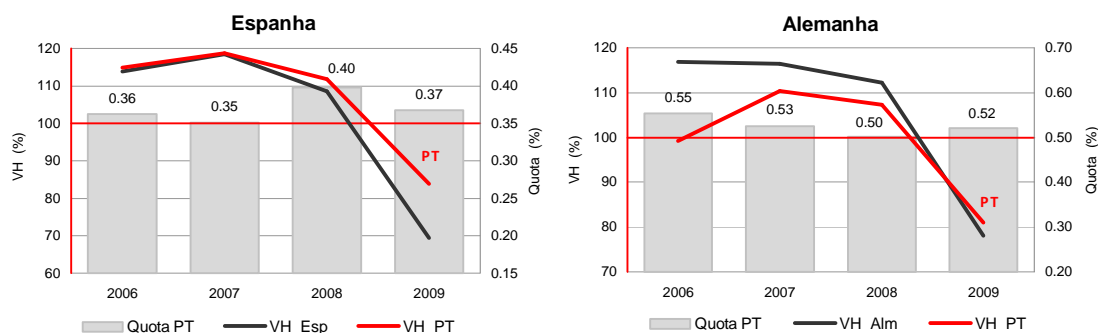
Apesar da descida generalizada das importações globais em 2009 nos mercados considerados (à exceção da Argélia, que registou um pequeno crescimento), aumentaram as quotas de mercado de Portugal, face a 2008, em 14 dos 22 mercados, designadamente na Alemanha, em França, em Angola, nos Países Baixos, em Itália, na Bélgica, na Suíça, na Polónia, na Turquia, em Cabo Verde, na Dinamarca, na República Checa, na China e na Argélia (Figura 1).

## 3. Ritmo de Variação Anual das Importações Originárias de Portugal face ao das Importações Globais nos Mercados em 2009

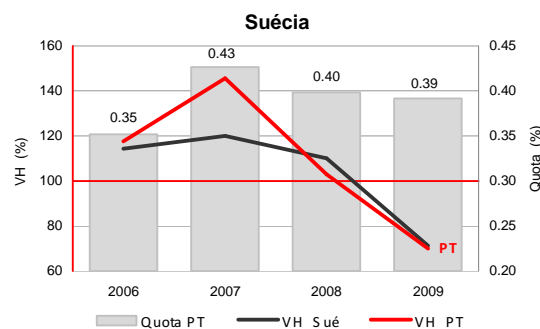
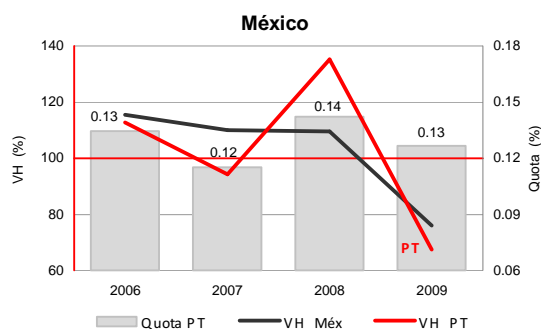
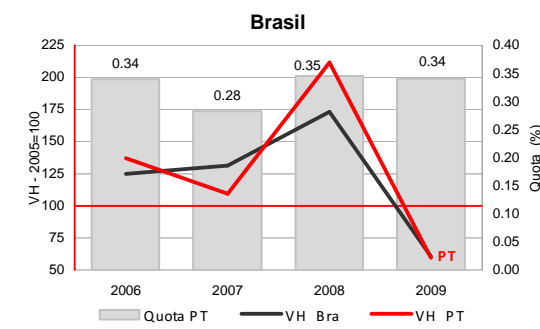
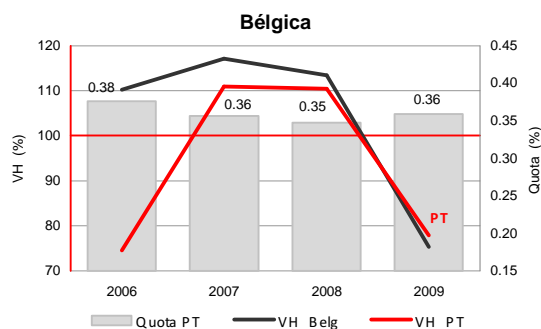
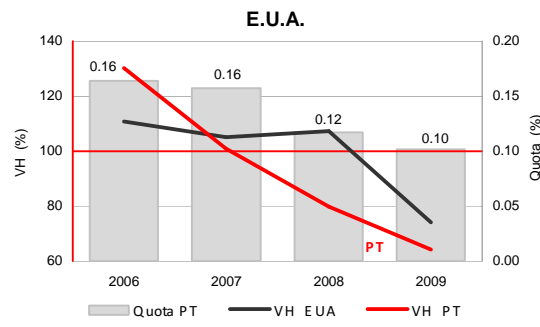
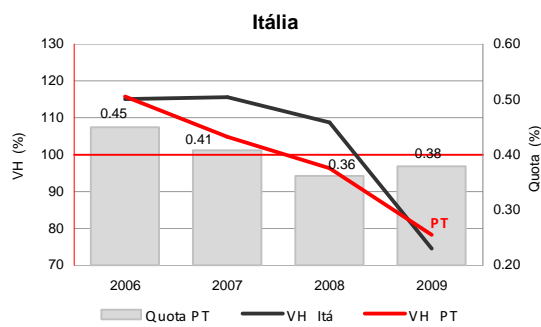
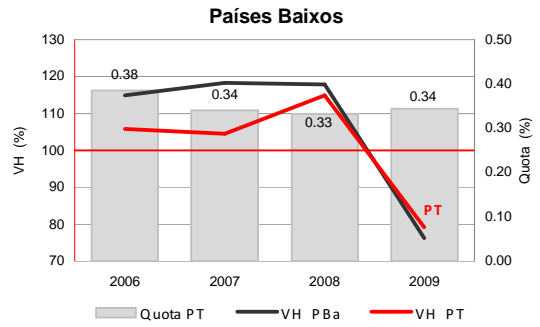
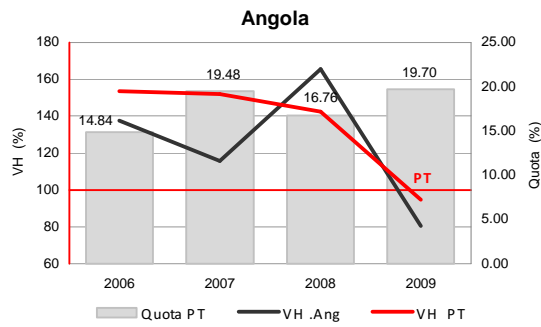
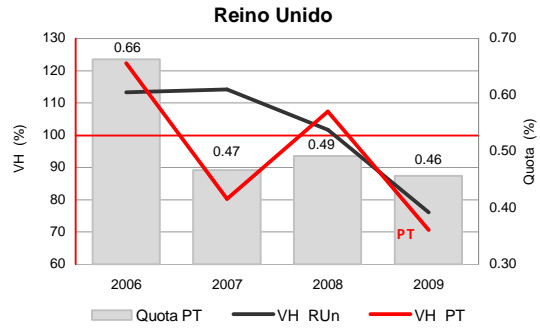
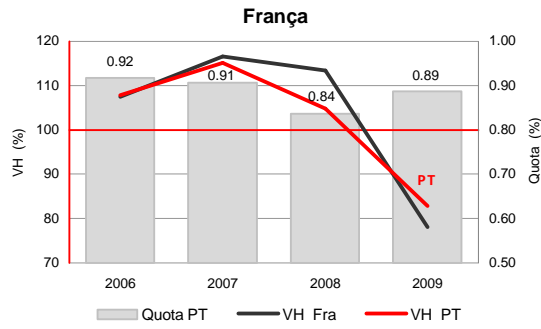
No ano crítico de 2009 os fornecimentos portugueses, face a 2008, decresceram a um ritmo inferior ao verificado nas descidas das importações globais em 13 dos 22 mercados (Espanha, Alemanha, França, Angola, Países Baixos, Itália, Bélgica, Suíça, Polónia, Turquia, Cabo Verde, Dinamarca e República Checa). O ritmo de descida foi mais acentuado do que a média em 6 dos mercados (Reino Unido, EUA, México, Suécia, Marrocos e Finlândia), e idêntico no caso do Brasil. De assinalar o caso da China em que, a par de uma descida significativa das suas importações globais, coube a Portugal um acréscimo considerável dos seus fornecimentos. Também no mercado da Argélia, o único dos considerados que averbou uma taxa de variação homóloga global positiva, embora ligeira, Portugal obteve um assinalável acréscimo, na sequência aliás do que sucedera já no ano anterior (Figura 1).

**Figura 1. Importações nos principais mercados da exportação portuguesa**  
**Quota de mercado de Portugal (%)**

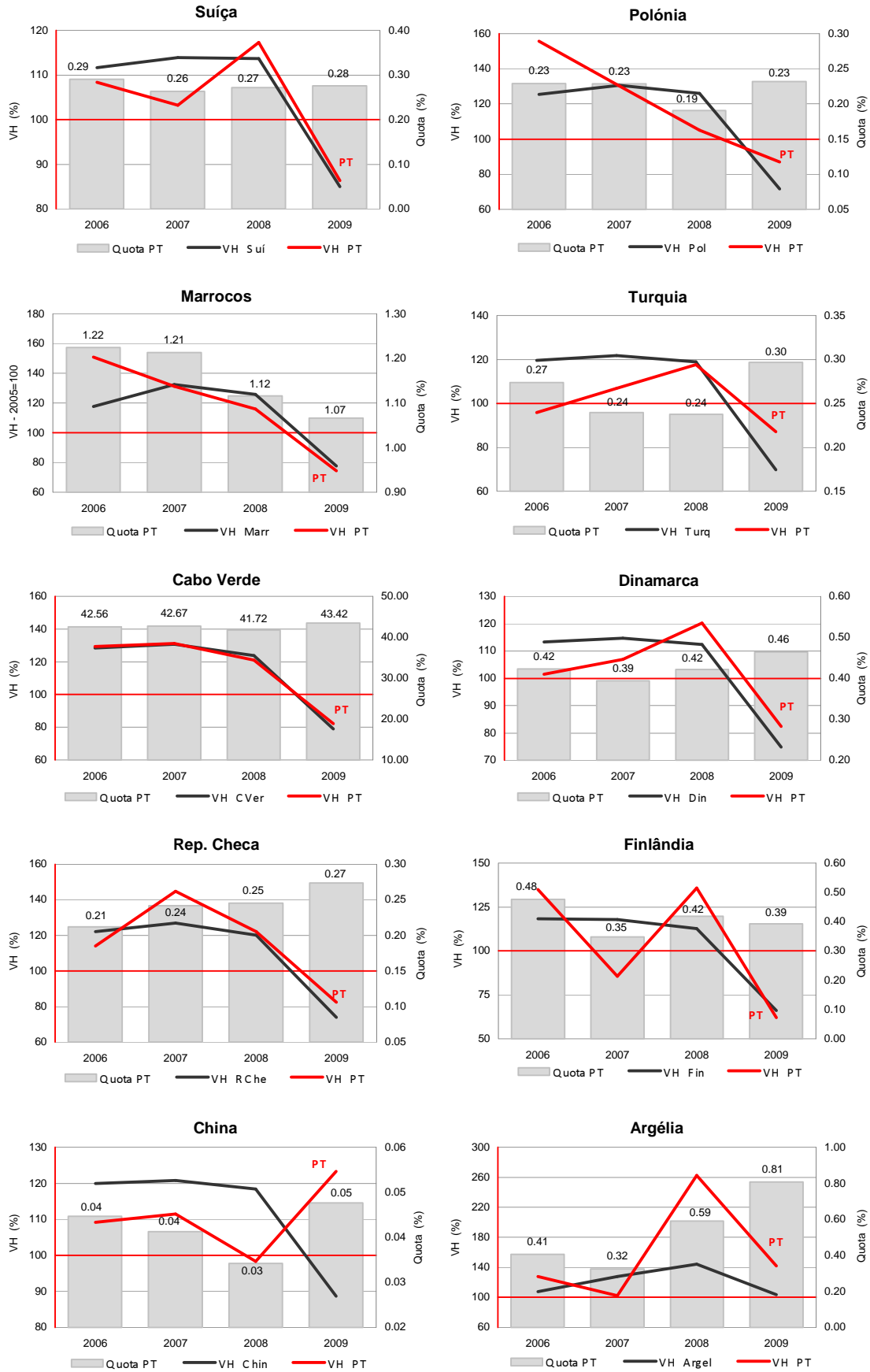
Variação anual das importações globais e com origem em Portugal (2005=100)



Fonte: Dados de base IMF - Direction of Trade Statistics - February 2011



Fonte: Dados de base IMF - Direction of Trade Statistics - February 2011



Fonte: Dados de base IMF - Direction of Trade Statistics - February 2011



## Exportações de Serviços na Década de 2000<sup>1</sup>

Paulo Júlio<sup>2</sup> e Ricardo Pinheiro Alves<sup>3</sup>

### 1. Introdução

O setor dos serviços representa cerca de dois terços do produto mundial e um terço do emprego (Organização Mundial do Comércio - OMC, 2008). O comércio internacional de serviços registou um grande crescimento nos últimos 10 anos, representando cerca de 20% do comércio total. Durante 2009, as trocas em serviços mostraram uma melhor resistência do que o comércio de bens aos efeitos da crise económica. De acordo com a OMC (2010), naquele ano o comércio de bens diminuiu em 23%, em termos nominais, e as trocas de serviços comerciais decresceram 13%.

Esta evolução positiva do comércio de serviços beneficiou da abertura dos mercados e do desenvolvimento tecnológico nas áreas das comunicação e da informação, que tornou quase todos os serviços transacionáveis e não apenas aqueles que estão associados às trocas de bens (OMC, 2008). A transação de serviços ficou definida no âmbito do *General Agreement on Trade in Services (GATS)*, em que foram definidas quatro diferentes formas de exportação sempre que o fornecedor é pago por um não residente: venda transfronteiriça de serviços; consumo de serviços no exterior; presença comercial das empresas de serviços no exterior; e deslocação do fornecedor (pessoa) ao exterior para prestar o serviço.

Mas apesar da sua importância, é ainda frequente o hábito de associar apenas os bens às operações de comércio externo, sendo dada menor importância relativa às exportações de serviços. Os números mostram que, também em Portugal, os serviços são cada vez mais relevantes, representando atualmente um terço das exportações totais (figura 1). As exportações portuguesas de serviços registaram um crescimento médio anual de 6% ao longo da década de 2000, o dobro do verificado nas exportações de bens (cresceram 3%). Este artigo realça a importância do comércio de serviços através de uma breve caracterização da evolução das exportações portuguesas ao longo da década de 2000.

### 2. As Exportações de Serviços na Economia Portuguesa

A figura 1 apresenta, com base nos dados do Banco de Portugal (2011), o peso dos serviços no total das exportações portuguesas. Os serviços ganharam peso no total das exportações ao longo da década de 2000, representando atualmente quase um terço do total<sup>4</sup>. A figura 2 apresenta, com dados do INE (2011), o peso das exportações de serviços no Valor Acrescentado Bruto (VAB) de serviços e o valor do VAB de serviços em percentagem do VAB total da Economia portuguesa. Esta figura permite, no primeiro caso, uma aproximação, por acréscimo, ao valor da percentagem dos serviços produzidos em Portugal que são exportados, e no segundo caso, observar o potencial de crescimento das exportações de serviços.

A crescente importância do setor ao longo da década permitiu que o peso dos serviços na estrutura de exportações, e das exportações de serviços no VAB dos serviços, se aproximassem do peso do seu VAB no total do VAB da Economia (atualmente superior a 80%), apesar de ainda existir uma grande diferença entre os níveis referidos. A menor representatividade dos serviços nas exportações totais (relativamente ao peso do VAB do setor no VAB da Economia) explica-se pela natureza das diferentes atividades, que as torna mais dificilmente transacionáveis. Por exemplo, uma parte significativa dos serviços fornecidos

<sup>1</sup> As opiniões expressas no artigo são da exclusiva responsabilidade dos autores.

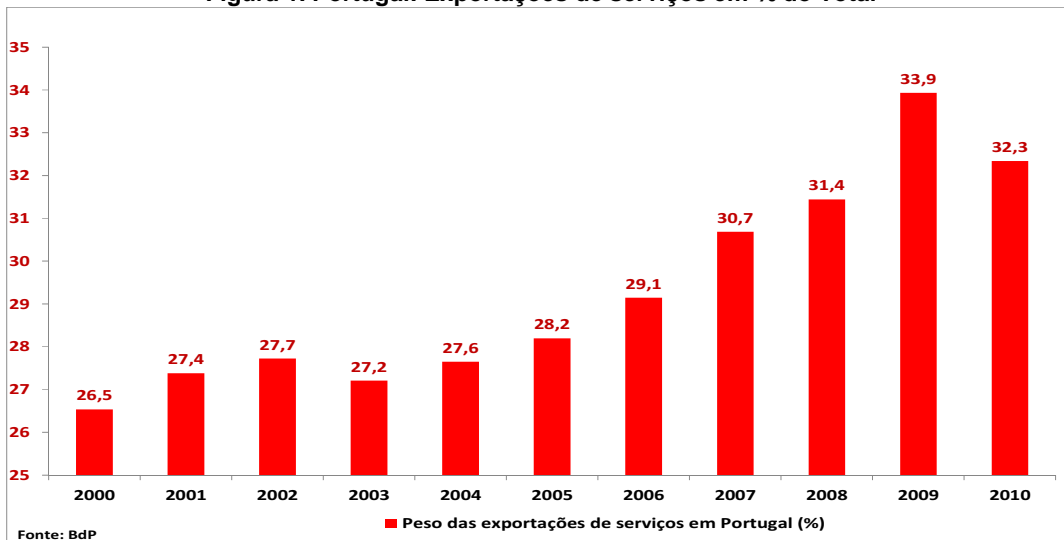
<sup>2</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e Universidade Nova de Lisboa.

<sup>3</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa.

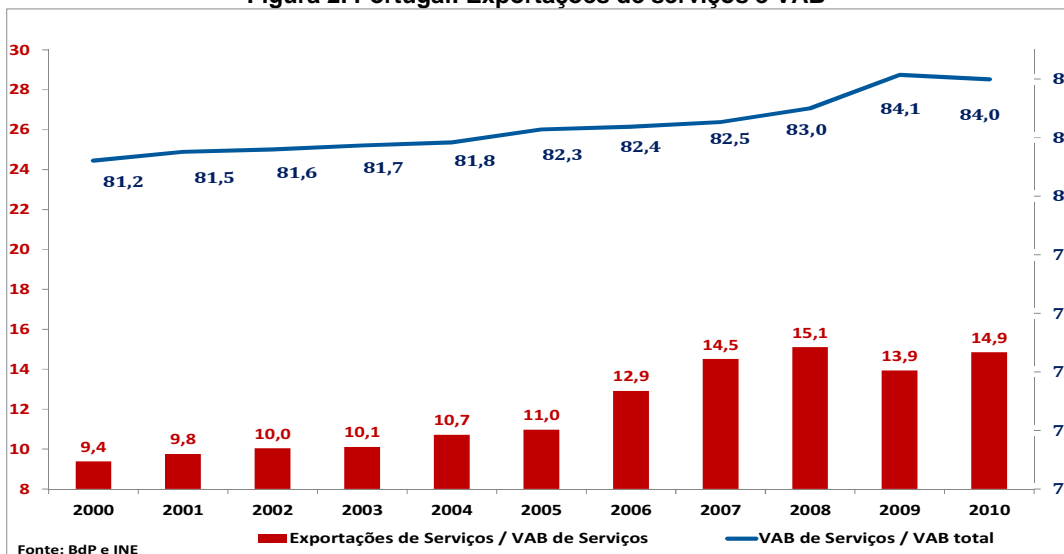
<sup>4</sup> O maior peso das exportações de serviços em 2009 explica-se pela maior resistência demonstrada por estes setores à recente crise económica internacional, que afetou em maior grau o comércio de bens.

em pequenos estabelecimentos (cafés, cabeleiros, restaurantes, etc.) funciona quase exclusivamente a nível local, o mesmo acontecendo com os serviços do Estado, que não estão vocacionados para a exportação.

**Figura 1. Portugal: Exportações de serviços em % do Total**



**Figura 2. Portugal: Exportações de serviços e VAB<sup>5</sup>**

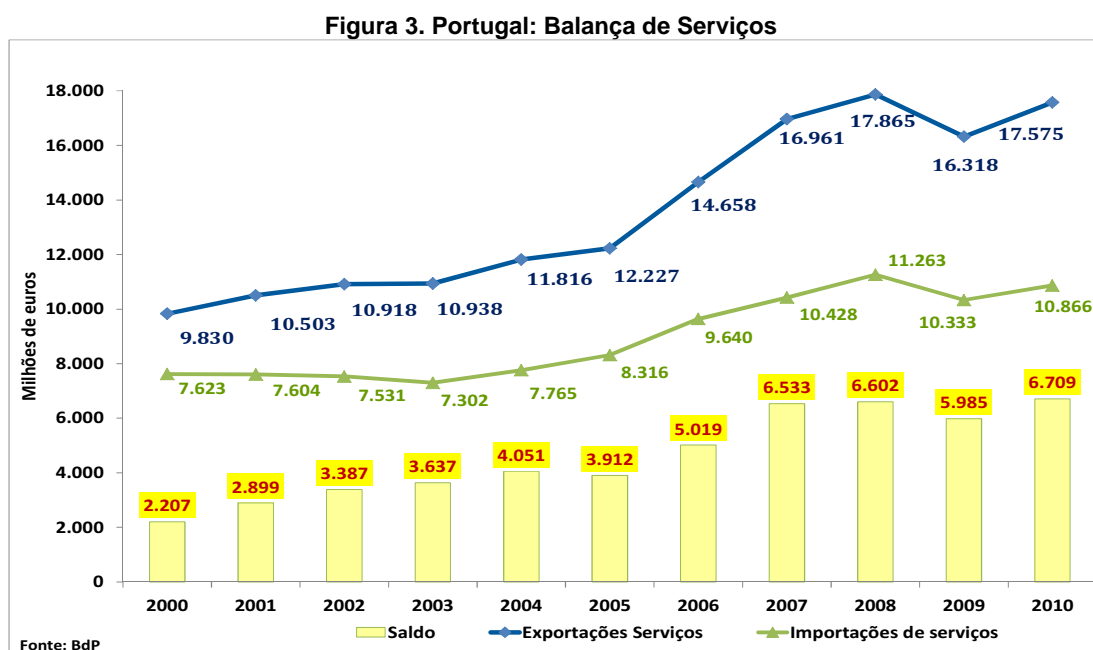


No entanto, o valor apresentado para as exportações de serviços deverá estar subavaliado. As empresas industriais juntam frequentemente às suas exportações de bens, a venda de serviços que lhe estão associados mas que apenas se concretizam após a realização das vendas. Estes serviços pós-venda podem ser registados como exportações do bem a que estão associados, já que a negociação de contratos e das condições de pagamento é feita em conjunto, não sendo fácil distinguir os pagamentos que lhe estão associados.

Para além disso, os serviços tendem a incluir um maior valor acrescentado em território nacional (VAN), pois são relativamente mais intensos em mão de obra e recorrem, em casos como o turismo, a recursos endógenos. As estimativas apontam para que, em 2005, o VAN médio por unidade de serviços exportada fosse de 81,5%, superior a qualquer outro setor de atividade exceto as indústrias extrativas (DPP, 2010).

<sup>5</sup> Os valores apresentados diferem dos apresentados em DPP (2009) pela inclusão de atividades associadas ao setor da Construção. DPP (2009) não considera a Construção como um serviço na apresentação do VAB, mas considera este setor como um serviço para efeitos da Balança Comercial.

Se juntarmos o baixo conteúdo importado das exportações de serviços com a evolução registada na Balança de Serviços ao longo da década (figura 3), verificamos que o comércio em serviços é um instrumento útil para a redução de desequilíbrios na Balança Comercial portuguesa.



Por último, os efeitos do aumento das exportações de serviços pela Economia portuguesa permitem também o reforço da oferta doméstica de serviços, reduzindo as necessidades de importação neste setor e aumentando a competitividade externa dos restantes setores exportadores que utilizam serviços especializados, a criação de emprego com um impacto ambiental diminuto e requerem um baixo investimento inicial.

### 3. As Exportações de Serviços em Detalhe<sup>6</sup>

A atividade exportadora de serviços está muitas vezes associada ao Turismo, mas apesar de esta ser a atividade mais relevante em termos de receitas de exportação, não foi a que apresentou maior crescimento ao longo da década.

#### 3.1 Principais Serviços Exportados

A tabela 1 e a figura 4 apresentam a evolução da estrutura das exportações de serviços ao longo da década, mostrando que as atividades tradicionalmente associadas a receitas de exportação, Viagens e Turismo, mantiveram-se como as mais importantes mas registaram uma redução do seu peso. Entre os restantes setores, os serviços de transportes reforçaram a sua posição como os segundos mais importantes.

A rubrica “Outros serviços”, que inclui atividades de diferente natureza (comunicações, informática, construção, financeiros, seguros, culturais, operações governamentais, etc.), passou a representar 30% do total das exportações do setor terciário. O crescimento desta rubrica está associado ao ganho de importância relativa de serviços cada vez mais exportáveis. Atividades habitualmente classificadas como

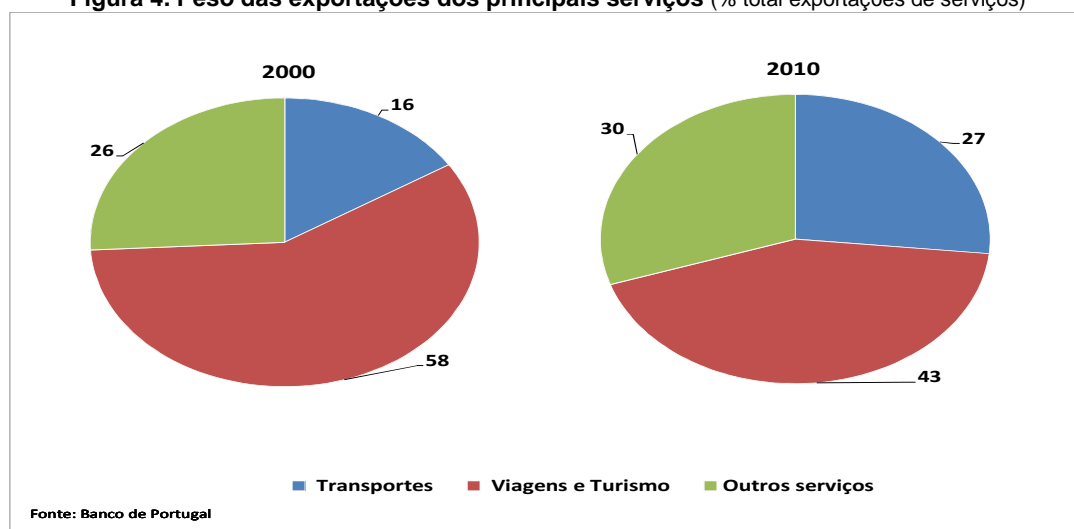
<sup>6</sup> Os mercados de destino das exportações de serviços portuguesas não são aqui apresentados já que são semelhantes aos das exportações de bens (DPP, 2009).

não transacionáveis, como comunicações ou a construção, tornaram-se exportáveis pela evolução verificada nas tecnologias de informação e comunicação e pela maior integração dos mercados. Da mesma forma, os serviços de apoio às empresas, nomeadamente nas áreas de informação, informática e comunicação, também ganharam relevância nos últimos dez anos. A atividade financeira, os seguros e os direitos de utilização registaram uma evolução menos positiva.

**Tabela 1. Exportações totais e de serviços**

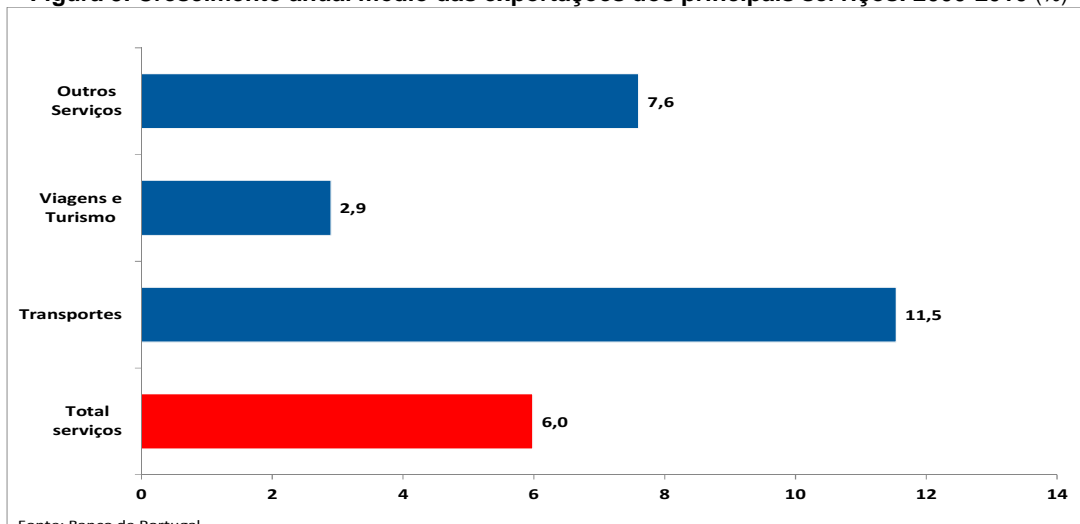
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	10 <sup>3</sup> euros										
<b>Bens e Serviços</b>	<b>37.039.443</b>	<b>38.363.940</b>	<b>39.382.526</b>	<b>40.203.991</b>	<b>42.740.595</b>	<b>43.374.551</b>	<b>50.495.040</b>	<b>55.485.528</b>	<b>57.066.370</b>	<b>48.339.351</b>	<b>54.470.239</b>
<b>Bens</b>	<b>27.209.342</b>	<b>27.861.274</b>	<b>28.464.777</b>	<b>29.265.853</b>	<b>30.924.962</b>	<b>31.147.273</b>	<b>35.836.878</b>	<b>38.524.872</b>	<b>39.201.160</b>	<b>32.021.031</b>	<b>36.894.990</b>
<b>Serviços</b>	<b>9.830.101</b>	<b>10.502.666</b>	<b>10.917.749</b>	<b>10.938.138</b>	<b>11.815.633</b>	<b>12.227.278</b>	<b>14.658.162</b>	<b>16.960.656</b>	<b>17.865.210</b>	<b>16.318.320</b>	<b>17.575.249</b>
Transportes	1.569.122	1.747.595	1.917.105	2.093.839	2.283.644	2.544.130	3.605.037	4.287.698	4.734.356	4.139.158	4.676.612
Viagens e Turismo	5.719.998	6.124.758	6.093.818	5.848.928	6.195.469	6.198.597	6.671.937	7.402.100	7.440.105	6.907.843	7.610.905
Comunicação	176.145	210.174	248.677	302.860	359.753	433.050	470.353	547.492	573.367	483.795	465.755
Construção	163.551	214.435	217.474	273.554	348.510	293.755	428.494	603.903	653.877	510.795	501.023
Seguros	64.011	67.007	78.917	82.783	110.020	80.818	92.254	97.658	102.600	106.018	96.318
Financeiros	257.588	114.287	154.249	136.518	178.248	161.778	188.939	237.716	226.434	152.384	159.147
Informação e Informática	81.788	66.884	80.792	95.314	114.905	120.127	170.082	232.670	268.242	270.957	273.856
Direitos de Utilização	27.161	22.978	24.569	26.030	21.956	37.206	56.340	62.001	43.506	108.987	28.252
Outr. Fornec. por Empresas	1.491.152	1.634.040	1.834.060	1.813.714	1.892.214	2.060.613	2.617.019	3.128.349	3.447.327	3.245.406	3.294.168
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	147.681	156.721	121.745	118.133	154.500	164.798	201.920	189.277	202.705	224.419	270.977
Operações Governamentais	131.906	143.783	146.336	146.465	156.411	132.397	155.795	171.793	172.692	168.562	198.238

**Figura 4. Peso das exportações dos principais serviços (% total exportações de serviços)**



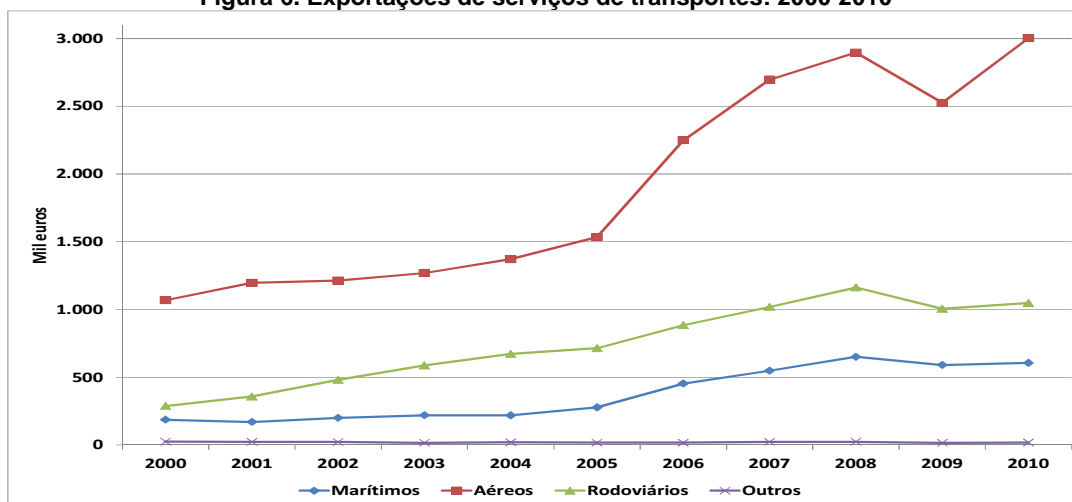
A evolução dos pesos dos principais serviços exportados é explicada pela diferença entre as taxas de crescimento médias verificadas ao longo da década (figura 5). O Turismo, apesar de ser a atividade mais relevante em termos de receitas de exportação (43% do total em 2010), apresentou um crescimento ao longo da década inferior à média dos serviços. Entre os “outros serviços”, o crescimento médio das exportações em Comunicações, da Construção e da Informação e Informática (10,2%, 11,8% e 12,8%, respetivamente) foi também superior ao verificado nesta rubrica.

Figura 5. Crescimento anual médio das exportações dos principais serviços: 2000-2010 (%)



Finalmente, na rubrica de transportes, o modo aéreo é o mais importante, representando ao longo do período cerca de dois terços das exportações destes serviços (figura 6). Os transportes rodoviários e marítimos foram os que apresentaram o maior crescimento médio na década, 13,8% e 12,5%, respetivamente (acima dos transportes aéreos, que cresceram 10,9%). Note-se também a pouca importância das exportações de serviços associados ao transporte ferroviário.

Figura 6. Exportações de serviços de transportes: 2000-2010



### 3.2 Outros Serviços Fornecidos pelas Empresas

A rubrica “Outras operações fornecidas pelas empresas” representava, em 2000, 15%, e em 2010, 19%, do total das exportações de serviços (esta rubrica aparece integrada em “Outros serviços”, no ponto anterior). A crescente importância que apresenta torna relevante a apreciação da sua composição. A tabela 2 mostra os diversos componentes, destacando-se, pelo seu peso, os serviços de intermediação comercial (em 2010, representaram 8% das exportações de serviços), e pelo crescimento médio registado (20% ao ano), os serviços agrícolas, mineiros e industriais, e de arquitetura, engenharia e consultadoria técnica.

Tabela 2. Exportações de “Outras operações fornecidas por empresas”

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Taxa de Crescimento médio 2000-2010
10 <sup>6</sup> euros												
<b>Serviços</b>	<b>9.830</b>	<b>10.503</b>	<b>10.918</b>	<b>10.938</b>	<b>11.816</b>	<b>12.227</b>	<b>14.658</b>	<b>16.961</b>	<b>17.865</b>	<b>16.318</b>	<b>17.575</b>	<b>5,98</b>
Outras operações fornecidas por empresas	1.491	1.634	1.834	1.814	1.892	2.061	2.617	3.128	3.447	3.245	3.294	8,25
Intermediação comercial	813	801	784	771	718	773	968	1.098	1.230	1.045	1.114	3,20
Aluguer sem tripulação	27	34	43	30	38	54	74	113	81	78	74	10,54
Agrícolas, mineiros e industriais	34	53	45	84	93	85	164	194	226	242	223	20,61
Investigação e desenvolvimento	15	16	31	25	23	29	41	42	39	43	40	10,37
Jurídicos, contab., consultadoria em gestão e rel. públicas	136	165	205	250	227	256	406	502	523	449	452	12,77
Arquitectura, engenharia e consultadoria técnica	97	117	171	125	150	174	284	403	522	614	595	19,88
Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	105	139	186	155	170	176	195	267	256	247	241	8,64
Serviços entre empresas afiliadas	179	219	249	252	390	407	354	328	379	367	365	7,38
Outros serviços diversos técnico-profissionais	85	90	120	122	83	106	132	183	193	160	191	8,48

Fonte: GEE, com base nos dados das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Banco de Portugal).

#### 4. Comentário Final

As exportações de serviços cresceram 6% ao ano entre 2000 e 2010, tendo contribuído positivamente para a evolução do saldo da balança comercial portuguesa. Os dados apresentados ao longo do artigo ilustram a crescente importância das exportações de serviços e justificam uma maior atenção a esta informação, tornando desejável que se caminhe para a existência de uma maior coordenação entre a publicação mensal do comércio externo de bens realizada pelo INE e a publicação mensal do comércio externo de serviços realizada pelo Banco de Portugal.

#### 5. Bibliografia

Banco de Portugal (2011), *Estatísticas da Balança de Pagamentos* (BPStat), Lisboa.

DPP (2010). *Conteúdos de Inputs Primários da Procura Final – Portugal 2005*, Documento de Trabalho N.º 1/2010, Ministério da Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

DPP (2009). *Os Serviços Transacionáveis na Economia Portuguesa*, Documento de Trabalho N.º 10/2009, Ministério da Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

Instituto Nacional de estatística (2011). *Contas Nacionais*, base 2006, Lisboa.

Organização Mundial do Comércio (2010). *World Trade Report 2010*, Geneve.

Organização Mundial do Comércio (2008). *World Trade Report 2008*, Geneve.

## Valor Acrescentado em Território Nacional das Exportações Portuguesas

João Reis Leão<sup>1</sup>  
Ricardo Pinheiro Alves<sup>2</sup>

### 1. Introdução

As estatísticas de comércio internacional baseiam-se em valores brutos de trocas comerciais, não refletindo o valor acrescentado por cada setor exportador em território nacional. Este problema resulta do facto de os bens e serviços exportados incorporarem produtos intermédios e matérias-primas importadas na sua produção. Assim sendo, apenas uma parte do valor das exportações é valor acrescentado em território nacional (VAN). Para se obter o VAN das exportações teremos de retirar ao valor das exportações o conteúdo importado. A utilização do VAN das exportações permitir-nos-á conhecer o impacto real das exportações de cada um dos setores na balança comercial e no PIB.

Este trabalho visa analisar o VAN das exportações portuguesas. Baseia-se nos valores apresentados pelo Departamento de Planeamento e Prospetiva do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (DPP, 2010) para o conteúdo importado das exportações portuguesas relativo ao ano de 2005, e pretende avaliar os efeitos de uma abordagem do VAN das exportações sobre o peso relativo dos setores no comércio internacional e sobre o contributo dos setores para o crescimento das exportações.

Este tema reveste-se de particular importância pela necessidade de melhorar os saldos da Balança de Bens e Serviços portuguesa e pelo relevo que é dado atualmente às exportações ao nível da política pública. Refira-se, contudo, que esta análise não pretende identificar os setores a privilegiar pela política pública. Pretende-se sim chamar a atenção para a sua importância como critério a aplicar na avaliação de projetos de investimento para efeitos de concessão de apoio público. Todos os setores exportadores, mesmo os que apresentam um VAN mais reduzido, são relevantes para a melhoria dos saldos da balança comercial.

O ponto dois apresenta algumas limitações associadas a esta abordagem. O ponto 3 avalia os efeitos do VAN nas exportações de 2005, ano para o qual foi calculado, e a evolução das exportações portuguesas de bens entre 2000 e 2008 com base na abordagem proposta. O ponto 3 inclui ainda uma apresentação desagregada das exportações de serviços. O ponto 4 conclui.

### 2. Aspetos Metodológicos

O cálculo da componente importada das exportações é realizado pelo DPP (2010) com base nas matrizes input-output (I-O) para o ano 2005 e o seu efeito nas exportações líquidas de conteúdo importado recorre aos dados fornecidos pelo INE. A componente importada resulta da soma do efeito direto e do efeito indireto das importações na produção dos diferentes ramos de atividade (Classificação das Atividades Económicas 2.1, representada a dois dígitos).

O efeito direto consiste nas importações de “inputs” que cada ramo exportador realiza no âmbito da sua atividade e resulta do peso das importações (M), adicionado das margens de transporte (MTM), na procura final para exportação (fluxos totais - FT) de cada produto (DPP, 2010, p. 8).

Assim, os conteúdos diretos totais de importações por unidade exportada são dados por (na forma matricial):

$$\text{Efeito direto} = \text{QMF} = (M + \text{MTM}) / \text{FT}$$

<sup>1</sup>Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

<sup>2</sup>Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa. As perspetivas expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

O efeito indireto baseia-se no componente de importações contidas nos produtos nacionais utilizados como consumo intermédio pelos ramos exportadores. O efeito indireto parte do cálculo das matrizes de coeficientes de produção nacional (AN) e de importações (AM), e baseia-se em (na forma matricial):

$$\text{Efeito indireto} = (AM * (I-AN)^{-1} * QNF)$$

Sendo  $QNF = (PN + MC + MTN) / FT$  os conteúdos diretos de produção nacional por unidade exportada (adicionados pelas margens comerciais e de transporte de produção nacional) e I a matriz identidade (DPP, 2010, p. 10).

A soma do efeito direto e indireto resulta nas importações totais (MT) por unidade exportada:

$$MT = [AM * (I-AN)^{-1} * QNF + QMF] * FT$$

O VAN das exportações é o valor das exportações líquidas da componente importada:

$$\text{VAN Exportações} = 1 - MT$$

O DPP (2010, p. 13) estima que, em 2005, o efeito indireto explica a quase totalidade da componente importada nas exportações portuguesas (39,7%, no total de 40,7%). Com base nestes valores, o VAN das exportações em 2005 foi 59,3%.

No cálculo da componente importada, o DPP segue a ótica do território económico, em que os consumos das famílias não residentes no território nacional, como os relativos à atividade turística, não são considerados. Para que estes consumos sejam considerados são incluídas neste trabalho as rubricas da Conta Satélite do Turismo de 2005 relativas aos consumos monetários dos não residentes em Alojamento, Restauração, Serviços culturais e de lazer, e as margens comerciais dos Operadores Turísticos.

A utilização de matrizes I-O apresenta, no entanto, algumas limitações:

- Os valores apresentados assentam no pressuposto de que a componente importada de cada um dos setores é igual na produção destinada ao mercado interno e para exportação;
- As operações feitas em atividades diferentes da CAE principal da empresa não são captadas, na sua totalidade, pelas matrizes. Por exemplo, uma empresa com CAE de construção pode também prestar serviços relacionados com a gestão de autoestradas, que correspondem a uma CAE diferente. Estes serviços podem, ou não, aparecer na CAE da construção;
- A informação sobre serviços incluída nas matrizes não é completa, o que levou, no presente texto, à necessidade de incluir informação da Conta Satélite do Turismo 2005 publicada pelo INE (2006).
- Não existe informação sobre o conteúdo exportado nacional nas importações portuguesas. Uma análise mais completa desta temática exigiria a construção de matrizes input-output que considerassem as transações comerciais entre países (sobre esta questão ver, por exemplo, *National Research Council, 2006*, ou *Escaith, 2008*).
- Os resultados da aplicação desta metodologia correspondem a médias para os setores de atividade, apresentados a 2 dígitos, não permitindo aferir a diversidade de situações representativas das empresas portuguesas.

Apesar destas limitações, o exercício apresentado neste texto é útil pelas indicações que dá relativamente à importância relativa dos setores para o VAN das exportações portuguesas.

### 3. Valor Acrescentado em Território Nacional

A tabela 1 apresenta os setores ordenados pelas exportações líquidas de conteúdo importado (VAN) para o ano de 2005 e mostra que o seu valor varia muito entre os principais setores exportadores. Os setores



tradicionais e os serviços, em que a utilização de mão de obra é comparativamente mais intensa, e os setores baseados nos recursos naturais, são os que apresentam um VAN mais elevado.

**Tabela 1 - Principais setores exportadores – 2005 \*\***

Sectores de Actividade	Valor Acrescentado em Território Nacional por unidade exportada (valores médios)	Exportações 2005 (Milhões de Euros)	Peso das exportações - % sobre o total (2005)	Exportações líquidas de conteúdo importado (2005)	Peso das exportações líquidas - % sobre o total (2005)
Serviços e Turismo	81,5%	12.083	28,4%	9.843	39,0%
Têxteis, Vestuário, Peles e Couros	64,7%	5.419	12,7%	3.508	13,9%
Maquinas e aparelhos	47,2%	5.967	14,0%	2.818	11,2%
Agro-alimentar	72,5%	2.830	6,6%	2.051	8,1%
Químicos e petroquímicos	42,9%	4.564	10,7%	1.959	7,8%
Madeira, Cortiça e Papel	71,4%	2.711	6,4%	1.935	7,7%
Material de Transporte	36,6%	4.497	10,6%	1.647	6,5%
Metals e produtos metálicos	50,6%	2.396	5,6%	1.211	4,8%
Vidro, Cerâmica e outros minerais não metálicos	74,6%	1.247	2,9%	930	3,7%
Produtos acabados diversos *	63,8%	951	2,2%	607	2,4%
Industrias Extractivas	85,6%	350	0,8%	300	1,2%
Energéticos e Água	62,9%	93	0,2%	58	0,2%
Total	59,3%	42.567	100,0%	25.242	100,0%

Fonte: Cálculos do GEE com base em informação do DPP e do INE.

\* Inclui mobiliário.

\*\* O valor das exportações inclui os consumos das famílias não residentes no território nacional que em 2005 totalizaram cerca de 5,7 mil milhões de euros e correspondem a receitas de turismo.

As indústrias extrativas e serviços e turismo, com um VAN de 86% e de 82%, respetivamente, são os setores em que as exportações apresentam uma maior proporção de conteúdos nacionais. No primeiro caso, as exportações assentam em matérias-primas existentes em território nacional. No segundo, o maior peso relativo dos custos com a mão de obra associados à atividade de serviços e de turismo explica, pelo menos parcialmente, o elevado valor do VAN.

Os minerais não metálicos (onde se incluem vidro e cerâmica), o agroalimentar e a fileira florestal apresentam também um valor elevado de proporção de VAN, com 75%, 72% e 71%, respetivamente. Nos três casos, a utilização de matérias-primas ou do território nacional, em conjugação com a mão de obra, explicam estes valores. Os outros três setores com VAN superior a 60% são tradicionais e/ou assentam em recursos naturais: Têxteis, Vestuário, Peles e Couros, e fileira florestal (Madeira, Cortiça, Papel e Mobiliário).

Os setores mais intensos em capital (equipamentos) são os que apresentam menor proporção de VAN das exportações: material de Transporte (37%), Máquinas e Aparelhos (47%), Metals e produtos metálicos (51%).

A principal ilação a tirar da aplicação do VAN é que o impacto de um aumento das exportações sobre a balança comercial e sobre o PIB varia muito em função do setor exportador. Os Serviços e Turismo representaram, em 2005, apenas 28,4% das exportações, mas corresponderam a 39% das exportações líquidas de produtos importados. Em termos práticos, o efeito das exportações destes setores na Balança de Bens e Serviços e no PIB é subavaliado pelas estatísticas apresentadas nas Contas Nacionais do INE. Em sentido oposto, o material de transporte representa 10,6% das exportações mas apenas 6,5% das exportações líquidas de importações, o que significa que é sobreavaliado.

Estes efeitos podem ser melhor apreendidos se compararmos um aumento em 100 euros nas exportações em indústrias extrativas e em material de transporte. No primeiro caso, aquela variação conduz a uma redução do défice comercial em 86 euros, mas no segundo a redução é de apenas 37 euros.

### 3.1 Evolução das Exportações de Bens entre 2000 e 2008<sup>3</sup>

As exportações de bens cresceram 4,6%, em termos médios, entre 2000 e 2008. Mas a análise das exportações portuguesas com base no VAN altera quantitativamente as perceções baseadas nos dados das estatísticas de comércio internacional relativamente ao peso relativo dos setores de atividade<sup>4</sup>. A tabela 2 e a Figura 1 apresentam os contributos e a evolução do peso de cada setor no total das exportações de bens em 2000 e 2008, que traduz a evolução efetivamente registada neste período, medida em valores brutos e em valores líquidos de conteúdo importado.

**Tabela 2. Peso dos setores exportadores de bens – Comparação entre 2000 e 2008**

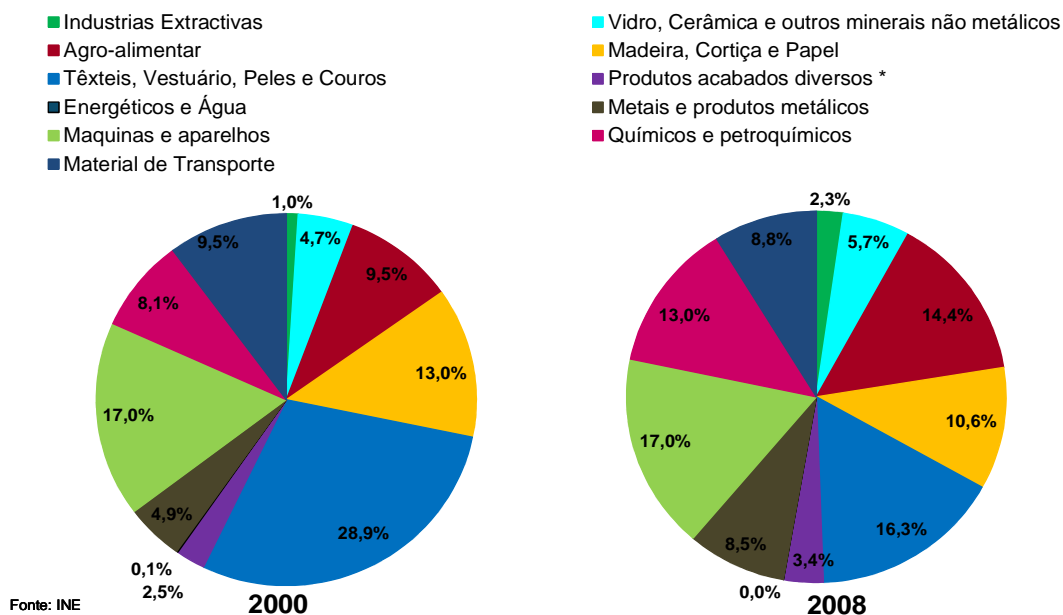
Sector de Actividade	VAN por unidade exportada (valores médios)	2000		2008		Contributo para a variação das exportações líquidas entre 2000 e 2008
		Peso das exportações - % sobre o total	Peso das exportações líquidas - % sobre o total	Peso das exportações - % sobre o total	Peso das exportações líquidas - % sobre o total	
Indústrias Extractivas	85,6%	0,7%	1,0%	1,5%	2,3%	2,10%
Vidro, Cerâmica e outros minerais não metálicos	74,6%	3,5%	4,7%	4,2%	5,7%	3,11%
Agro-alimentar	72,5%	7,3%	9,5%	10,9%	14,4%	10,18%
Madeira, Cortiça e Papel	71,4%	10,1%	13,0%	8,2%	10,6%	1,49%
Têxteis, Vestuário, Peles e Couros	64,7%	24,8%	28,9%	13,8%	16,3%	-6,70%
Produtos acabados diversos *	63,8%	2,2%	2,5%	2,9%	3,4%	2,09%
Energéticos e Água	62,9%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	-0,11%
Metais e produtos metálicos	50,6%	5,4%	4,9%	9,2%	8,5%	6,60%
Maquinás e aparelhos	47,2%	20,0%	17,0%	19,7%	17,0%	6,22%
Químicos e petroquímicos	42,9%	10,5%	8,1%	16,5%	13,0%	9,55%
Material de Transporte	36,6%	15,4%	10,2%	13,1%	8,8%	1,80%
Total	59,3%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	36,3%

\* Inclui mobiliário

Fonte: Cálculos do GEE com base em informação do DPP e do INE.

A tabela 2 mostra que foram os setores tradicionais mais importantes os que perderam peso na estrutura de exportação de bens: Têxteis, Vestuário, Peles e Couros, e Madeira, Cortiça e Papel.<sup>5</sup> O material de transporte, setor associado ao investimento estrangeiro, também perdeu peso na estrutura. Os restantes setores mantiveram ou aumentaram o peso nas exportações, destacando-se, no segundo caso, o agroalimentar, Químicos e petroquímicos e Metais e produtos metálicos.

**Figura 1. Peso das Exportações Líquidas - % sobre o total**



<sup>3</sup> A ausência de informação em CAE Rev. 2.1, a 2 dígitos, sobre as exportações realizadas após 2008 impossibilita a apresentação de valores mais atualizados.

<sup>4</sup> Em termos qualitativos não existe alteração pois o VAN utilizado para os dois anos é o mesmo.

<sup>5</sup> Note-se que a Madeira, Cortiça e Papel apresentaram uma taxa de crescimento entre 2000 e 2010 superior à média das exportações portuguesas, indicando uma evolução comparativamente favorável em 2009 e 2010.

Ao nível de subsetores, a tabela 3 apresenta os que contribuíram em mais de 1% para o crescimento das exportações líquidas de conteúdo importado entre 2000 e 2008. Produtos alimentares e bebidas, Produtos químicos e Máquinas e Equipamentos não especificados foram os que apresentaram um contributo superior a 4%. Como esperado, a maioria dos subsetores integram-se nos setores que aumentaram o seu peso na estrutura de exportações líquidas. Note-se que estes valores não refletem ainda o período de queda do comércio internacional, ocorrido em 2009 e que afetou especialmente o setor automóvel e de bens de equipamento, nem a posterior recuperação dos fluxos de comércio internacional em 2010.

**Tabela 3. Contributo para o crescimento das exportações de bens entre 2000 e 2008**  
Produtos com contributo médio superior a 3%

CAE	Produtos	Contributo para a variação das Exportações de bens entre 2000 e 2008 (% do total)	Contributo para a variação das exportações líquidas de conteúdo importado entre 2000 e 2008 (% do total)
15	Produtos alimentares e bebidas	5,3%	6,8%
24	Produtos químicos	4,1%	4,1%
29	Máquinas e equipamentos, não especificado	3,7%	4,1%
28	Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	3,3%	3,7%
25	Artigos de borracha e de matérias plásticas	3,4%	3,4%
26	Outros produtos minerais não metálicos	2,3%	3,1%
27	Metais de base	3,9%	2,8%
36	Mobiliário; outros produtos das indústrias transformadoras, n.e.	1,8%	2,1%
13	Minérios metálicos	1,1%	1,8%
16	Produtos da indústria do tabaco	1,0%	1,5%
34	Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	2,4%	1,4%
01	Prod. da agricultura, produção animal, caça e dos serviços relacionados	1,0%	1,3%
21	Pasta, papel e seus artigos	0,9%	1,1%
32	Equipamento e aparelhos de rádio, televisão e comunicação	2,5%	1,1%

Fonte: Cálculos do GEE com base em informação do DPP e do INE.

### 3.2 Setores Exportadores de Serviços

O setor de serviços cresceu a uma taxa média mais rápida do que os bens (7,8%, entre 2000 e 2008), apresentando um peso crescente no total das exportações, que aumentou de 26,5%, em 2000, para 31% em 2008 (e para 32% em 2010). Como foi acima referido, é o setor que, após as indústrias extrativas, contém maior valor acrescentado nacional (82%).

Os valores relativos aos serviços só estão disponíveis para o ano de 2005 pela inexistência de informação, por CAE Rev. 2.1, para a totalidade das exportações de serviços nos outros anos<sup>6</sup>. A tabela 4 apresenta os setores com um peso superior a 2,9% do total das exportações de serviços. Para além dos serviços associados ao turismo, outros serviços prestados às empresas (jurídicos, consultoria, estudos de mercado, arquitetura, engenharia, publicidade, limpeza industrial, organização de feiras e outras) e serviços relacionados com transportes e telecomunicações são os mais relevantes.

A tabela 4 mostra que a generalidade dos serviços apresenta um VAN de cerca de 80%. A análise através do VAN apenas altera a importância dos Serviços de Transporte Aéreo (passageiros e carga), que representam 10% das exportações de serviços líquidas de conteúdo importado (menos 4 p.p. do que o seu peso nas exportações totais de serviços). O menor valor acrescentado desta rubrica é explicado pelo peso dos equipamentos na estrutura de custos das empresas.

<sup>6</sup> O que se explica pela diferente origem de informação (O INE apresenta as estatísticas do comércio internacional de bens e o Banco de Portugal de serviços) e pela não publicação, pelo INE, dos valores desagregados completos das exportações de serviços no âmbito das contas nacionais.

**Tabela 4. Principais setores exportadores de serviços – 2005 \***  
 Ordenados pelo peso nas exportações de serviços líquidas de conteúdo importado

CAE	Sector de Actividade	Valor Acrescentado em Território Nacional por unidade exportada	Peso nas exportações totais de serviços (2005)	Peso nas exportações de serviços líquidas de conteúdo importado (2005)
55	Serviços de alojamento, restauração e similares	83,0%	37,8%	37,7%
74	Outros serviços prestados principalmente às empresas	89,1%	11,1%	11,9%
60	Serviços de transporte terrestre e por condutas (pipelines)	81,1%	11,0%	10,7%
62	Serviços de transporte aéreo	59,7%	13,9%	10,0%
63	Serviços anexos e auxiliares transportes; serviços agências viagem e turismo	90,2%	6,0%	6,5%
64	Serviços de correios e telecomunicações	85,1%	4,7%	4,8%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	88,0%	4,4%	4,7%
51	Serv.com.grosso..serv.agentes com.exc.veiculos automóveis e motociclos	87,2%	4,3%	4,5%
61	Serviços de transporte por água	77,2%	3,0%	2,8%

Fonte: Cálculos do GEE com base em informação do DPP e do INE.

\* Os valores de exportações incluem informação da Conta Satélite de Turismo do INE, mas apenas parcialmente no que se refere ao consumo das famílias não residentes (apenas existe informação completa no que se refere a alojamento, restauração, serviços culturais e de lazer, e operadores turísticos), não havendo informação desagregada sobre cerca de 203 milhões de euros de exportações de serviços.

#### 4. Conclusão

A aplicação do VAN altera significativamente a análise da estrutura das exportações portuguesas e do seu efeito na Balança Comercial e no PIB. Como se esperaria, são os setores com maior utilização de mão de obra ou de recursos naturais os que apresentam maior VAN: Indústrias Extrativas, Serviços e Turismo, Vidro, Cerâmica, Produtos Agroalimentares, Madeira, Cortiça e Papel. As exportações destes setores têm um impacto maior na Balança de Bens e Serviços do que é transmitido pelas estatísticas de comércio internacional.

O VAN surge assim como métrica mais adequada do que as estatísticas de comércio internacional para analisar o impacto do aumento das exportações de um setor sobre a balança de bens e serviços. A sua utilização deverá também servir como critério para a avaliação dos efeitos de um projeto de investimento em setores transacionáveis.

#### 5. Bibliografia

DPP (2010). *Conteúdos de Inputs Primários da Procura Final – Portugal 2005*, Documento de Trabalho N.º 1/2010, Ministério da Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

Escaith, Hubert (2008). *Measuring Trade in Value Added in the New Industrial Economy: Statistical Implications*, MPRA paper nr. 14,454, June, Munich.

INE (2009). *Contas Nacionais 2000-2008*, Lisboa.

INE (2006). *Conta Satélite do Turismo 2005*, Lisboa.

National Research Council (2006). *Analyzing the US Content of Imports and the Foreign Content of Exports*, The National Academies Press, Washington DC.

## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN  15 de março de 2011	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 15 de março de 2011 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Propostas legislativas em matéria de governação económica:</b> O Conselho aprovou uma abordagem geral sobre o pacote de seis propostas legislativas destinadas a reforçar a governação económica da UE e, em especial, da área do euro. Este acordo permitirá à Presidência da UE iniciar negociações com o Parlamento Europeu tendo em vista a obtenção de um acordo geral em junho, data estabelecida pelo Conselho Europeu.</li> </ul> <p>Recorda-se que este pacote é constituído por: (i) uma proposta de Diretiva sobre quadros orçamentais nacionais; (ii) duas propostas de regulamento que reforçam o atual Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) nas suas vertentes preventiva e corretiva; (iii) uma proposta de regulamento sobre desequilíbrios macroeconómicos, que estabelece um mecanismo de deteção e correção, incluindo um procedimento por desequilíbrios excessivos; (iv) duas propostas de regulamento sobre sanções, uma para o PEC e outra para o novo procedimento por desequilíbrios excessivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Financiamento das alterações climáticas:</b> O Conselho adotou conclusões reafirmando o seu compromisso de financiar ações relativas às alterações climáticas nos países em desenvolvimento, no montante de €7.2 mil milhões durante o período 2010-2012, na sequência do Acordo de Cancun. O Acordo de Copenhaga relativo ao financiamento de longo prazo foi igualmente confirmado por parte da UE, tendo sido reafirmado que uma proporção significativa de fundos para a adaptação deverá se canalizada através do novo <i>Green Climate Fund</i> que está atualmente a ser estabelecido. A intenção da Presidência é integrar estas conclusões com as do Conselho do Ambiente e definir a posição da UE no Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.</li> <li>▪ <b>Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento:</b> Os Ministros da Hungria e da Polónia informaram o Conselho das medidas que estão a tomar nos seus países para reduzir o défice abaixo dos 3% do PIB no prazo estabelecido e em estrita concordância com as recomendações do Conselho. A Hungria encontra-se em procedimento por défice excessivo (PDE) desde julho de 2004 e o Conselho apelou à redução do seu défice o mais tardar até 2011. A Polónia foi objeto de PDE em julho de 2009, tendo o Conselho solicitado um esforço orçamental anual de pelo menos 1¼% do PIB, a partir de 2010, de modo a reduzir o défice abaixo dos 3% do PIB em 2012.</li> </ul> <p>Os Chefes de Estado ou de Governo da área do euro reuniram no dia 11 de março, tendo acordado o “Pacto para o Euro”, cujo objetivo é o de aprofundar o pilar macroeconómico da União Monetária, reforçando a coordenação das políticas económicas e melhorando a competitividade, de forma a promover a convergência, centrando-se em domínios de competência nacional que são cruciais para aumentar a competitividade e evitar desequilíbrios macroeconómicos. Os Chefes de Estado ou de Governo da área do euro aprovaram, ainda, algumas características chave do futuro Mecanismo de Estabilidade Europeu (ESM), bem como a atualização, na mesma linha, das características do Fundo de Estabilidade Financeira Europeu (EFSF). São de salientar i) a atribuição de uma capacidade de empréstimo de EUR 500 mil milhões ao ESM e o aumento da capacidade efetiva de empréstimo do EFSF para EUR 440 mil milhões, ii) a possibilidade de tanto o ESM como o EFSF intervirem nos mercados primários de dívida e iii) a diminuição da margem atualmente utilizada no EFSF e nos empréstimos bilaterais à Grécia em 100 pontos base, um princípio que também será utilizado nos empréstimos do ESM.</p>

Iniciativa	Sumário
Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego	<p>Foi celebrado, em 22 de março e no quadro do Conselho Permanente de Concertação Social, o Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego entre o Governo e os parceiros sociais. O Acordo abrange os seguintes domínios:</p> <p>I. Promoção da Competitividade;</p> <p>II.Reduzir o desemprego e reforçar as políticas ativas de emprego:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos de emprego;</li> <li>2. Facilitar a concentração e transição de jovens e de desempregados para o mercado de trabalho;</li> <li>3. Apostar nas qualificações;</li> <li>4. Promover o empreendedorismo e a criação do próprio emprego;</li> </ol> <p>III.Melhorar o funcionamento do mercado de trabalho: potenciar o sistema regulador das relações laborais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dinamização da negociação coletiva de trabalho;</li> <li>2. Compensações em caso de despedimento;</li> <li>3. Agilizar os instrumentos de redução temporária dos períodos normais de trabalho e de suspensão dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial.</li> </ol>
Estágios Profissionais Extracurriculares	<p>O Conselho de Ministros de 3 de março aprovou o decreto-lei que define as regras dos estágios profissionais, incluindo os estágios que tenham como objetivo a aquisição de uma habilitação profissional para o acesso a uma profissão. Nomeadamente, estabelece-se a proibição da realização de estágios profissionais extracurriculares (de período superior a 3 meses) não remunerados.</p>
3.º Pacote Comunitário para a Energia	<p>O Conselho de Ministros de 3 de março aprovou dois decretos-lei que transpõem duas diretivas comunitárias (Diretiva n.º 2009/72/CE e Diretiva n.º 2009/73/CE) que estabelecem regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural. As medidas abrangem temas como a criação de uma plataforma centralizada de informação, tratamento de reclamações e proteção dos clientes, e mecanismos flexíveis para a mudança de entidade comercializadora.</p>
Taxa Zero para a Inovação	<p>O Conselho de Ministros de 10 de março aprovou o decreto-lei que cria a iniciativa Taxa Zero para a Inovação. Consiste na redução dos custos de contexto e encargos administrativos suportados pelas Pequenas e Médias empresas (PMEs) inovadoras, ou seja, por empresas que nos últimos três exercícios económicos tenham realizado despesas de investigação e desenvolvimento, mantido ou aumentado o número de trabalhadores no seu quadro de pessoal, que tenham aumentado o volume de negócio em valor médio igual ou superior a 5%, ou ainda as <i>start up</i> que invistam em investigação e desenvolvimento.</p>
Reabilitação Urbana	<p>O Conselho de Ministros de 17 de março aprovou três diplomas que visam incentivar a reabilitação urbana e dinamizar o mercado de arrendamento. O conjunto de medidas em causa diz respeito aos seguintes domínios:</p> <p>I. Simplificação de procedimentos e eliminação de obstáculos à reabilitação urbana;</p> <p>II. Garantia do cumprimento dos contratos de arrendamento, nomeadamente em caso de falta de pagamento de rendas;</p> <p>III.Financiamento das operações de reabilitação urbana.</p> <p>Entre as medidas aprovadas destacam-se as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação de um procedimento especial para a realização de obras de</li> </ol>



Iniciativa	Sumário
	<p>reabilitação urbana, com a centralização da decisão numa única entidade e requerendo apenas uma comunicação prévia;</p> <p>2. Novo procedimento de despejo, que visa reduzir o prazo de 18 para 3 meses;</p> <p>3. Apoios financeiros à reabilitação urbana no valor de 1 700 milhões de euros e outros benefícios fiscais como a taxa de 21,5%, em sede de IRS, para os rendimentos de arrendamentos, e isenção de IRC para fundos imobiliários até 2014;</p> <p>4. Simplificação dos procedimentos de criação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).</p>
Acordo com a República do Senegal	Aprovação do acordo entre Portugal e a República do Senegal, assinado em Dacar a 25 de janeiro de 2011, no sentido de uma maior cooperação económica e investimento.
Construção, Mediação e Angariação Imobiliária	O Conselho de Ministros de 24 de março aprovou o decreto-lei que procede à alteração do regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de construção, de mediação imobiliária e de angariação imobiliária, e à alteração da lei orgânica do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., no que respeita às competências da Comissão de Classificação de Empresas de Construção. As medidas aprovadas visam simplificar o acesso e o exercício destas atividades, aumentar a competitividade do mercado e garantir maior transparência aos consumidores.
Etiquetagem dos Consumos Energéticos	O Conselho de Ministros de 24 de março aprovou um decreto-lei, no âmbito da Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020), impondo a obrigatoriedade de etiquetagem e elaboração de fichas de informação para produtos com impacto no consumo de energia.

## 2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Acordo com o Principado de Andorra</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º17/2011 – Série I n.º40, de 25/02</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º27/2011</p>	É ratificado e aprovado o Acordo entre Portugal e o Principado de Andorra, assinado em Lisboa em 30 de novembro de 2009, sobre a troca de informações em matéria fiscal.
<p><i>Estratégia Nacional para a Energia 2020</i></p> <p>Decreto n.º29/2011 – Série I n.º41, de 28/02</p>	Estabelece o regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as empresas de serviços energéticos.
<p><i>Acordo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros</i></p> <p><i>Acordo com a República da África do Sul</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º19/2011 – Série I n.º42, de 1/03</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º30/2011</p>	É ratificado e aprovado o Acordo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e a República da África do Sul, por outro, que altera o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação, assinado em Kleinmond, África do Sul, em 11 de setembro de 2009.
<p><i>Execução do Orçamento do Estado para 2011</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 29-A/2011 – Série I n.º42, Suplemento de 1/03</p>	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011.
<p><i>Sociedade por Quotas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º33/2011 – Série I n.º46, de 7/03</p>	Adota medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas e das sociedades unipessoais por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios.

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Unidades de miniprodução de energia</i> Decreto-Lei n.º34/2011 – Série I n.º47, de 8/03</p>	<p>Em concretização da Estratégia Nacional para a Energia 2020, o presente decreto-lei estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de miniprodução.</p>
<p><i>Atualização do ISP</i> Decreto-Lei n.º99/2011 – Série I n.º50, de 11/03</p>	<p>Atualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP). O ISP aplicável ao petróleo passa de €110,64/1000 litros para €330/1000 litros, e o ISP aplicável ao gasóleo de aquecimento passa de €213,83/1000 litros para €251,48/1000 litros.</p>
<p><i>Certificados especiais de dívida de médio e longo prazo – CEDIM</i> Instrução n.º 2/2011 – Série II n.º50, de 11/03</p>	<p>São determinadas as condições de emissão, por parte do Instituto de Gestão da Tesouraria e de Crédito Público, I.P. (IGCP), em nome e em representação da República Portuguesa, de valores escriturais, representativos de empréstimos internos de médio e longo prazo, denominados em moeda nacional e designados por certificados especiais de dívida de médio e longo prazo (CEDIM), a colocar junto de entidades abrangidas pelo princípio da unidade de tesouraria consagrado no regime jurídico da Tesouraria do Estado.</p>
<p><i>Acordos quadro e procedimentos de contratação de aquisição de bens e serviços</i> Portaria n.º 103/2011 – Série I n.º51, de 14/03</p>	<p>Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP.</p>
<p><i>Código de Contas Específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo</i> Portaria n.º 106/2011 – Série I n.º51, de 14/03</p>	<p>Aprova o Código de Contas Específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo.</p>
<p><i>Código de Contas para Microentidades</i> Portaria n.º 107/2011 – Série I n.º51, de 14/03</p>	<p>Aprova o Código de Contas para Microentidades.</p>
<p><i>Acordo com o Governo das Bermudas</i> Decreto do Presidente da República n.º22/2011 – Série I n.º53, de 16/03 Resolução da Assembleia da República n.º39/2011</p>	<p>É ratificado e aprovado o Acordo entre Portugal e o Governo das Bermudas, assinado em Paget Parish em 10 de maio de 2010, sobre troca de informações em matéria fiscal.</p>
<p><i>Acordo com Jersey</i> Decreto do Presidente da República n.º24/2011 – Série I n.º54, de 17/03 Resolução da Assembleia da República n.º41/2011</p>	<p>É ratificado e aprovado o Acordo entre Portugal e Jersey, assinado em Londres em 9 de julho de 2010, sobre troca de informações em matéria fiscal.</p>
<p><i>Acordo com o Governo de Gibraltar</i> Decreto do Presidente da República n.º25/2011 – Série I n.º54, de 17/03 Resolução da Assembleia da República n.º42/2011</p>	<p>É ratificado e aprovado o Acordo entre Portugal e o Governo de Gibraltar, assinado em Lisboa em 14 de outubro de 2009, sobre troca de informações em matéria fiscal.</p>
<p><i>Acordo com Santa Lúcia</i> Decreto do Presidente da República n.º26/2011 – Série I n.º54, de 17/03 Resolução da Assembleia da República n.º43/2011</p>	<p>É ratificado e aprovado o Acordo entre Portugal e Santa Lúcia, assinado em Nova Iorque em 14 de julho de 2010, sobre troca de informações em matéria fiscal.</p>
<p><i>Convenção com o Estado do Koweit</i> Decreto do Presidente da República n.º27/2011 – Série I n.º55, de 18/03 Resolução da Assembleia da República n.º44/2011</p>	<p>É ratificado e aprovada a Convenção entre Portugal e o Estado do Koweit, assinada em Lisboa em 23 de fevereiro de 2010, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.</p>
<p><i>Certificação legal das contas por revisor oficial de contas</i> Portaria n.º 111-A/2011 – Série I n.º55, Suplemento, de 18/03</p>	<p>Aplica a certificação legal das contas por revisor oficial de contas às sociedades comerciais, exceto as qualificadas como microentidades.</p>
<p><i>Acordo com a Ilha Man</i> Decreto do Presidente da República n.º29/2011 – Série I n.º56, de 21/03 Resolução da Assembleia da República n.º51/2011</p>	<p>É ratificado e aprovado o Acordo entre Portugal e a Ilha de Man, assinado em Londres em 9 de julho de 2010, sobre troca de informações em matéria fiscal.</p>

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Contratos públicos</i>  <i>Decreto-Lei n.º 40/2011 – Série I n.º57, de 22/03</i></p>	<p>Estabelece o regime de autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas.</p>
<p><i>Acordo de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde no domínio do Turismo</i>  <i>Decreto n.º7/2011 – Série I n.º58, de 23/03</i></p>	<p>Estabelece a base jurídica para o desenvolvimento da cooperação no domínio do turismo entre Portugal e Cabo Verde.</p>
<p><i>Pensões de acidentes de trabalho</i>  <i>Portaria n.º 116/2011 – Série I n.º59, de 24/03</i></p>	<p>Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho.</p>



## **Abreviaturas Utilizadas**



## Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-Geral do Orçamento		
DGT	Direção-Geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Variação em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efetivo
VH	Variação Homóloga
VHA	Variação Homóloga Acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Variação Homóloga dos últimos 01 meses

## Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.  
 : representa valor não disponível.  
 - não se aplica.